



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
GABINETE DO VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
2050/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76 da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Prefeito, Fuad Noman, e ao Sr. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira, pedido de informações sobre a passarela instalada na Rodovia 262 – Fernão Dias, próxima ao viaduto São Francisco.

A esse respeito, questiona-se:

- 1) Há a previsão de construção de uma nova passarela para o local?
- 2) Quando foi feita a última manutenção na passarela citada e qual foi o resultado da inspeção?
- 3) Com que frequência é feita a manutenção?

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

NIKOLAS FERREIRA DE
OLIVEIRA:11701442680

Assinado de forma digital por
NIKOLAS FERREIRA DE
OLIVEIRA:11701442680
Dados: 2022.12.22 12:33:03
-03'00'

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 22/12/22
HORA: 13:56:25

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/12/2022 17:08:56 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Pedido de Informação - previsão de obra CRAS Cabana.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	bb04d67cc5c00f27d4c26f02f2a37888bf8a23d55a3fb35f4e6ef950539dcfbf
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

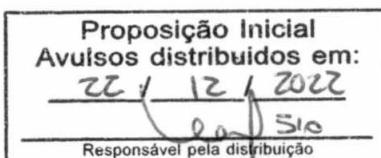
▼ Assinatura por CN=NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA:***014426**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	December 22, 2022 at 3:47:58 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

[AVALIE ESTE SERVIÇO](#)[EXPANDIR ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
GABINETE DO VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

REQUERIMENTO DE COMISSÃO

2051/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76 da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Prefeito, Fuad Noman, e ao Sr. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira, pedido de informações sobre as obras em execução do Programa de Gestão de Risco Geológico-Geotécnico.

Considerando o documento fornecido pela Prefeitura¹ para acompanhamento das obras, questiona-se:

1) Tendo em vista que apenas 8 dos 140 locais indicados estão em obras, qual a previsão para início das demais?

2) Qual será o trabalho paliativo para socorrer os 132 locais que ainda estão aguardando o início das obras? Qual a previsão de início e término deste trabalho?

3) Quais medidas preventivas estão sendo tomadas?

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

NIKOLAS FERREIRA DE
OLIVEIRA:11701442680
Assinado de forma digital
por NIKOLAS FERREIRA DE
OLIVEIRA:11701442680
Dados: 2022.12.22
12:45:14 -03'00'

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

1 [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/Gestao_Risco_V8_Mapas%20\(2\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/Gestao_Risco_V8_Mapas%20(2).pdf)

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 22/12/22
HORA. 14:00:20

[INÍCIO](#)[TERMOS DE USO](#)[F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 22/12/2022 17:13:34 UTC
Versão do software 2.10

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Pedido de Informação - obras programa risco geológico.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	edc4729230c54447aecab3cdba555c0f0595698024a726ea5fb90e1f9e0535f2
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ Assinatura por CN=NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA:***014426**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	December 22, 2022 at 3:45:14 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

22 / 12 / 2022

00-510

Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO
2059/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas, pedido de informação sobre as determinações do contrato de concessão decorrente do Edital de Licitação 131/2008.

Com base nas recentes respostas dos Requerimentos de Comissão nº 531, 1649, 1695, 1774 e 1781/2022, pergunta-se:

1. O descumprimento de viagens programadas, sem a apresentação de justificativa fundamentada, implica em descumprimento contratual?
2. A informação técnica BHTRANS/SUTP/GCETT nº 094/2021 de 14 de agosto de 2021 indicou que fosse verificado se *“os valores repassados ao agente de liquidação, TRANSFÁCIL, encontram-se custodiados, conforme as disposições legais e contratuais que regulamentam o tema. Em caso negativo, que seja apurado possível desempenho irregular do agente de liquidação, cujas implicações – nos termos do art. 123, § 1º do Decreto 13.384/2008 – constituem a obrigação de contratar terceiro ou substituir terceiro contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como da decretação de intervenção”*. Quais foram as providências tomadas em razão dessa indicação?
3. Foi aberto algum procedimento administrativo de apuração? Caso positivo, indicar o *status* de tramitação e enviar os documentos correlatos;
4. Quanto às demais indicações do mesmo documento, itens i, iii e iv, quais foram as providências adotadas até o presente momento? Indicar o *status* e enviar os documentos correlatos;
5. Gentileza enviar a ata de mediação (PD 32/2022) firmada no COMPOR, em 14/01/2022, entre SETRA e Prefeitura de Belo Horizonte, que autorizou o levantamento de R\$ 4.317.479,36 do FGE, bem como a suspensão do seu recolhimento mensal.

6. O recolhimento mensal do FGE já foi restituído? Se sim, a partir de quando e qual o valor atual disponível no fundo?
7. Gentileza enviar a Informação Técnica SUMOB nº 001/2022 que subsidiou o Processo Administrativo Punitivo nº 01/2022;
8. A indenização mencionada na Nota Técnica BHTRANS/DTP/GECET nº 019/2015, de 23 de setembro de 2015, no valor de R\$ 43.426.783,50 foi paga aos concessionários? Quando, qual a forma de pagamento e para quem foi o repasse? Favor detalhar todo o procedimento caso tenha sido efetuado.
9. Em 2015, houve o aumento de tarifa, suspenso liminarmente pela ação nº 6069628-40.2015.8.13.0024, em decisão de 14 de setembro de 2015? Caso positivo, especificar quando se deu o aumento, qual foi o valor e a justificativa para tal medida.
10. Qual foi o aumento de tarifa subsequente ao de setembro de 2015? Qual o valor da tarifa após cada um desses aumentos?
11. A indenização mencionada na BHTRANS/DTP/GECET nº 003/2011, no ordem de R\$ 25 milhões, foi paga aos concessionários? Quando, qual a forma de pagamento e para quem foi o repasse? Favor detalhar todo o procedimento caso tenha sido efetuado.
12. Houve impacto na tarifa em razão das diferenças apuradas? Qual foi o valor estabelecido da tarifa?
13. Por quanto tempo vigorou a tarifa excepcional, a partir de 30 de dezembro de 2011?
14. Esses valores excepcionais foram considerados na revisão tarifária de 2012?

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2022.12.26 15:12:46 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Assinatura Digital > Validar Assinatura

O arquivo **PI_informacoes_complementares_mobilidade.pdf** possui 1 assinatura(s)
ICP Brasil:

FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641 - válida

Data da assinatura: Mon Dec 26 15:12:46 BRT 2022

Message digest: SHA-256 2A91FB0E7824B7ADD80BF6FF61A9532778DAE270A23DCE146A7E9B6A7448E853

Informações do assinante:

- Assinante: FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641
- Dados ICP-Brasil
- Tipo de certificado: A3

FAZER UMA NOVA VALIDAÇÃO

Proposição Inicial
Avisos distribuídos em:
28 / 12 / 2022
[Assinatura] 739
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 952/2022

Belo Horizonte, 20/12/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.587/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.704/22, de 09/09/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.587/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito das ocupações na Rua Juarez Teixeira Pinto, referência nº 17, no bairro Betânia.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Fazenda, a Secretaria Municipal de Política Urbana, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania emitiram respostas por meio do Ofício INTERNO SUALOG/DALE-GP/223-2022, do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1207/2022, do Ofício 380/2022/URBEL/GP-DTEL e do Ofício SMASAC/DALE-SMGO - 609/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO INTERNO SUALOG /DALE-GP /223 – 2022

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2022.

Ref.: TAG 353058

Requerimento de Comissão nº 1.587/22

Prezada Senhora,

Em atenção à TAG referenciada, informamos que a área em questão é de domínio do DNIT

Atenciosamente.

BRENO SEROA DA MOTTA
(79025943691)
AC Prodemge RFB
Em Terça-feira, 6 de Setembro de
2022 às 15:31



Breno Serôa da Motta
Secretário Municipal Adjunto de Fazenda
Subsecretaria de Administração e Logística

Ilma. Sra.

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Secretaria Municipal de Governo



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1207/2022

Ref.: Pedido de Informação – TAG nº 353058 – Requerimento de Comissão nº 1.587/22

Autoria: Vereador Nikolas Ferreira

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

Prezada Diretora,

Trata-se de Pedido de Informação, aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, através do Requerimento de Comissão nº 1.587/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, com requisição de informações a respeito das ocupações da Rua Juarez Teixeira Pinto, referência nº 17, Bairro Betânia.

No que se refere ao escopo de atuação da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), encaminhamos os esclarecimentos abaixo.

A área em questão está demarcada como Área de Grandes Equipamentos Econômicos (AGEEs) que são caracterizadas pela presença predominante de atividades de grande porte e geradoras de impactos urbanísticos ou ambientais de maior relevância ou que estejam destinadas à implantação desses. Neste zoneamento o uso residencial não é admitido.

O endereço indicado na demanda corresponde ao lote 001, da quadra 070, da zona fiscal 219 e, conforme a Planta CP 176003G, não há destinação específica originada pelo processo de parcelamento do solo.



Ilma. Sra. Luana Magalhães de Araújo Cunha
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar – Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
AVENIDA ALVARES CABRAL, 217 – 6º ANDAR
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - smpu@pbh.gov.br



Para os demais questionamentos do parlamentar, sugerimos consulta à Subsecretaria de Administração e Logística (SUALOG) da Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA), Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI) e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Política Urbana



Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

Fwd: tag 353058 - para despachar

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>
Cc: Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

9 de setembro de 2022 15:30

Prezada Cida Tomaz,

Gentileza inserir resposta no sistema TAG.

Atenciosamente,

Alcione da C. Santos Rocha
Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG

| www.pbh.gov.br | www.pbh.gov.br/regulacaourbana



Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**
Date: sex., 9 de set. de 2022 às 14:39
Subject: Re: tag 353058 - para despachar
To: Gabinete da SUREG <sureg@pbh.gov.br>

De acordo



OF. 1207-2022 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG Nº 353058_rev01.pdf
326K



OFÍCIO 380/2022/URBEL/GP-DTEL

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2022.

Assunto: TAG 353058 – Requerimento de Comissão nº 1587/2022

Prezados Senhores,

Referimo-nos ao pedido de informações da Câmara Municipal na Demanda TAG 353058, que encaminha o Requerimento de Comissão nº 1.587/2022, a respeito das ocupações na Rua Juarez Teixeira Pinto, referência nº 17, Bairro Betânia, e encaminhamos as considerações desta Companhia nos termos que se segue:

1) De quem é a propriedade e a posse da área, seu zoneamento e destinação?

A área ocupada pela Vila Esperança é parte de propriedade pública municipal e parte da União, cedida para a gestão pela Concessionária BR-040 S.A. O local está classificado pelo Plano Diretor Municipal, Lei nº 11.181/2019, como Área de Grandes Equipamentos de Uso Coletivo - AGEUC.

2) Há algum processo em andamento para promover a desocupação da Rua Juarez Teixeira Pinto, no Bairro Betânia? Em caso positivo, gentileza informar: i) quais são os órgãos envolvidos na desocupação; ii) qual o último andamento dado ao processo; iii) qual o prazo e a previsão de recursos para realizar a desocupação.

Importante registrar que existem duas ações de reintegração de posse para a área, sendo uma proposta pelo Município de Belo Horizonte (processo nº 6107841-18.2015.8.13.0024), e outra ajuizada pela Concessionária BR 040 S.A. (processo nº 01004523-26.2017.4.01.3800). Foi ajuizada, ainda, Ação Civil Pública pela Defensoria Pública da União - DPU (processo nº 1010792-81.2017.4.01.3800), com o objetivo de regularizar a situação das famílias que ocupam o local.

A URBEL desconhece a existência de plano de desocupação para a área, e, no âmbito desta Companhia, não existe planejamento para atuação na Vila Esperança, visto não se tratar de área classificada como de especial interesse social, e que, portanto, foge das atribuições deste órgão.

À

DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA – DTEL

Gabinete do Prefeito – GP

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



3) Está prevista alguma medida de assistência aos atuais ocupantes? Os moradores do local foram inscritos em algum programa habitacional?

Informamos que em agosto de 2017 a URBEL realizou o levantamento e identificação dos domicílios existentes na área da Vila Esperança, em atendimento à solicitação feita pelo juízo da Ação de Reintegração de Posse proposta pela Concessionária BR 040. Deste trabalho foi produzido um relatório que foi juntado nos autos, contudo, não configurou a inclusão daquelas famílias em qualquer programa da Política Municipal de Habitação.

Atualmente não há previsão de atendimento das famílias pelos programas geridos pela Companhia.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINICIUS LEITE
PEREIRA
(47733497604)
AC Prodemge RFB
Em Quinta-feira, 22 de Setembro
de 2022 às 10:01



Claudius Vinicius Leite Pereira
Diretor-Presidente



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA
GABINETE SMASAC**

SMASAC/DALE-SMGO – 609/2022

Belo Horizonte, 26 de Outubro de 2022

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção à TAG N° 353058 – Requerimento de Comissão n° 1.587/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações a respeito das ocupações na Rua Juarez Teixeira Pinto, referência n° 17, no bairro Betânia, encaminhamos o Ofício SUASS/SMASAC N° 1522/2022, com os esclarecimentos necessários.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,


Maira da Cunha Pinto Colares

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

À Senhora

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretora de Acompanhamento Legislativo – DALE

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Ofício SUASS / SMASAC nº. 1522 / 2022

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2022.

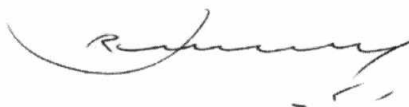
Prezada Secretária,

Com meus cordiais cumprimentos, em nome da equipe da Subsecretaria de Assistência Social, encaminhamos em anexo o descritivo da rede de proteção social pública do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte - SUAS-BH no território da Regional Oeste, onde localiza-se o bairro Betânia, em resposta ao item 3 do Requerimento de Comissão 1587/2022.

Quanto aos programas de habitação, informo que os mesmos são geridos pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL.

Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Respeitosamente,



José Crus

Secretário Adjunto / Subsecretário de Assistência Social

Ilma. Senhora

Maira da Cunha Pinto Colares

*Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Avenida Afonso Pena, 342 – 6º andar – Centro / BH-MG*

**REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO
HORIZONTE - SUAS-BH – REGIONAL OESTE**

DRAS | DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade responsável pela gestão regional da Assistência Social, com competência de gerir, coordenar e orientar os processos organizacionais desenvolvidos pelas unidades técnico-operacionais, do nível da execução final do SUAS-BH.

A DRAS Oeste localiza-se à Avenida Silva Lobo, 1280, 2º ANDAR, Nova Granada, Belo Horizonte, 30431262. Telefones: (31)3277-7009, (31)3277-7006. E-mail: draso@pbh.gov.br.

➤ **Coordenação de Proteção Social e Cidadania**

Unidade responsável pela gestão e operacionalização dos serviços, transferência de renda e CadÚnico regional.

A Coordenação de Proteção Social e Cidadania da Regional Oeste localiza-se à Av Barão Homem de Melo, 282, Nova Suíça, Belo Horizonte, 30421284. Telefones: (31)3277-6561, (31)3277-6803. E-mail: creaso@pbh.gov.br.

○ **Serviço de Proteção Social Básica Regional do SUAS**

Serviço com caráter continuado, articulado e planejado com a finalidade desenvolver o trabalho social de apoio e orientação às famílias e indivíduos residentes em territórios onde não há cobertura dos CRAS contribuindo para a prevenção de incidência, agravamento e reincidência de situações de desproteção social.

Público: famílias e indivíduos residentes em territórios em que não há cobertura dos CRAS

O Serviço de Proteção Social Básica Regional do SUAS da Regional Oeste localiza-se à Avenida Silva Lobo, 1280, 1º andar, Nova Granada, Belo Horizonte, 30431262. Telefones: (31)3277-7075, (31)3246-6037. E-mail: coord.psbregionalo@pbh.gov.br.

- **Serviço de Proteção Social a Pessoas com Deficiência do SUAS | Programa Mala de Recursos Lúdica**

Serviço que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais de pessoas com deficiência e suas famílias. Visa o desenvolvimento de tecnologias assistivas de convivência para a inclusão social, a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento de potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de riscos, a exclusão e o isolamento. É integrado a esta provisão, como estratégia de mais proteção social, o Programa “Mala de Recursos Lúdicos” em parceria com a rede socioassistencial.

Público: pessoas com deficiência e suas famílias.

O Serviço de Proteção Social a Pessoas com Deficiência do SUAS | Programa Mala de Recursos Lúdica da Regional Oeste localiza-se à Avenida Silva Lobo, 1280, 1º andar, Nova Granada, Belo Horizonte, 30431262. Telefones: (31)3277-7075, (31)3246-6037. E-mail: coord.psbregionalo@pbh.gov.br.

- **Inclusão e Atualização do Cadastro Único e Transferência de Renda**

Inclusão e atualização (inclui averiguação e revisão) dos dados e informações das famílias no Sistema do Cadastro Único para Programas Sociais, que geram a inclusão e manutenção de benefícios, auxílios e transferência de renda do Governo Federal, do Estado e do Município, conforme os critérios estabelecidos para acesso aos direitos sociais.

Público: famílias em situação de vulnerabilidade social e de baixa renda.

Na Regional Oeste, o SUA-BH conta com 3 pontos de atendimento do Cadastro Único, conforme listado abaixo:

Coordenação de Proteção Social e Cidadania, na sede da Regional Oeste:
Avenida Silva Lobo, 1280, 2º andar, Nova Granada, Belo Horizonte, 30431262.
Telefones: (31)3277-7075, (31)3246-6037. E-mail: coord.psbregionalo@pbh.gov.br.

CRAS Havaí-Ventosa: Avenida Costa do Marfim, 480, Havaí, Belo Horizonte, 30575000. Telefone: (31)3277-9616. E-mail: cras.havaiventosa@pbh.gov.br.

CRAS Vista Alegre - Rua Aguanil, 425, Vista Alegre, Belo Horizonte, 30518000. Telefones: (31)3246-2008, (31)3246-2012. E-mail: crasvistaalegre@pbh.gov.br

CRAS | Centro de Referência de Assistência Social

Unidade pública estatal do SUAS-BH, instalada em territórios mais vulneráveis da cidade, responsável pela gestão territorial e efetivação de serviços, benefícios, transferência de renda e inclusão e atualização de dados e informações das famílias no Cadastro Único, que garante proteção social por meio de atendimento e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, visando a prevenção da violação de direitos.

Público: famílias que vivenciam situação de pobreza, extrema pobreza e outras vulnerabilidades sociais e pessoais.

Na Regional Oeste, o SUAS-BH conta com 4 Unidades CRAS, conforme listado abaixo:

CRAS Vila Antena. Endereço: Rua Central, 78, Vila Antena, Belo Horizonte, 30451496. Telefones: (31)3246-6509, (31)3246-6517. E-mail: crasvilaantena@pbh.gov.br.

CRAS Vista Alegre. Endereço: Rua Aguanil, 425, Vista Alegre, Belo Horizonte, 30518000. Telefones: (31)3246-2008, (31)3246-2012. E-mail: crasvistaalegre@pbh.gov.br.

CRAS Havaí Ventosa. Endereço 1: Avenida Costa do Marfim, 480, Havaí, Belo Horizonte, 30575000. Telefone: (31)3277-9616. Endereço 2: Rua Nicolina De Lima, 316, Havaí, Belo Horizonte, 30490290. Telefones: (31)3277-9972, (31)3277-9976. E-mail de ambos: cras.havaiventosa@pbh.gov.br.

CRAS Graça Sabóia - Morro das Pedras. Endereço: Avenida Silva Lobo, 2379, Morro das Pedras, Belo Horizonte, 30431191. Telefones: (31)3277-7091, (31)3246-6002. E-mail: cras.morrodaspedras@pbh.gov.br.

Em todas as Unidades CRAS da Regional Oeste, contamos com as seguintes provisões de serviços e benefícios:

CRAS | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF:

Serviço com caráter continuado e planejado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos familiares e comunitários, a gestão territorial, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições (acesso a acolhida, convívio, renda/benefícios, autonomia e apoio), por meio de ações e atividades proativas, protetivas e preventivas, garantindo proteção social às famílias e seus membros.

Público: Famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social.

➤ **CRAS | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV:**

Serviço com caráter continuado, articulado, planejado e integrado ao trabalho social com famílias desenvolvido pelo PAIF, com ações e atividades realizadas em grupos/coletivo, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, ampliando a proteção social às famílias acompanhadas pelo PAIF, presentes em todos os 34 CRAS.

Público: crianças, adolescentes, juventudes, adultos e pessoas idosas.

CRAS | Programa Maior Cuidado:

Programa articulado, planejado e integrado ao trabalho social com famílias desenvolvido pelo PAIF, como objetivo apoiar as famílias no cuidado com as pessoas idosas e aumentar a qualidade de vida de todos. O Programa é efetivado em articulação com os Centros de Saúde, desenvolvem ações integradas de cuidado no domicílio para famílias com pessoas idosas com quadro de semidependência e dependência em contextos de vulnerabilidade social. Trata-se, portanto, de mais proteção social para as famílias acompanhadas pelo PAIF, presente em todos os 34 CRAS.

Público: Pessoas idosas com quadro de semidependência e dependência em contextos de vulnerabilidade social e suas famílias nas 34 Unidades de CRAS.

A Regional Oeste, conta ainda com um Centro Especializado de Assistência Social – CREAS, Unidade com as provisões de serviços socioassistenciais listados abaixo. O CREAS Oeste está localizado à Avenida Barão Homem de Melo, 282, Nova Suíça, Belo Horizonte, 30421284. Telefones: (31)3277-6561, (31)3277-6803. E-mail: creaso@pbh.gov.br.

CREAS | Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Unidade pública estatal do SUAS-BH, responsável pela gestão e efetivação de serviços especializados voltados à proteção social de famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.

Público: Famílias, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas em situação e, ou, com trajetória de vida nas ruas, pessoas idosas, que vivenciam violações de direitos (trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, maus tratos e violência física, psicológica e patrimonial às pessoas idosas, trajetória de rua, abandono, apatidão, violências, medidas protetivas e socioeducativas, dentre outras) em articulação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça.

CREAS | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI

Serviço de caráter continuado, articulado e planejado de apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende proteção social, acesso a benefícios eventuais, atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e, ou, as submetem a situações de risco pessoal e social.

Público: Famílias que vivenciam violações de direitos encaminhadas pelos serviços socioassistenciais e com medidas protetivas dos Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça.

CREAS | Serviço Especializado em Abordagem Social:

Serviço de caráter continuado, articulado, planejado e integrado às demais provisões, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando a resolução de necessidades sociais imediatas e a inserção na rede de unidades e serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos e da geração de cidadania.

Público: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas, famílias que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e, ou, de sobrevivência.

CREAS | Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC):

O serviço de caráter continuado, articulado, planejado e integrado às demais provisões com a finalidade prover proteção socioassistencial por meio do acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, fomentando o acesso a direitos sociais e a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens e suas famílias, em observância à responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Público: adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas pelo Sistema de Justiça.

CREAS | Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SPEPDI:

Serviço de caráter continuado, articulado, planejado e integrado às demais provisões públicas, com a finalidade de garantir proteção social, atenção e cuidado em domicílio nos CREAS e no Centro Dia, para pessoas com deficiência e pessoas idosas, dependentes ou semidependentes, com dependência agravada por violações de direitos, e suas famílias.

Público: Pessoas com deficiência e pessoas idosas, dependentes ou semi-dependentes, com dependência agravada por violações de direitos, e suas famílias.

A rede de proteção social do SUAS-BH na Regional Oeste provê, além dos serviços e programas, os seguintes benefícios eventuais e subsidiários:

CRAS | Benefício Eventual – Avise

O Benefício Eventual – AVISE é uma provisão do SUAS-BH, suplementar e temporária, em formato de pecúnia, destinada aos indivíduos e famílias que se encontrem em situação de insegurança social por eventualidades que podem gerar e, ou, agravar violações de direitos e, ou, violências. *O Benefício Eventual é concedido em parcela única ou em três meses e prorrogável por igual período, no valor de R\$300,00, às famílias que estão em acompanhamento nos CRAS, CREAS e nas Coordenações de Proteção Social e Cidadania.*

Público: Indivíduos e famílias que se encontrem em situação de insegurança social agravada por eventualidades que podem gerar e agravar violações de direitos e, ou, violências.

CRAS, CREAS e Coordenação de Proteção Social e Cidadania | Benefícios Eventuais – subsidiários

Integram o SUAS-BH os benefícios eventuais, subsidiários, destinados às famílias e indivíduos em situação de pobreza, que vivenciam perdas, nascimento de trigêmeos, migração, ausências de documentação civil e, direitos básicos de cidadania: 1) Auxílio de gestação múltipla; 2) Passagens intermunicipal e interestadual (retorno à cidade de origem e articulação com a rede de proteção social local); 3) Sepultamento gratuito (traslado, tratamento do corpo, ornamentação, urna, coroa de flores e no mínimo 3 horas de velório nos cemitérios públicos); 4) Acesso a fotografia e encaminhamentos para acesso à documentação civil; e, 5) Carteira do idoso.

Público: Famílias e indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza.



Desemod.

OF. SMGO/DALE Nº 988/2022

Belo Horizonte, 20/07/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.774/2022** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo Ofício Dirleg nº 5.334/22, de 03/11/2022.

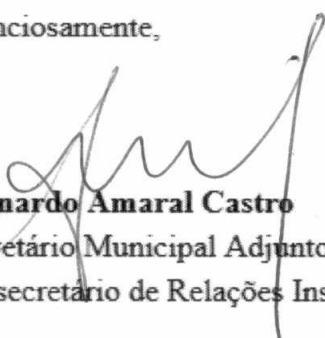
Senhora Presidente,

Reporto-me ao **Requerimento de Comissão nº 1774/2022**, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre o uso do transporte público coletivo, gratuitamente, na data de 30/10/2022.

Consultadas, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte e a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte emitiram resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE Nº 668/2022 e do Ofício SUMOB/SMGO Nº 206/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Leonardo Amaral Castro
Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

CMOH_DIRLEG-21/dez/22-11:12-008502-1

BHTRANS-DPR/DALE 668 /2022

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022

ASSUNTO: Requerimento de Comissão nº 1774/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Fernanda Pereira Altoé

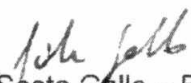
Referência: TAG 353756

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexa a Informação Técnica BHTRANS/DTP/SUTP/GCETT nº 382/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1774/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,


Júlia Costa Gallo – BT90030
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora
Luana Magalhães de Araújo Cunha
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 382/2022
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022**

Referência: TAG 353756 - Requerimento de Comissão nº 1774/2022 – CMBH - Vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Assunto: Informações referente à gratuidade no transporte coletivo de passageiros por ônibus no dia 30/10/2022 (2º turno da eleição), conforme disposto no Decreto nº 18.132, de 24 de outubro de 2022.

1. Introdução

Recebemos o requerimento em referência, solicitando as seguintes informações:

1. *Quantos passageiros usaram o transporte público gratuitamente no dia 30/10/2022?*
2. *Como foi aferida a quantidade de passageiros transportados?*
3. *Todos os passageiros transportados foram registrados?*
4. *Qual o método de registro de passageiros foi utilizado?*
5. *Quantas pessoas foram registradas pelo sistema de bilhetagem eletrônica no uso do transporte coletivo em 30/10/2022?*
6. *Já foi pago aos concessionários o serviço de transporte gratuito prestado em 30/10/2022?*
7. *Com base em qual quantitativo foi/será pago o serviço de transporte gratuito ocorrido em 30/10/2022?*
8. *Há previsão contratual na concessão para esse tipo de prestação gratuita de serviço de transporte?*
9. *Como foi/será formalizada a prestação do serviço ocorrida fora dos moldes contratuais?*
10. *Houve termo aditivo contratual para a prestação do serviço mencionado?*
11. *Qual foi/será o valor pago pela prestação do serviço?*
12. *O valor que foi/será pago pela Prefeitura já foi/será repassado imediatamente às concessionárias ou ficará/está custodiado no Consórcio Operador?*
13. *Quantas viagens foram realizadas no dia 30/10/2022?*
14. *Quais foram e quem definiu o quadro de linhas e horários? Eles seguiram os quadros regulares de viagens de finais de semanas?*
15. *Qual foi o custo das viagens realizadas pelos concessionários?*
16. *O valor pago pela prestação do serviço entrará em análise de eventual revisão tarifária?*
17. *Houve registro de reclamações do serviço de transporte público nesta data? Caso positivo, quais foram os cinco motivos de reclamação mais recorrentes?*

De posse das informações, a GCETT procedeu com a análise ao requerimento supramencionado.

2. Análise Técnica

Em atenção aos questionamentos em apreço, esclarecemos que:

Em 30/10/2022 (2º turno das eleições) foram realizadas, no transporte coletivo convencional, 15.600 viagens, com 331.647 passageiros registrados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica. Os passageiros foram registrados ao transpor as catracas dos ônibus, das estações de Transferência do MOVE e das linhas de bloqueio das estações do BHBUS.

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 382/2022
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022**

Como referência operacional, informamos que no dia 02/10/2022 (1º turno das eleições) foram realizadas, no transporte coletivo convencional, 9.487 viagens, com 264.063 passageiros registrados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e arrecadação de R\$756.348,33.

Os passageiros que utilizaram o Cartão BHBUS realizaram normalmente o registro no validador, mas sem desconto de créditos no cartão. Passageiros sem Cartão BHBUS, passaram normalmente pelas catracas, após estas serem liberadas pelos motoristas nos ônibus e pelos operadores/agentes de estação nas estações do BHBUS (operação idêntica à utilizada para pagantes em dinheiro).

Destaca-se que o serviço gratuito não está previsto contratualmente e considerando a publicação do Decreto nº 18.132, de 24 de outubro de 2022, não houve a assinatura de termo aditivo contratual.

A Portaria Conjunta Sumob/BHTRANS nº 015/2022, estabeleceu características e condições de operação que, dentre elas, destacamos: *VI. O número de viagens programadas no período de 04h00 às 23h59 deverá prever um acréscimo de viagens, em relação à oferta de viagens de um Domingo, de no mínimo 75% de viagens; VII. As viagens programadas para o horário noturno, compreendido entre 00h00 e 03h59, totalizarão 528 viagens.*

Quanto às reclamações de usuários referente à 30 de outubro de 2022, a Tabela 1 apresenta que 10 (dez) ocorrências registradas, sendo que 3 (três) referem-se aos dias 28/10/2022 e 29/10/2022.

Tabela 1 – Reclamações do Transporte Coletivo com ocorrências em 30/10/2022

Ticket	Data do Ticket	Assunto	Data da Ocorrência
31.00495151/2022-97	30/10/2022	CONDUÇÃO INADEQUADA (RETARDAMENTO DE VIAGEM/EXCESSO DE VELOCIDADE/FREADAS BRUSCAS)	30/10/2022
31.00495163/2022-64	30/10/2022	ASSALTO EM LINHA DE ÔNIBUS	30/10/2022
31.00495224/2022-66	30/10/2022	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO	29/10/2022
31.00495246/2022-54	30/10/2022	COMPORTAMENTO INADEQUADO DO MOTORISTA/AGENTE DE BORDO	30/10/2022
31.00495256/2022-75	30/10/2022	TEMPO DE ESPERA	28/10/2022
31.00495278/2022-63	30/10/2022	COMPORTAMENTO INADEQUADO DO MOTORISTA/AGENTE DE BORDO	30/10/2022
31.00495337/2022-22	30/10/2022	DESCUMPRIMENTO DE QUADRO DE HORÁRIO	30/10/2022
31.00495476/2022-52	30/10/2022	COMPORTAMENTO INADEQUADO DO MOTORISTA/AGENTE DE BORDO	29/10/2022
31.00495640/2022-86	30/10/2022	COMPORTAMENTO INADEQUADO DO MOTORISTA/AGENTE DE BORDO	30/10/2022
31.00495641/2022-59	30/10/2022	COMPORTAMENTO INADEQUADO DO MOTORISTA/AGENTE DE BORDO	30/10/2022

Fonte: Gerência de Atendimento ao Usuário – GEATU

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 382/2022
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022**

Em relação ao custo das viagens e como serão considerados em eventuais revisões tarifárias e contratuais, é importante destacar que os contratos de concessão vigentes preveem a atualização pela TIR (Taxa Interna de Retorno) quando da necessidade de realização de revisões. Dessa forma, considerando que a TIR é calculada com base no fluxo de caixa das concessões, envolvendo todas as receitas, custos e investimentos associados à operação dos serviços, entende-se que será natural considerar os custos envolvidos na operação do dia 30/10/2022 bem como quaisquer repasses financeiros porventura realizados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ou por outras instâncias do governo.

Por fim, a decisão se haverá pagamento da operação realizada no dia 30/10/2022, bem como as critérios e forma de repasse, caberá à Prefeitura de Belo Horizonte, que é o poder concedente.

Essa é a informação técnica disponível.

Gisele Nunes Gonçalves
Carvalho - BT00971

Assinado de forma digital por Gisele
Nunes Gonçalves Carvalho - BT00971
Dados: 2022.11.29 09:53:58 -03'00'

Gisele Nunes Gonçalves Carvalho – BT00971
Supervisora de Estudos Tarifários e Regulação – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo,

Carlos Franklin de
Almeida Rabelo BT00594

Assinado de forma digital por Carlos
Franklin de Almeida Rabelo BT00594
Dados: 2022.11.29 10:35:07 -03'00'

Carlos Franklin de Almeida Rabelo – BT00594
Gerente de Controle, Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Ofício SUMOB/SMGO N° 206/2022

Ref.: Requerimento de Comissão 1.774/2022.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022.


Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, trata-se de Requerimento de Comissão n° 1.774/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, solicitando informações sobre o uso do transporte público coletivo, gratuitamente, na data de 30/10/2022.

Em resposta, informamos que estamos de acordo com a Informação Técnica BHTRANS DTP/SUTP/GCETT n° 382/2022, de 25 de novembro de 2022 apresentada no TAG n° 353756.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,



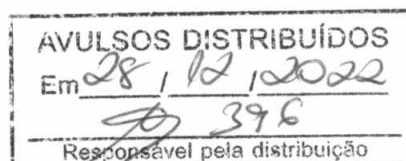
André Dantas
Superintendente de Mobilidade
SUMOB

Ilmo. Sr.

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal

Secretaria Municipal de Governo





OF. SMGO/DALE Nº 933/2022

Belo Horizonte, 20 de 2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.844/22** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.412/22, de 10/11/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.844/22, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre a Portaria Conjunta SMPU/SUMOB nº 021/2022.

Consultada, a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do ofício SUMOB SMGO nº 195/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SUMOB/SMGO N° 195/2022

Ref.: Requerimento de Comissão 1844/2022.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, trata-se de Requerimento de Comissão n° 1844/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, solicitando informações sobre a Portaria Conjunta SMPU/SUMOB n° 021/2022, que *"Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a distribuição da assistência financeira em caráter emergencial fornecida pela União ao Município destinada a auxiliar o custeio da gratuidade das pessoas idosas no transporte público coletivo urbano, instituída pela Emenda Constitucional n° 123 de 14 de julho de 2022"*.

Em resposta ao referido Requerimento, encaminhamos as informações abaixo, considerando os questionamentos recebidos:

- 1. O Município já recebeu algum repasse da União a título de auxílio para custeio da gratuidade de pessoas idosas no transporte público?**
- 2. Se sim, quando recebeu e quanto recebeu até o presente momento?**

Conforme PORTARIA INTERMINISTERIAL MDR/MMFDH N° 9, de 26 de agosto de 2022, a distribuição dos recursos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano a partir do Valor por Pessoa Idosa (VI), obtido pela divisão do Valor Total do Auxílio (VTA) pela População Idosa Total Enquadrada (Pletotal). A metodologia está no Anexo I da referida Portaria.

O Município de Belo Horizonte recebeu o total de R\$ 37.346.779,16 (trinta e sete milhões trezentos e trinta e seis mil setecentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos).

Ilmo. Sr.

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal

Secretaria Municipal de Governo



3. Quando as parcelas descritas no art. 8º da Portaria serão repassadas aos concessionários e permissionários?

Conforme art. 8º da Portaria Conjunta SMPU/SUMOB nº 021/2022, as parcelas serão repassadas nos dias 03, 10 e 24 de novembro e 07 e 30 de dezembro de 2022.

4. Nos termos do art. 3º da Portaria, qual foi o percentual de participação de cada serviço (coletivo e suplementar) no transporte público coletivo apurado pela SUMOB?

A distribuição será realizada na proporção de 92,8% ao Serviço de Transporte Público Convencional e de 7,2% ao Serviço de Transporte Público Suplementar, considerando a média de passageiros registrados por cada serviço e o percentual correspondente total de passageiros registrados no serviço de transporte público de passageiros por ônibus do Município, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de Passageiros Registrados por serviço

Item	Percentual de Passageiros Registrados	
	Convencional	Suplementar
Comparativo do período de 12 a 31 de julho de 2022	92,7%	7,3%
Comparativo do mês de agosto de 2022	92,8%	7,2%
Comparativo do mês de setembro de 2022	92,9%	7,1%
Média de passageiros registrados	92,8%	7,2%



5. O valor repassado a cada um dos concessionários e permissionários observará/observou o percentual de participação no sistema apurado ou será distribuído de outra forma?

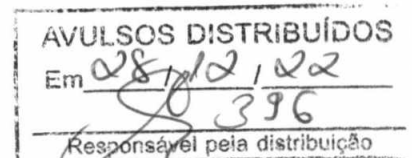
O valor repassado observou critério de divisão estabelecido, sendo repassado R\$ 34.657.811,06 (trinta e quatro milhões seiscientos e cinquenta e sete mil e oitocentos e onze reais e seis centavos) ao Serviço de Transporte Público Convencional, 92,8% do valor total recebido pelo Município, e R\$ 2.688.968,10 (dois milhões e seiscientos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e oito reais e dez centavos) ao Serviço de Transporte Público Suplementar, 7,2% do valor total recebido pelo Município.

A prestação de contas poderá ser acompanhada através do sítio eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/auxilio-idoso>.

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,


André Dantas
Superintendente de Mobilidade
SUMOB





OF. SMGO/DALE Nº 936/2022

Belo Horizonte, 20/12/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.866/22** – Autoria do Vereador Marcos Crispim – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.500/22, de 17/11/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.866/22, de autoria do Vereador Marcos Crispim, que solicita informações sobre o motivo da Prefeitura de Belo Horizonte não ter realizado o serviço de construção de muro de contenção no beco Antônio Evangelista, nº 90, bairro Alto Vera Cruz.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 1207/2022, conforme cópia anexa.

Esclareço que, tendo em vista os questionamentos feitos pelo autor, o pedido de informação foi direcionado à Secretaria Municipal de Política Urbana, que encaminhará a complementação posteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 1207/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.

REF.: TAG 353922

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1866/2022, de autoria do Vereador Marcos Crispim, que apresenta pedido de informações sobre as obras no Beco Antônio Evangelista, nº 90, bairro Alto Vera Cruz, seguem informações:

1. Qual o motivo da Prefeitura de Belo Horizonte não ter realizado o serviço de construção de muro de contenção no beco Antônio Evangelista, nº 90, bairro Alto Vera Cruz, conforme exposto no OF. SMAICS/SUAI/Nº 1683/2021?

Conforme respondido por meio do ofício SMOBI Nº 1071/2022, em 20/10/2022, o serviço estava previsto para ser executado no segundo semestre de 2021, porém em decorrência de outras prioridades e urgências não foi possível cumprir o planejamento.

A Diretoria de Manutenção e Áreas de Risco – DMR da Urbel informa que, após vistorias realizadas no Beco Antônio Evangelista e Rua Janete Monteiro, no âmbito do Programa Estrutural de Áreas de Risco - PEAR, foram indicadas obras de manutenção, as quais encontram-se inseridas no Plano de Obras da Manutenção para execução com previsão de início no começo do próximo ano (2023).

2. As obras que estão sendo realizada no local é da Prefeitura? Caso negativo, a Prefeitura está ciência delas?

À senhora

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



SMOBI N.º 1207/2022 (continuação 2/2)

Diante do questionamento, a DMR-Urbel realizou vistoria no Beco Janete Monteiro, nº 35, quando foi constatado risco geológico baixo e indicado parecer de monitoramento pelo morador. Verificou-se, ainda, que os cortes realizados na encosta não ocasionam riscos para a moradia citada.

Naquela oportunidade, o autor do corte próximo a essa moradia identificou-se como Cláudio Pego das Neves, residente na moradia vizinha a montante, com endereço no Beco Janete Monteiro, nº 40, apresentando naquele ato documentos de propriedade do terreno e um laudo com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da obra. A DMR observou, por fim, não ter sido identificada obra próxima em fase adiantada de execução.

3. Existe alguma autorização do Poder Executivo, mediante alvará de obras nesse endereço?

A emissão de alvará para edificação ocorre no âmbito da Subsecretaria de Regulação Urbana – SUREG da Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, devendo tal órgão ser consultado diretamente.

4. Existe alguma denúncia registrada sobre essa obra, caso esteja irregular?

De acordo com a Urbel, não foi identificado no âmbito daquela Companhia nenhum registro de denúncia em relação ao tema objeto do questionamento.

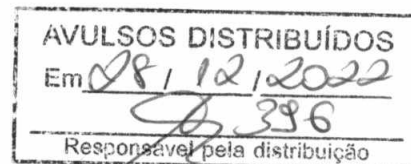
5. Quais medidas serão tomadas pela Administração Pública?

As ações de fiscalização relacionadas ao Código de Posturas e ao cumprimento da legislação urbanística no Município de Belo Horizonte são atribuições da Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS, de modo que eventual requerimento para fiscalização no local em questão deve ser solicitado diretamente naquela Subsecretaria, com vistas a apurar a regularidade da intervenção.

Atenciosamente,

LEANDRO CÉSAR PEREIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.

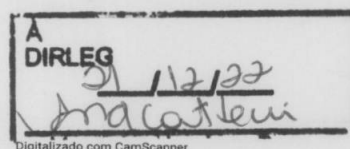
ILUSTRÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE E DEMAIS 40 VEREADORAS E VEREADORES MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG.

=> Fundamentação de Contraditório Social ao Projeto de Lei
nº. 442/2022 registrado no site da Câmara de Vereadores - CMBH **URGENTE.**

FERNANDO FERNANDES DE ABREU, brasileiro, eleitor com o título nº. 1739.9241.0124, quite com a justiça eleitoral, divorciado, administrador de restaurante (inativo), contribuinte inscrito no CPF/MF sob o nº. 898.922.088-20 domiciliado na Rua dos Goitacazes nº. 1596 /Cjto. 601, CEP 30.190-052, Belo Horizonte/MG, endereço eletrônico ffernandesabreu@yahoo.com.br, membro da ONG **Associação Brasil Legal** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.718.691 / 0001-05, controladora social de atos públicos e prestadora de tal serviço a sociedade, vem, respeitosamente, diante de Vs. Sas., com fulcro nos arts. 1º, II, parágrafo único, 5º, IV e XXXIV, "a"; 6º, caput, 37 e 220, da Constituição Federal; art. 73, § 1º, III Constituição Estadual/MG; arts. 2º, II e III; 4º, §§ 5º e 6º, 15; 82, § 2º, V; 85, parágrafo único I; 96; 110, VIII; 193, 196, VI; 197 §§ 1º a 3º e 198, da Lei Orgânica/BH, arts. 2º, 3º, 6º, V, VI, do CDC, lei 8.078/90; arts. 8º, II, V, VI, IX e 9º, §§ 1º a 12º, parágrafo único, do art. 10 da lei 12.587 /12; => contrato de concessão resultado da licitação concorrência 131/2008-PBH e art. 66 da lei 8.666/93 **reiterar opinião contra** o projeto de lei 442-2022 registrada no site desta casa legislativa / fiscalizadora, CMBH, **e fundamentar** o CONTRADITÓRIO SOCIAL conforme consigna adiante e pede ao final.

O art. 1º do Projeto de Lei nº. 442 /2022 em tela estabelecendo que *"a remuneração dos serviços de transporte público coletivo de passageiros de Belo Horizonte será calculada em razão da distância percorrida pelas linhas"* e os termos do parágrafo único do art. 5º da dita

Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro, 352- brasillegal.legal@yahoo.com.br - Tel. 31 985539828
CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ.601 - BELO HORIZONTE/MG



- 3-Dez-2022-15:02-001380-2/3

PRESIDENCIA

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.*

proposição sobre "pagamento (...) decorrente da remuneração pela produção quilométrica" estão a derogar as subcláusulas 11.1 e 11.2 dos contratos resultados da licitação concorrência 131/2008 deste Município.

Registrem-se aqui os ditames das referidas subcláusulas 11.1 e 11.2 dos contratos decorrentes da concorrência 131/2008, "ipsis verbis":

"Cláusula 11 - DO REGIME TARIFÁRIO - 11.1 - Pela prestação dos SERVIÇOS objetos deste CONTRATO, caberá a CONCESSIONÁRIA as tarifas pagas pelos passageiros que utilizaram seus veículos, de acordo com a política tarifária vigente e o seguintes grupos tarifários:"

11.2 - A CONCESSIONÁRIA reconhece que os valores tarifários constantes desta cláusula em conjunto com as regras de reajustes e revisão descritas neste CONTRATO são suficientes para a adequada remuneração dos SERVIÇOS, amortização de seus investimentos e retorno econômico, na conformidade de suas propostas, descabendo-lhe qualquer outra reivindicação perante o PODER CONCEDENTE" (destaque / negrito nosso).

Diga-se, de passagem, que "contrato faz lei entre as partes" e que estando vigentes os contratos de concessão dos serviços de transporte público (direito social e relação de consumo conforme o art. 6º da Constituição Federal e CDC) resultados da licitação concorrência 131/2008, têm-se nesses a lei a ser cumprida, nos termos do art. 66 da lei 8.666/93, inclusive, e dos princípios da legalidade, moralidade e do interesse social e maior.

Ao estabelecer que "a tarifa do transporte público coletivo público cobrada do usuário final" (...) deverá ser "direcionada ao custeio do serviço, podendo ser complementado QUANDO NECESSÁRIO" (...) e

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL

*Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.*

que nos casos de "Remuneração Excedente à devida de acordo com as Ordens de Serviços o valor será destinado para investimentos na rede de mobilidade urbana do município" o art. 3º da proposição, PL 442/2022, indica algo vago e a notória pecha "caixa preta" do furtivo sistema alerta.

É que, primeiro, depoimentos de agentes da BHTRANS na CPI do transporte-CMBH indicam que não se sabe de efetivos custos do transporte público, a própria "auditoria" não identificou o custo real e o poder público, BHTRANS e SUMOB **não conseguiram informar a cidadãos** membros da ONG Brasil Legal sobre a questão que tem a ver, aliás, com o atípico subsídio.

Ademais, "*podendo ser completado QUANDO NECESSÁRIO*" é impreciso e induz futuro e eventual emprego de subjetivismo / pessoalidade, e direcionamento de valores referentes a eventual (no caso de) remuneração excedente à devida de acordo com as Ordens de Serviço para investimentos (...) precisa ser substituído por devolução imediata a vista e atualizado.

Os termos do art. 4º, que "*o controle e a gestão dos valores arrecadados pela cobrança de tarifas será feito pelo Poder Executivo, que realizará o repasse às concessionárias após a verificação da conformidade dos trajetos e distâncias (...)*" indica por reflexo que **NÃO CABERÁ A CONCESSIONÁRIA as tarifas cobradas dos usuários** conforme dita a subcláusula 11.1 dos contratos vigentes e configura inovação e drible nos ditames das subcláusulas 11.2 e 13 (i) e do citado art. 66 da lei 8.666/93.

A inovação (pelo projeto 442/2022) estabelece em síntese que os concessionários do transporte público de Belo Horizonte receberão por quilometragem produzida, QUILOMETRO RODADO, **o que já existe ainda que implicitamente, mas com valor identificado (tarifa e reajuste vinculados ao contrato)** e deixa "vácuo" porque não aponta como será valorado o objeto a ser pago (km rodado) e possibilita definição subjetiva, pessoal e acertos.

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.*

A propósito: Informações disponibilizadas no site da BHTRANS possibilitaram o controle social Brasil Legal identificar o total de passageiros pagantes que multiplicado pelo valor da tarifa resulta o total arrecadado que dividido pela quilometragem produzida também identificada na fonte resulta o valor do km rodado em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 e clareia/baliza.

2018 – 339.152.590 passageiros pagantes multiplicados por R\$ 4,05 (tarifa) igual a R\$ 1.373.567.989,55, que divididos pela quilometragem produzida (155.270.217) **resulta R\$ 8,846 => o valor do Km rodado;**

2019 – 316.186.401 passageiros pagantes multiplicados por R\$ 4,50 (tarifa) igual a R\$ 1.422.838.804,50, que divididos pela quilometragem produzida (154.236.499) **resulta R\$ 9,225 => o valor do Km rodado;**

2020 – 174.281.613 passageiros pagantes multiplicados por R\$ 4,50 (tarifa) igual a R\$ 784.267.258,60, que divididos pela quilometragem produzida (105.349.885) **resulta R\$ 7,444 => o valor do Km rodado;**

2021 – 189.574.516 passageiros pagantes multiplicados por R\$ 4,50 (tarifa) igual a R\$ 853.085.322,00, que divididos pela quilometragem produzida (105.992.477) **resulta R\$ 8,048 => o valor do Km rodado;**

2022 (1 a 9) – 180.333.151 passageiros pagantes multiplicados por R\$ 4,50 (tarifa) igual R\$ 811.499.179,55, que divididos pela quilometragem produzida (154.236.499) **resulta R\$ 9,225 => o valor do Km rodado.**

A ONG Brasil Legal apurou também com base nas Informações disponibilizadas pela BHTRANS a "*Média de Passageiros Por Viagem*", a "*Média de Quilômetros Por Viagem*" e o "*IPK*" (*índice de passageiros por km*), elementos que também indicam valor do Km rodado e PEDE DE ANTEMÃO AO ORGÃO LEGISLATIVO E FISCALIZADOR A COMPARAÇÃO COM SIMILARES DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E MANAUS.

*Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro, 352- brasillegal.legal@yahoo.com.br - Tel. 31 985539828
CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ. 601- BELO HORIZONTE MG*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos; Defesa da Legalidade,
Educação e Garantias Individuais, Conforme a Lei.*

O controle social apurou/emitiu "Comparativo Comprovado de Tarifas e Custo de Mão de Obra entre B. Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus" e provou tarifa maior c/c custo menor de mão de obra AQUI e aferiu, ademais, a média de viagens realizadas em dias úteis nos 3 primeiros e 3 últimos trimestres de 2017/18/19/20 encontrando média na casa de 25, 24 e 28 mil, acima da exigida para "subsidiar". (?).

"Data venia", nobres vereadores, o projeto de lei 442 /2022 (lei específica) não beneficia em absolutamente nada o usuário consumidor dos serviços de transporte público que já paga tarifa mais cara que São Paulo, Rio de Janeiro Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus e outras capitais, muito pelo contrário e "abre a porteira para passar boiada e beneficiar ainda mais o feliz empresariado (capital)" que já vem sendo beneficiado de diversas formas.

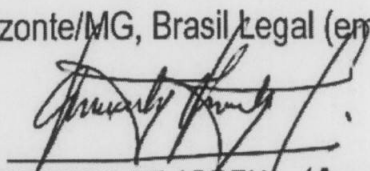
Consulta por oportuno/seguro os cidadãos controladores sociais se a lei específica mencionada ao final do art. 3º será outra (além dessa).

QUANTO AO PEDIDO OBJETIVAMENTE

O controle social pondera e solicita-lhes pausa no trâmite do projeto em tela (442/2002) e estabelecimento de discussão com a sociedade e órgãos como Promotorias e Defensorias Públicas de Defesa do Consumidor, Urbanismo e Direitos Humanos, MPC e a imprensa e agradece de antemão.

Alerta para a questão segurança do cidadão e pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, Brasil Legal (em construção), 13/12 de 2022.



FERNANDO FERNANDES DE ABREU - (Associação Brasil Legal)

*Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro, 352- brasillegal.legal@yahoo.com.br - Tel. 31 985539828
CORRESPONDÊNCIA PARA A RUA DOS GOITACAZES 1596, CJ.601- BELO HORIZONTE MG*

PUBLICIDADE

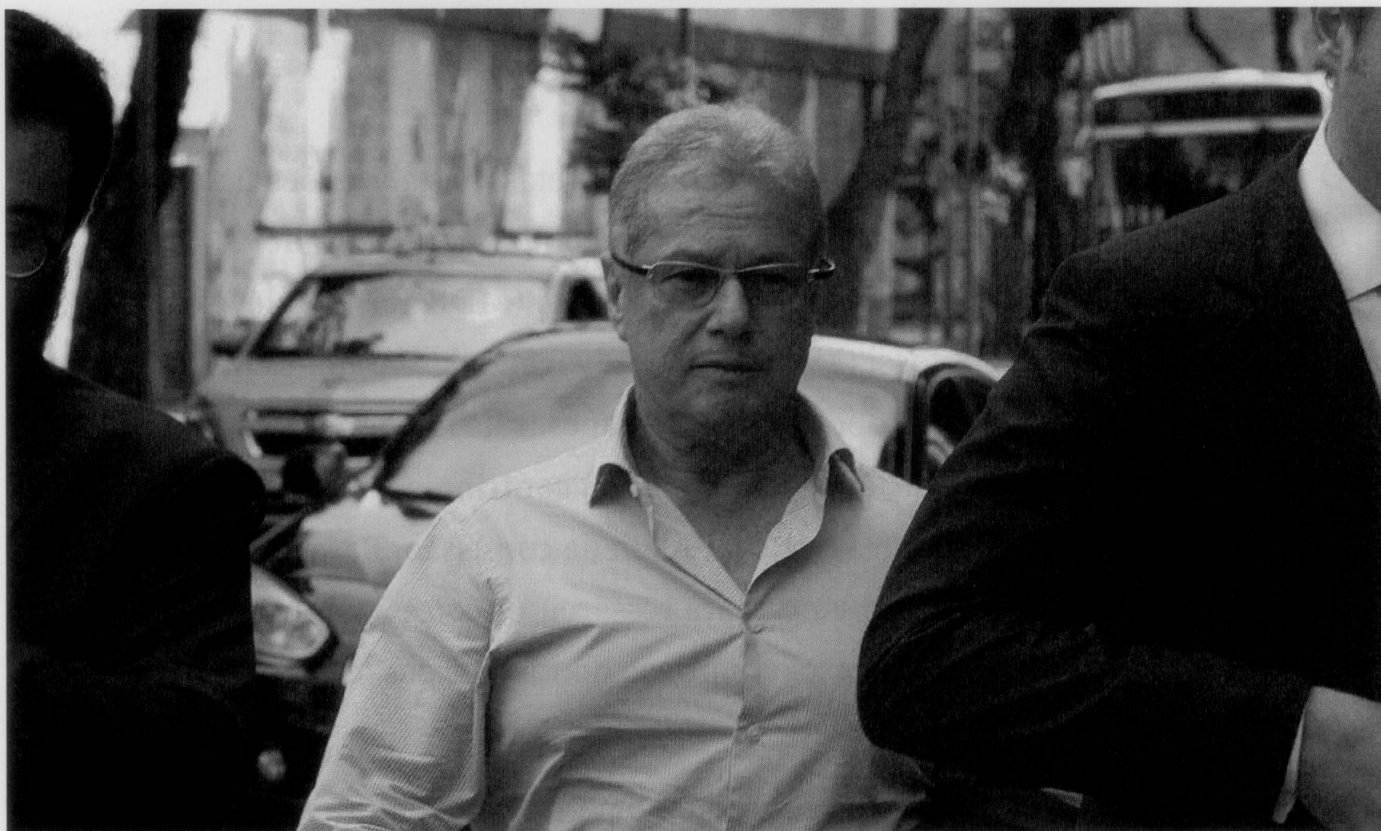
EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Após admitir propinas, Jacob Barata pede perdão judicial

'Rei dos Ônibus' do Rio tenta diminuir pena após ter delação premiada rejeitada pela Operação Lava-Jato

Aguirre Talento

10/03/2019 - 04:30 / Atualizado em 10/03/2019 - 17:15



O empresário Jacob Barata, que reconheceu a distribuição de dinheiro a políticos do Rio Foto: Gustavo Miranda / Agência O Globo



CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

BRASÍLIA — Após ter **admitido** a existência de uma **caixinha** da **Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio (Fetranspor)** para pagamentos periódicos de **propina** a agentes públicos no estado, o empresário **Jacob Barata Filho**, conhecido como o “Rei dos Ônibus”, pediu ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, que lhe conceda **perdão judicial** por sua contribuição às investigações.

O pedido foi enviado no fim de janeiro ao juiz Bretas, nas alegações finais do caso conhecido como Cadeia Velha, no qual Jacob Barata é acusado de pagar propina aos ex-deputados estaduais Jorge Picciani (MDB-RJ), Paulo Melo (MDB-RJ) e Edson Albertassi (MDB-RJ). O advogado de Barata, Rodrigo Mudrovitsch, argumenta no documento que, apesar de não ter assinado um acordo de delação premiada, a lei prevê que sua contribuição possa ser recompensada com atenuantes de pena. Além da confissão, Barata fez um depósito de R\$ 80 milhões à Justiça para ressarcir os cofres públicos dos danos causados por sua conduta. Ele está em prisão domiciliar desde outubro.

A defesa pede que, caso não seja concedido o perdão judicial, Bretas recompense Barata com redução de dois terços da pena. O empresário chegou a negociar delação com o Ministério Público Federal, mas as tratativas não avançaram. Os procuradores da Lava-Jato do Rio avaliaram que ele não estava contando tudo que sabia e não trazia provas novas para as investigações.

Por isso, Barata partiu para uma confissão a Bretas, feita pela primeira vez em agosto do ano passado, na qual admitiu que a caixinha da Fetranspor para pagar

políticos chegava a R\$ 6 milhões por mês e disse que a prática foi feita durante 20 anos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

— Realmente existia um caixa gerado pela Fetranspor para pagamentos de agentes públicos no sentido de tentar melhorar o sistema de transporte, de proteger o sistema de transporte, de ações que fossem prejudiciais ao setor — disse o empresário, citando os três deputados estaduais como beneficiários dos pagamentos.

O GLOBO RECOMENDA

Bolsonaro cria Dia do Rodeio na mesma data que celebra São Francisco e os animais

Doria recua e pede revisão de protocolos da Polícia Militar após mortes em Paraisópolis

Flamengo receberá Bolsonaro e Guedes em camarote próximo ao de Witzel no Maracanã

Flamengo terá que pagar pensão de R\$ 10 mil a famílias de vítimas do Ninho

Em outro interrogatório com Bretas, dessa vez em dezembro, Jacob Barata afirmou ter repassado cerca de R\$ 145 milhões ao ex-governador Sérgio Cabral (MDB) entre 2010 e 2016. Dando prosseguimento à sua estratégia de colaborar espontaneamente, ele também tem sido ouvido em diversos inquéritos do Ministério Público e fornecido informações às investigações.

Em sua defesa no caso da Cadeia Velha, Jacob Barata afirma que os pagamentos de propina visavam a impedir que os agentes públicos adotassem medidas que, apesar de serem capazes de beneficiar a curto prazo os usuários de ônibus, como

por exemplo uma diminuição nas tarifas de ônibus, “destruiriam o sistema a médio e longo prazo”.

Decisões de Gilmar

O pedido de Jacob Barata, porém, não teve o respaldo do Ministério Público Federal. Em manifestação ao juiz Marcelo Bretas, a Lava-Jato do Rio argumentou que os benefícios concedidos a Barata devem ser “mínimos” e que sua confissão não trouxe novos elementos para a elucidação do caso.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

“Há que se ponderar que a redução da pena deve ser mínima, tendo em consideração as particularidades do caso concreto. Isso porque a confissão do acusado não foi necessária para a elucidação dos crimes, tendo em vista o elevado volume de provas que já existiam em seu desfavor, praticamente impedindo uma defesa pela negativa dos fatos, o que deve ser ponderado por esse juízo no momento de valorar o montante de atenuação da pena”, escreveram os procuradores.

O empresário protagonizou uma das principais brigas da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ao ter obtido diversas ordens de soltura expedidas pelo ministro Gilmar Mendes. O Ministério Público Federal tentou afastar Gilmar do caso, alegando suspeição por ele ter sido padrinho de casamento da filha de Jacob, mas não teve sucesso.

O GLOBO RECOMENDA

Polêmicas de Gilmar Mendes



veja

Clique e assine a partir de 9,90/mês

Política

**O PRESENTE PERFEITO PARA TODO TIPO DE PAI**

Assine VEJA e mais 9 títulos digitais Abril por 12x R\$ 29,95. Aproveite!

Powered by Pushnews

Tentando delação premiada, 'rei do ônibus' é condenado na Lava Jato

Empresário Jacob Barata Filho foi considerado culpado por corromper deputados estaduais do Rio em troca de benefícios para operação de transporte público

Por **Da Redação** - Atualizado em 29 mar 2019, 09h28 - Publicado em 29 mar 2019, 09h27



O empresário Jacob Barata Filho, conhecido como o 'rei do ônibus' no Rio de Janeiro Ana Branco/Agência O Globo

O juiz federal **Marcelo Bretas**, responsável pelos processos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, condenou nesta quinta-feira, 28, o empresário **Jacob Barata Filho** a doze anos de prisão por corrupção ativa.

Conhecido como o “**rei do ônibus**”, Barata foi considerado por Bretas culpado de financiar um esquema de corrupção instalado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) para corromper deputados estaduais a aprovarem leis de interesses das empresas de transporte.

Além de Barata, também foram condenados o empresário Felipe Picciani, filho do ex-presidente da Alerj Jorge Picciani (MDB). Lélis Teixeira, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes do Estado do Rio de Janeiro

2 conteúdos restantes. Assine agora »
Já é assinante? [Entre aqui.](#) x

Felipe Picciani foi sentenciado a 17 anos e dez meses de prisão, por lavagem de dinheiro e organização criminosa. Lélis Teixeira a 13 anos de prisão, por corrupção ativa. Uma das denunciadas, Ana Cláudia de Andrade, foi absolvida por Bretas.

A decisão do juiz ocorre no mesmo dia em que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) condenou Bispo e pai e os também ex-deputados estaduais Edson Albertassi e Paulo Melo, t

veja **O PRESENTE PERFEITO PARA TODO TIPO DE PAI**
Assine VEJA e mais 9 títulos digitais Abril por 12x R\$ 29,95. Aproveite!

Powered by Pushnews

RELACIONADAS MAIS LIDAS



Brasil

Os 5 milhões do bispo



Brasil

O anexo zero

A condenação contra Jacob Barata surge no momento em que o empresário busca firmar um acordo de **delação premiada**. Anexos obtidos por VEJA informam que Barata narrou, entre os fatos que promete contar para obter uma redução em sua pena, repasses para um **ex-assessor do ministro Luiz Fux**, do Supremo Tribunal Federal (STF), e cinco milhões de reais em propina destinados, entre 2008 e 2016, para as campanhas do atual **prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella** (PRB).

Na sentença em que o condenou, o juiz Marcelo Bretas deu sermão em Jacob Barata. O juiz classificou como “elevada” a “culpabilidade” do empresário por possuir “pleno discernimento quanto à ilicitude das condutas que praticava”. “Os motivos também são reprováveis, consistentes na compra de apoio permanente na Alerj com o intuito de perpetuar seu domínio no mercado de transporte público”, argumentou o magistrado.

(Com Estadão Conteúdo)

DELAÇÃO PREMIADA

MARCELO BRETAS

OPERAÇÃO LAVA JATO

SIGA

GRUPO  **Abril**

BEBÊ.COM

BOA FORMA

CAPRICHÔ

CASACOR

CLAUDIA

ELÁSTICA

GUIA DO ESTUDANTE

PLACAR

QUATRO RODAS

SUPERINTERESSANTE

VEJA RIO

VEJA SÃO PAULO

VEJA SAÚDE

VIAGEM E TURISMO

VOCÊ S/A

2 conteúdos restantes. Assine agora »
Já é assinante? [Entre aqui.](#) x

RIO DE JANEIRO

MPF denuncia Jacob Barata e desembargador Mário Guimarães por corrupção, lavagem e evasão de divisas

Também foram denunciados o empresário Miguel Iskin, o doleiro Carlos Garibe e outras três pessoas por envolvimento na prática de crimes.

Por G1 Rio

16/07/2020 11h43 · Atualizado há 3 semanas

Empresário Jacó Barata Filho é denunciado por corrupção

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

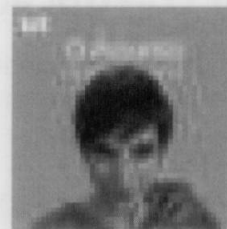
o investigado **intimide testemunhas** e use sua influência para macular provas já existentes ou prejudicar as investigações”.

O MPF pediu ainda, em caso de condenação, a decretação **da perda da função pública** do magistrado.

O Assunto

100 mil mortos

Por G1 • 07/08/2020 02:34



Como funcionava o esquema

O doleiro Carlos Garibe firmou um acordo de delação premiada.

De acordo com as investigações, Barata, Lavouras e Monteiro — dirigentes da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do RJ (Fetranspor) — pagaram **vantagem indevida** no valor de **R\$ 6 milhões em espécie** ao desembargador Mário Guimarães com o propósito de **garantir decisões judiciais favoráveis** aos interesses dos empresários de ônibus.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

manutenção e movimentação de inúmeras contas no exterior, abertas em nome de pessoas físicas e de offshores.”

Além disso, segundo o MP, a quebra do sigilo bancário de Gláucia Guimarães revelou ainda que, mesmo sem nada que justifique o recebimento de valores em espécie, ela recebeu depósitos em espécie no Brasil, entre janeiro de 2012 e abril de 2019, superiores a R\$ 1,6 milhão.

Quem é Jacob Barata Filho

Em nota, o MPF lembra do apelido de “Rei dos Ônibus” e diz que Jacob Barata Filho “é um dos maiores empresários de ônibus do Rio de Janeiro e do Brasil, integrando o quadro societário de mais de 25 empresas do ramo dos transportes, respondendo a diversas ações penais na Justiça”.

Já “Miguel Iskin é réu em quase uma dezena de ações na área da saúde, no bojo da Operação Lava Jato do Rio de Janeiro”, emendou.

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou, nesta quarta-feira (15), à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), **uma denúncia** contra o empresário **Jacob Barata Filho -- conhecido como o Rei dos Ônibus** -- e contra o **desembargador** do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) **Mário Guimarães Neto**.

O MPF afirma que ambos têm participação em **um esquema de corrupção** ativa e passiva, **lavagem de dinheiro** e **evasão de divisas** no setor de transportes públicos no RJ.

Também constam como denunciados a esposa do magistrado, a advogada Gláucia Iorio de Araújo Guimarães; os empresários Miguel Iskin e José Carlos Reis Lavouras; o presidente do Conselho Superior do Sindicato Rio Ônibus, João Augusto Moraes Monteiro; e o doleiro Carlos Eduardo Caminha Garibe.

A defesa de Barata informou, no início da tarde, que não se pronunciaria porque "não teve acesso à denúncia".

O **G1** ainda não conseguiu contato com a defesa dos outros denunciados.



O empresário Jacob Barata Filho — Foto: Reprodução / GloboNews

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Guimarães Neto **tinha sido afastado preventivamente em abril deste ano**, depois que uma operação encontrou cerca de **R\$ 50 mil em um cofre** em um carro ligado a um desembargador.

No documento enviado ao ministro-relator Félix Fischer, a subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo requereu a **prorrogação do afastamento** cautelar até o trânsito em julgado do processo, "em razão do risco de que

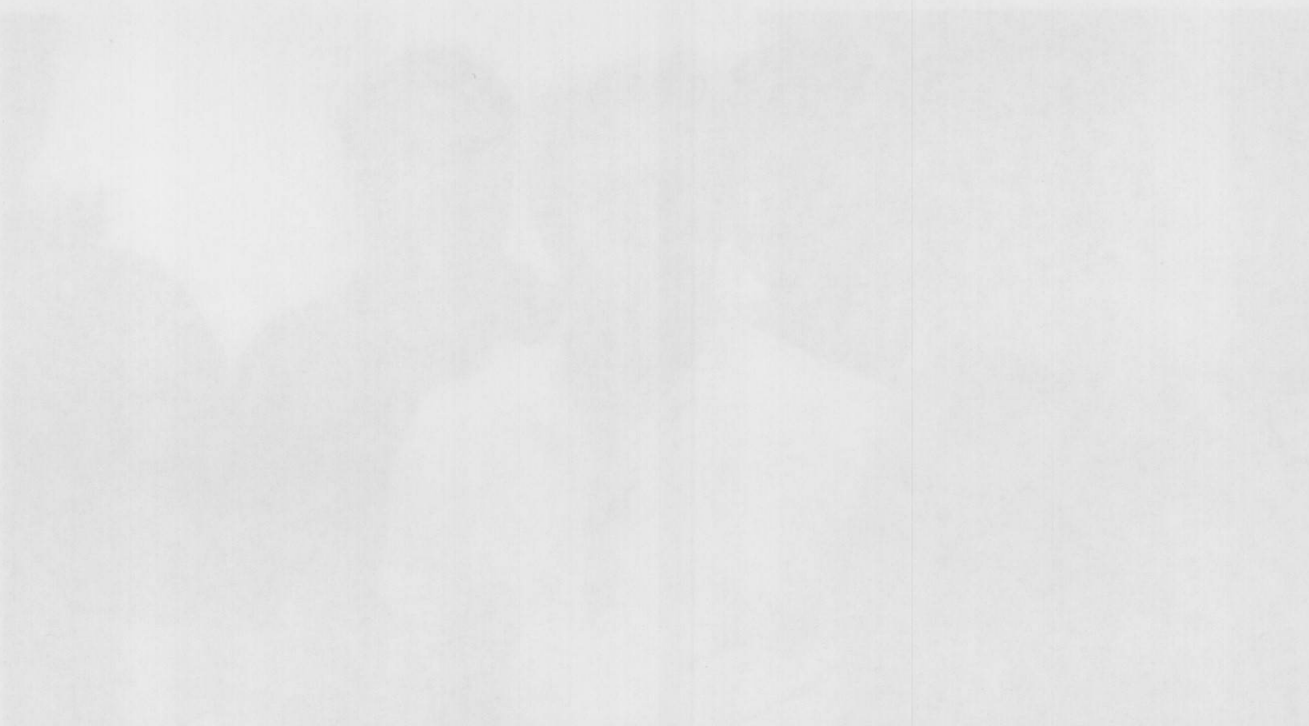
RIO DE JANEIRO

PF prende promotor suspeito de receber mesada para ajudar empresas de ônibus

Flávio Bonazza de Assis foi preso em Copacabana. Defesa nega as acusações.

Por Marco Antônio Martins, G1 Rio

03/02/2020 10h39 · Atualizado há 6 meses



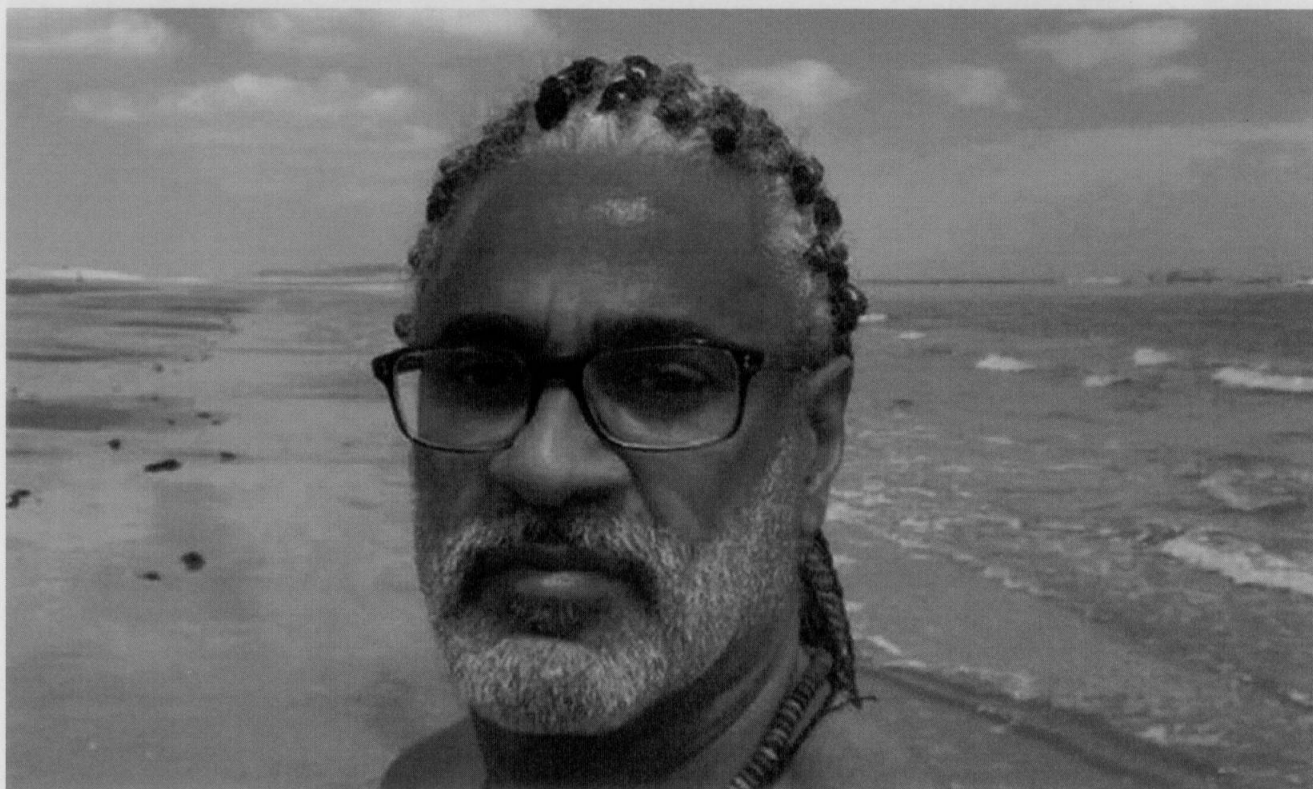
Promotor é preso suspeito de receber propina da Fetranspor

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A TV Globo apurou que havia indícios de que Bonazza estava apagando provas.

O Ministério Público Federal (MPF) corroborou a denúncia do MPRJ, e nesta segunda o juiz Marcelo Bretas expediu o mandado de prisão contra Bonazza.

Bretas também determinou o arresto de bens de Bonazza no valor de R\$ 1,35 milhão.



Promotor Flávio Bonazza — Foto: Reprodução/GloboNews

Promotor delatado

A denúncia contra Bonazza e mais quatro, em novembro, tinha partido de um acordo de delação fechado com o empresário Lelis Teixeira.

Entre junho de 2014 a março de 2016, Bonazza -- então na Tutela Coletiva da Cidadania da capital -- recebeu vantagens indevidas de empresários que atuavam no transporte público do Rio.

Segundo afirmou Lelis na delação, uma reunião na garagem de uma empresa de ônibus da Zona Oeste do Rio selou o acordo.

Em troca de uma "mesada", de acordo com as delações, Bonazza arquivaria inquéritos, retardaria investigações ou vazaria informações para a cúpula do setor.

A Polícia Federal (PF) prendeu nesta segunda-feira (3) em Copacabana, na Zona Sul do Rio, o promotor de Justiça Flávio Bonazza de Assis.

Segundo a polícia, Flávio foi preso na Operação Ponto Final, um desdobramento da Lava Jato, que buscava desarticular organização criminosa que atuava no setor de transportes urbanos do estado do Rio de Janeiro.



Promotor preso no Rio chega à sede da Polícia Federal — Foto: Henrique Coelho/G1 Rio

O MP afirma que Bonazza **recebia R\$ 60 mil de mesada de empresários de ônibus** para agir, dentro do MP, em benefício do setor -- como arquivar processos. Ele nega **(veja mais abaixo)**.

Bonazza foi um dos cinco denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) em novembro -- na ocasião, a prisão do promotor foi pedida, mas não concedida.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A denúncia do MP afirma que Bonazza quis ter sob controle tudo que chegava sobre o tema ao MP.

"Em determinado momento, Bonazza, alegando pretensa prevenção, reivindicou junto a alguns dos promotores que os inquéritos civis, notícias de fato, representações e procedimentos administrativos que versassem sobre linhas de ônibus, lhes fossem encaminhados", diz o texto.

Lelis afirmou ao MPRJ que a garagem da Viação Redentor era o local marcado para o pagamento da mesada-propina, todo dia 30 de cada mês.

Aposentadoria

Por lidar com um promotor de justiça, a denúncia foi distribuída ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça por conta da função.

No entanto, o Ministério Público confirmou no dia 14 de novembro a aposentadoria do promotor, depois de um pedido do próprio Flavio Bonazza.

Com isso, o caso foi enviado para a primeira instância.

O que diz Bonazza

Em nota nesta segunda-feira, a defesa técnica de Flávio Bonazza diz ter recebido "com absoluta indignação" a notícia sobre a prisão.

"Os fatos datam de 2016 e são baseados exclusivamente nas palavras de criminosos confessos sem qualquer prova de corroboração", afirmou.

"O absurdo da prisão se torna ainda mais eloquente se consideramos que o Flávio Bonazza tem uma carreira imaculada e postulou em juízo para produção de uma série de provas para afastar por completo as falsas acusações que são lançadas criminosamente contra ele", completou.

Em novembro, a defesa lamentou o "vazamento" de "acusações vazias e criminosas de um delator sem escrúpulos".

Mais do G1

Manifestantes tentam chegar ao Parlamento do Líbano e entram em confronto com a polícia

em.com.br Propina a vereadores em Governador Valadares era paga mensalmente

Parlamentares de Valadares são denunciados pelo MP por receberem mensalinho de empresa de transporte. Para embolsar a verba, eles votaram até aumento de passagem acima da inflação

PH _ Paulo Henrique Lobato - Enviado especial (<https://www.em.com.br/busca?autor=Paulo Henrique Lobato - Enviado especial>)

postado em 09/06/2016 06:00 / atualizado em 09/06/2016 07:23

O último reajuste da passagem em GV, ocorrido em fevereiro, foi de 15,8%, bem acima da inflação, atendendo a interesses da Valdareense

(foto: Juarez Rodrigues/EM/D.A Press)

Governador Valadares – O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em Governador Valadares denunciou ontem 35 pessoas por corrupção, peculato e outros crimes, entre eles 12 vereadores e dois secretários municipais. O pedido de prisão coletivo é um dos desdobramentos da operação Mar de Lama, que apura o desvio de dinheiro público, fraude em licitações e o pagamento de um mensalinho aos parlamentares da maior cidade do Vale do Rio Doce, com cerca de 300 mil habitantes.

A denúncia, a qual o Estado de Minas teve acesso, foi dividida em duas peças. A primeira leva em conta a propina paga aos vereadores, batizada pelos próprios envolvidos de “passaginha”, pois era financiada pela Valdareense, empresa que detém o monopólio do transporte público de passageiros na cidade. Os valores mensais – alguns pagamentos foram quinzenais – variaram de R\$ 2,6 mil a R\$ 20 mil, dependendo da importância do parlamentar para os interesses da organização criminosa.

Cinco dos 12 vereadores denunciados estão presos desde maio. Também no mês passado, por decisão judicial, os outros sete foram afastados da Câmara Municipal. Em contrapartida à passaginha, os parlamentares votaram projetos de lei em acordo com os interesses da Valdareense, como o aumento do preço das passagens, hoje em R\$ 3,30. O último reajuste, em fevereiro, foi de 15,8%, bem acima da inflação de 2015 (10,71%).

“os envolvidos se associaram para, de maneira estável e habitual, praticarem os crimes de corrupção ativa e passiva”, afirmou Eduardo Ventura, promotor de Justiça

(foto: Juarez Rodrigues/EM/D.A Press)

Em outra ocasião, uma proposta que previa a gratuidade do transporte gratuito aos deficientes físicos foi retirada da pauta da Câmara a pedido dos donos da empresa. Em gravação telefônica autorizada pela Justiça, os investigadores da Mar de Lama descobriram que se a empresa fosse onerada por meio de projetos de lei que tramitassem no Legislativo descontaria o custo da “passaginha” dos vereadores.

Os pagamentos foram repassados da empresa aos parlamentares, segundo a denúncia, por agentes públicos com bom trânsito no Legislativo e influência no Executivo. Omir Quintino, ex-diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), autarquia municipal, é considerado o cabeça da organização. O tesoureiro, de acordo com a Mar de Lama, é Vilar Rios, ex-diretor do Saae. Ambos foram detidos em abril.

“Ao longo das tratativas, Omir informa (a outra pessoa) ter sido procurado por Juliana (sócia da Valdareense) e deixa transparecer que, se porventura aquela empresa fosse onerada com a construção dos banheiros (próximos a pontos de ônibus), os custos seriam repassados para o valor da passaginha”,

segundo consta na denúncia, assinada pelos promotores Evandro Ventura e Ingrid Val.

De acordo com as investigações, os vereadores votavam conforme os interesses dos donos da Valadarense

(foto: Juarez Rodrigues/EM/D.A Press)

“Os envolvidos se associaram para, de maneira estável e habitual, praticarem os crimes de corrupção ativa e passiva, bem como a advocacia administrativa, consistente em superfaturamento nos contratos firmados com o poder público. De julho de 2015 a fevereiro de 2016, constatou-se a prática de diversos crimes cometidos pelos denunciados”, concluiu Ventura.

CADERNO Uma agenda encontrada no início da operação Mar de Lama na sala de trabalho de um dos indiciados ajudou os promotores a fundamentar a denúncia. Batizada de caderno de propina, a agenda associa parlamentares a valores recebidos indevidamente por empresários.

Os promotores devem conceder hoje uma entrevista coletiva à imprensa. A Prefeitura de Valadares informou que instaurou sindicância em contratos envolvendo a empresa de ônibus e que, tão logo a operação da PF foi deflagrada, exonerou os servidores envolvidos. A Câmara Municipal informou que os suplentes dos vereadores afastados foram empossados.

Chefe do esquema

Na segunda denúncia do Ministério Público, os promotores pediram a prisão de 15 pessoas, sendo a maioria empresários, por crimes de corrupção e peculato, entre outros. Eles são acusados de cometer fraude com recursos públicos destinados a obras para minimizar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no fim de 2013.

Três dos denunciados são funcionários da autarquia de água e saneamento básico, conhecida pela sigla Saae, e foram listados também na primeira peça.

“Durante as investigações realizadas no âmbito federal e estadual, constatou-se que o denunciado Omir Quintino Soares, na condição de diretor-geral do Saae, era, na verdade, o verdadeiro chefe do esquema criminoso descortinado”, concluiu o promotor Evandro.

Os promotores apuraram que fornecedores entregaram ao poder público produtos em quantidade menor do que a combinada em licitação, porém, o pagamento foi a maior. A investigação constatou que o chamado *modus operandi* dos crimes era semelhante.

“Inicialmente, há a facilitação para que as empresas tenham acesso aos contratos públicos. Em seguida, combina-se o superfaturamento por parte da empresa, consistente em prestar serviço ou fornecer produto em quantidade muito inferior à atestada. Após, há a facilitação do pagamento (a empresa que não entra no esquema, em regra, tem dificuldades para receber do Saae), sendo que a parte superfaturada entra como ‘custo político’ ou simplesmente como vantagem indevida”, escreveu o promotor.

A empresa Valadarense foi procurada, mas até o fechamento desta edição não respondeu as perguntas enviadas pela reportagem.

O nome da operação

A Mar de Lama foi inspirada na destruição causada pela chuva em Valadares em 2013. A União repassou verba ao município, mas parte foi desviada por funcionários do Saae. Em investigação aprofundada, a força-tarefa formada pelo MPMG, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Controladoria Geral da União (hoje Ministério da Transparência) apurou uma série de outras fraudes.

Lista de denunciados na primeira peça

Vereadores

l Adauto da Silva (Adauto Carteiro)
l Ananias da Silva (Ananias Camelô)
l Marcos Alves da Silva (Chiquinho)
l Geovanne Honório
l Isá Batista (Cabo Isá)
l José Iderlan
l Leonardo Glória
l Levi Vieira (Levi Presidente)
l Marinaldo Amorim (Zangado)
l Mílvio José da Silva (Milvinho)
l Ricardo Assunção
l Sezary Alvarenga (Cezinha)

Secretários municipais e servidores públicos

l Ranger Belisário, secretário de Governo
l Marco Rios, secretário de Serviços Urbanos
l Omir Soares, diretor-geral do Saae
l Marcos Vória, diretor de Serviços Funerários e Cemitério
l Vilmar Rios, diretor-adjunto do Saae
l José Afonso, diretor do Saae
l Evandro Karister, funcionário da autarquia de saneamento básico (Saae)

Empresários

Juliana Schettino, ócia da Valadarense
Roberto José Carvalho, ócio da Valadarense

Outros

Arielle de Oliveira, ssessora do vereador Chiquinho
Jean Carlos, erente de posto de gasolina

no Rio de Janeiro deixou ônibus 12% mais caro

5 de agosto de 2017

Destaque
Notícia
Outros destaques

INFORME PUBLICO



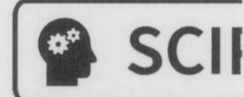
Scania: Portfólio
clientes de todo o mundo

Receba notícias

Digite seu endereço
para assinar este
receber notificações
publicações por e-mail

Endereço de e-mail

Assinar



São Paulo, 22/10
As linhas mais lentas



ento Final, deflagrada pelo MPF, denunciou que em 2009 reajuste no valor
s de ônibus intermunicipais foi de 7%, quando aumento deveria ter sido

PELEGI

concorrem para formar o preço da tarifa de um sistema de ônibus: custos
stos com pessoal, despesas com peças e acessórios e despesas
as. O que parece ser uma simples fórmula, no entanto, fica muito diferente
ve um fator obscuro chamado "corrupção".

de pneu ou combustível, ou ainda salários e benefícios de motoristas,
lculados e auditados, a corrupção é a grande incógnita que impactou o
ção do Rio de Janeiro toda vez que tomava um ônibus para ir trabalhar.

da que fica na cabeça de muitos quando se busca explicação para a
ursos que teriam sido pagos pela "caixinha da propina" das empresas de
ao ex-governador Sérgio Cabral. De onde saiu esse dinheiro?

ajustada pelo mesmo índice utilizado para a variação dos preços das
PCA), corresponderia hoje a 11,9%.

valor de uma viagem que custa R\$ 15,50 (o jornal usa o preço da linha 1512,
s-Castelo), R\$ 1,85 corresponde ao valor autorizado acima do índice em
e pagar esse valor a mais todos os dias?

to em que empresas de ônibus lutam por aumentar receitas diante de uma
nômica aguda, o péssimo exemplo dos empresários do Rio de Janeiro só
a percepção popular de que tarifa de ônibus é sinônimo de "caixa preta". E
em risco todo o sistema público de ônibus urbano no país.

e de transparência é hoje a única maneira de o setor de ônibus ganhar
para justas reivindicações de um transporte que é essencial – até por ser
para o trabalhador brasileiro. E permitir, mais ainda, que os custos do
n devidamente identificados, a começar das gratuidades. Afinal, quem
sses de olho no voto do cidadão são os políticos populistas, que geram
is se negam a trabalhar por fontes de receitas permanentes para o
ansporte coletivo.

or fontes sustentáveis de financiamento, como a Cide (o imposto sobre a
uer a transparência nos custos que movem o sistema. Para pedir dinheiro,
monstrar à sociedade que ele será bem utilizado em favor de todos. Bons
lem maus empresários, assim como empresários corretos não aceitam
s políticas.

legi, jornalista especializado em transporte



**correr de decisão
de ônibus ser
Janeiro
17**



**Lélis Teixeira será interrogado hoje
(18) na CPI dos Transportes da Alerj
18 de maio de 2018
Em "Brasil"**



**Linhas da Zona Oeste do Rio têm
ônibus em situação precária
22 de abril de 2018
Em "Brasil"**



Geral

Empresas de ônibus do RJ faziam “caixinha da propina” para pagar autoridades



Publicado em 03/07/2017 - 15:47 Por Akemi Nitahara - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

Os empresários de transporte público do Rio de Janeiro investigados na **Operação Ponto Final**, deflagrada hoje (3) pela Polícia Federal, contribuía para uma “caixinha da propina”, que era repassada a agentes públicos, entre eles o ex-governador Sérgio Cabral, a cada benefício recebido pelo setor do governo estadual, segundo o procurador da República no Rio de Janeiro José Augusto Vagos.

“O objetivo dos pagamentos era que eles obtivessem benefícios fiscais e tarifários no transporte. Precisamos descobrir que atos de ofício foram esses feitos pelo Sérgio Cabral que geraram esse pagamento de propina no período. Os pagamentos permaneceram mesmo após o término do segundo mandato do Cabral, até a prisão dele em novembro de 2016”, detalhou o procurador em entrevista para apresentar um balanço das ações de hoje.

obim/Galeão, quando tentava embarcar para Portugal. Já o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Seterj), Marcelo Traça Gonçalves, foi preso na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), pela Polícia Rodoviária Federal.



...élis Teixeira, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do estado, sendo preso (pela PF) Tânia Rêgo/Agência Brasil

De acordo com o delegado Antônio Beaubrun, há indícios de que Barata tentava fugir do país, pois seus familiares já estavam em Portugal e, quando foi preso, levava uma grande quantia de dinheiro em espécie. “Quando fizemos a prisão, ele estava com mais de R\$50 mil reais em moeda estrangeira e tinha mandado a família para Portugal. Temos documentos de empresas dele em Portugal, mas não é oportuno divulgar quais são.”

Segundo o advogado de Barata Filho, o empresário faria uma viagem de rotina ao país europeu, onde tem negócios “há décadas e para onde faz viagens mensais”.

No todo, foram expedidos nove pedidos de prisão preventiva, três de prisão temporária e 30 mandados de busca e apreensão, autorizados pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. São considerados foragidos Márcio Marques Pereira Miranda e José Carlos Reis Lavoura, conselheiro da Fetranspor do Bilhete Único. Segundo o MPF, Lavoura é suspeito de receber R\$ 40 milhões e está em Portugal, com volta prevista para o dia 8. A PF informou que vai acionar a Interpol para ajudar na busca pelos foragidos.

Delação premiada

A investigação decorre da colaboração premiada de Luiz Carlos Bezerra, operador financeiro de Sérgio Cabral, que confessou que recolhia propina na sede da empresa Flores em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A procuradora Marisa Ferrari explicou que o esquema utilizava empresas transportadoras de valores para repassar a propina em dinheiro vivo, das empresas de transporte diretamente para os envolvidos.

Os pagamentos a Sérgio Cabral continuaram após a prisão de um desses operadores financeiros e o Carlos Bezerra continuou a fazer a contabilidade nas empresas de transporte. Na empresa Flores teve registro de pagamento para Cabral até novembro de 2016. Agora foi descoberto outro agente público importante no esquema, que foi o Rogério Onofre, no Detro, que tinha uma atuação forte no transporte intermunicipal de passageiros, ele autorizava o aumento das tarifas de ônibus. Está em investigação um aumento de 7% dado acima da expectativa técnica, que indicava 2%”, destacou.

Para o procurador Eduardo El Hage, Cabral manteve influência política forte mesmo depois de ter concluído o mandato. “Quando tinha aumento na tarifa ou alguma isenção era aprovada, todos os envolvidos ganhavam seus prêmios. É um esquema muito antigo e muito maléfico para a população, porque prejudica os mais pobres,

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Após propina, concessionária reduzirá pedágio no PR em acordo com Lava Jato

Ecorodovias é a segunda empresa do estado a fechar acordo para reparar danos e diminuir valor das tarifas

13.ago.2019 às 15h50



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/08/14/>)

Katna Baran

CURITIBA A força-tarefa da Lava Jato no Paraná

(<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/petrolao/>) firmou na segunda-feira (12)
acordo de leniência com a Ecorodovias

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/concessionarias-de-rodovias-acionam-justica-para-barrar-reducao-de-pedagio.shtml>) no valor de R\$ 400 milhões, a serem ressarcidos até
2021. A empresa controla as concessionárias Ecovia e Ecocataratas,
ambas que atuam no estado.

Do total, R\$ 370 milhões servirão para a reparação do dano causado pela empresa, dos quais R\$ 220 milhões serão utilizados para reduzir em 30% a tarifa de todas as praças de pedágio operadas pela

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/concessionarias-de-rodovias-acionam-justica-para-barrar-reducao-de-pedagio.shtml>) Ecorodovias (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/concessionarias-de-rodovias-acionam-justica-para-barrar-reducao-de-pedagio.shtml>).

O desconto será implementado 30 dias após a homologação do acordo pela Justiça, o que ainda não ocorreu, e estará disponível até o esgotamento da verba.



Praça de pedágio na BR 277, no Paraná, uma das operadas pela empresa do grupo CCR, que havia fechado acordo para redução de tarifa no primeiro semestre - Gisele Pimenta - 2.mar.18/Framephoto/Folhapress

Outros R\$ 150 milhões serão destinados a obras nas rodovias. Ainda está previsto que R\$ 30 milhões da verba serão pagos a título de multa, prevista na legislação sobre improbidade administrativa.

Além de devolver o dinheiro, a Ecorodovias confessou que, desde o ano 2000, pagou propinas em troca de modificações contratuais benéficas à empresa.

São atos de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a contratos de concessão firmados entre a empresa, o Governo do Estado do Paraná

e o Ministério dos Transportes —estes atuando via departamentos de estradas.

Acordo parecido já havia sido homologado pela Lava Jato em abril, com

a ([https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-tarifa-em-30-no-pr.shtml)

[tarifa-em-30-no-pr.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-tarifa-em-30-no-pr.shtml)) Rodonorte ([https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-tarifa-em-30-no-pr.shtml)

[reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-tarifa-em-30-no-pr.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/com-acordo-ccr-reconhece-propina-em-pedagio-e-vai-reduzir-tarifa-em-30-no-pr.shtml)). A concessionária teve que

abater em 30% o valor do pedágio de todas as praças por ela operadas, somando R\$ 350 milhões do total devolvido, que será de R\$ 750 milhões até 2021.

Somando os acordos das duas concessionárias, o montante ressarcido chega a R\$ 1,15 bilhão, em torno de 8% do recuperado pela Lava Jato ao longo dos seus cinco anos.

Segundo o Ministério Público Federal, no ajuste com a Ecorodovias, a redução no valor das tarifas foi acertada de modo que não implique em benefícios tributários à concessionária.

A empresa ainda teve que se comprometer a adotar medidas internas para evitar novos crimes, como estruturar programa de compliance, ética e transparência, com apresentação de relatórios anuais ao Ministério Público Federal.

A Ecorodovias também vai se sujeitar a um monitoramento independente por cerca de dois anos e meio.

Pelo Twitter, o coordenador da Lava Jato, procurador Deltan

([https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-mensagens-da-lava-jato.shtml)

[mensagens-da-lava-jato.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-mensagens-da-lava-jato.shtml)) Dallagnol ([https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-mensagens-da-lava-jato.shtml)

[desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-mensagens-da-lava-jato.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/conselho-desarquiva-reclamacao-contradeltan-em-caso-das-mensagens-da-lava-jato.shtml)), afirmou que, só em

2019, a força-tarefa recuperou aproximadamente R\$ 2 bilhões com acordos.

“Ao se olhar para essa cifra, deve-se ter em mente que dificilmente se reavia algum centavo para os cofres públicos antes da operação”,

comemorou.

Em nota, o MPF também destacou a fala do procurador Alexandre Jabur. “Nesses casos, a própria sociedade que é a maior lesada sente o benefício no bolso, ao passar pelas praças de pedágio”, disse.

Ao todo, a Lava Jato celebrou 12 acordos de leniência com empresas

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/bolsonaro-mantem-sob-sigilo-condicoes-de-acordos-com-empresas-na-lava-jato.shtml>) até então, chegando a R\$ 14 bilhões recuperados.

Em nota, a Ecorodovias confirmou os termos do acordo com o MPF. Afirma que a redução das tarifas deve durar pelo menos um ano. “As novas tarifas serão implementadas após a homologação do acordo e os novos investimentos ainda devem ser aprovados pelo poder concedente”, destacou.

“A medida é um importante passo para que a companhia possa seguir seu caminho de crescimento, deixando para trás qualquer atitude em desacordo com suas diretrizes éticas e morais”, completa a nota.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/apos-propina-concessionaria-reduzira-pedagio-no-pr-em-acordo-com-lava-jato.shtml>

[\(https://www.uai.com.br/\)](https://www.uai.com.br/)[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Economia\(https://www.em.com.br/economia/\)](https://www.em.com.br/economia/)**em.com.br**

RESSARCIMENTO

Governo de Minas faz acordo de R\$ 42,7 milhões com construtora por fraudes

Negociação assinada nesta segunda-feira (7/11) foi feita em conjunto pela CGE, AGE e MPMG; empresa cometeu atos ilícitos em obras públicas

MC Mariana Costa(<https://www.em.com.br/busca?autor=Mariana%2ACosta>)

07/11/2022 15:00 - atualizado 07/11/2022 18:07

COMPARTILHE

([https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=\(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=\)](https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=)))

SIGA NO Google News

(<https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>)



Construtora fraudou obras na Cidade Administrativa e na Cemig

(foto: Mariana Costa/EM/D.A. Press)

O governo de Minas Gerais assinou nesta segunda-feira (7/11) um acordo de leniência com a construtora Coesa S.A., atual denominação da OAS S.A., por fraudes em obras públicas na construção da Cidade Administrativa e em contratos relacionados a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), entre 2008 e 2010.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

A empresa, que procurou o governo por conta própria, deverá pagar R\$ 42,7 milhões pelos acordos de leniência e de não persecução civil. O valor deverá ser dividido em 19 parcelas anuais corrigidas pela taxa Selic. As negociações foram feitas em conjunto pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), Advocacia-Geral de Minas Gerais (AGE) e o Ministério Público estadual (MPMG).

Segundo o governo de Minas, os valores a serem ressarcidos foram calculados de forma minuciosa e técnica pela Comissão de Negociação. O montante total previsto nos dois acordos corresponde a pagamentos a título de ressarcimento ao

erário, multa civil da Lei de Improbidade Administrativa e de dano moral coletivo.

PUBLICIDADE

Destinação dos recursos

Os acordos, porém, não excluem a empresa de ressarcir a administração pública de eventuais prejuízos aos cofres que vierem a ser apurados e nem prejudica investigações em curso.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Além disso, os valores pagos pelo ressarcimento aos cofres públicos serão destinados integralmente aos entes lesados, no percentual de suas participações no acordo. A multa civil será destinada ao Tesouro Estadual e os valores pagos a título de dano moral coletivo serão revertidos para o Fundo Especial do Estado do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (FUNEMP).

Além do pagamento dos valores acordados, a construtora se comprometeu a continuar aperfeiçoando e monitorando suas políticas de governança, que inclui mecanismos de controle e fiscalização. Em caso de não pagamento ou descumprimento do acordo pela empresa, os benefícios acordados serão integralmente perdidos, com vencimento e execução antecipada da dívida, entre outras penalidades.

Atenuar penalidades

O controlador-geral do estado, Rodrigo Fontenelle, explica que a empresa procura o governo para atenuar as penalidades decorrentes da fraude. “Talvez a maior é ser impedida de contratar com o poder público.”

Ele destaca que, por parte da administração pública, as vantagens do acordo são o ressarcimento dos valores e a alavancagem investigativa. “Conseguimos informações que não teríamos se a empresa não tivesse nos procurado e relatado os atos lesivos.”

Fontenelle lembra que o valor do acordo é relativo aos contratos da construtora com o governo do estado. “Foram diversos contratos dentro da Cidade Administrativa e é o segundo acordo de leniência relacionado à Cidade Administrativa.”

Em agosto do ano passado, a Andrade Gutierrez também fechou um acordo de leniência com o governo de Minas (https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/08/18/interna_politica,1297157/governo-de-minas-fecha-acordo-de-leniencia-de-r-128-9-milhoes-com-a-ag.shtml) para devolver R\$ 128,9 milhões aos cofres públicos pelos mesmos motivos.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

O advogado-geral do estado, Sérgio Pessoa, ressalta que os processos criminais não são paralisados. “A apuração da corrupção é complexa. Foram apontados desvios e destinação de recursos impróprios para a construção e intervenções realizadas na Cidade Administrativa.”

Pessoa destaca que o acordo de leniência serve como um mecanismo pedagógico para que as empresas que atuem no estado de Minas Gerais estejam dentro da legalidade.

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

DIGITE SEU E-MAIL

RECEBER

[\(https://www.uai.com.br/\)](https://www.uai.com.br/)[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Política\(https://www.em.com.br/politica/\)](https://www.em.com.br/politica/)**em.com.br** RESSARCIMENTO

Governo de Minas fecha acordo de leniência de R\$ 128,9 milhões com a AG

Andrade Gutierrez vai devolver dinheiro aos cofres públicos após fraudes na licitação da Cidade Administrativa e em obras para a Cemig

[LR Larissa Ricci\(https://www.em.com.br/busca?autor=%2ALarissa%2ARicci\)](#)

18/08/2021 16:48 - atualizado 18/08/2021 19:34

COMPARTILHE

[\(https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=\(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=\)](https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=))

u=).

SIGA NO **Google News** <https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>



Advogado geral, Sérgio Pessoa, e controlador geral, Rodrigo Fontenelle, anunciaram o acordo do governo de Minas com a Andrade Gutierrez

(foto: JUAREZ RODRIGUES/EM/DA Press)

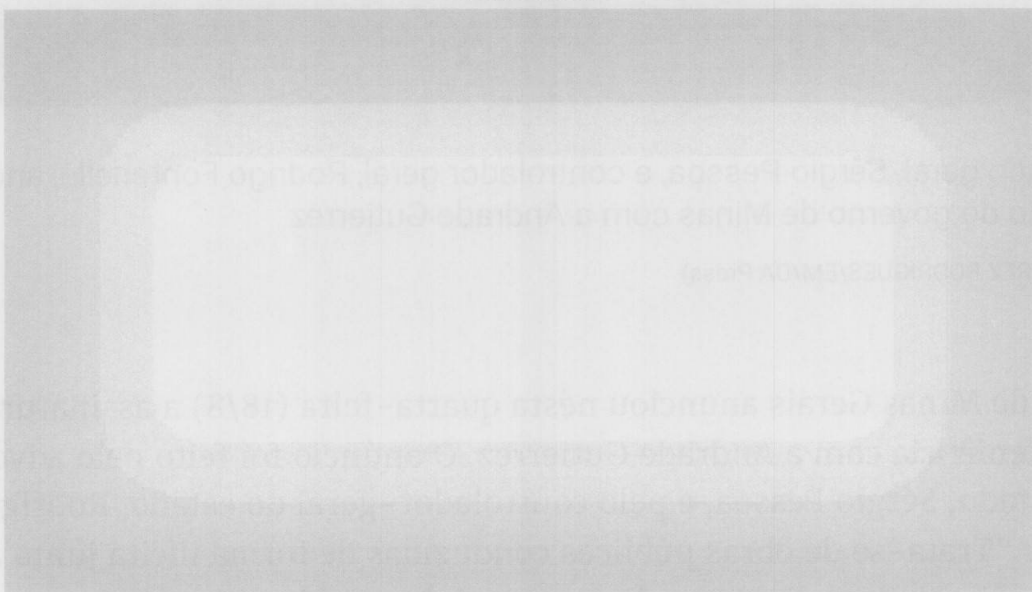
O governo de Minas Gerais anunciou nesta quarta-feira (18/8) a assinatura de um **acordo de leniência** com a Andrade Gutierrez. O anúncio foi feito pelo advogado-geral do estado, Sérgio Pessoa, e pelo controlador-geral do estado, Rodrigo Fontenelle. "Trata-se de obras públicas conduzidas de forma ilícita junta à administração estadual. Esse acordo é o ponto de partida para outras investigações, a partir de elementos que a empresa nos trouxe", disse Fontenelle. "Ela apresentou provas que nem sonhávamos."

Segundo eles, a empreiteira vai devolver **R\$ 128,9 milhões** aos cofres públicos, por fraudes na licitação da Cidade Administrativa e obras para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

A empresa procurou o governo do estado em 2019, buscando um acordo. Os fatos irregulares teriam ocorrido entre 2004 a 2011. A construção da **Cidade Administrativa** é investigada pelo Ministério Público de Minas Gerais. Segundo Fontenelle, o acordo não impede o avanço das apurações. "Tem os dois lados. A empresa ganha, além ter abatimento de 2/3 da multa e continuar podendo contratar com o poder público", disse Fontenelle. Ele explica que o ponto de partida foi a fraude na licitação mas também são investigados superfaturamento e desvio.

PUBLICIDADE



"O acordo tem como finalidade atuar em sinergia colaboração das instituição para recuperação de recurso para aplicação de políticas públicas", disse Sérgio Pessoa. Segundo ele, o pagamento será parcelado e será destinado ao ressarcimento de duas empresas do estado: Cemig e Codemig. Outra parte do recurso será para o caixa do estado, como pagamento de multa. Os valores destinados cada empresa não foram esclarecidos.

Por meio de nota, a Andrade Gutierrez afirmou que apoia "toda iniciativa de combate à corrupção" e que busca "esclarecer fatos ocorridos no passado".

Leia a nota na íntegra:

A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A empresa segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ) e, neste momento, com o Estado de Minas Gerais (CGE/AGE/MPE). A Andrade Gutierrez reforça, ainda, que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores.

Governador à época da construção da Cidade Administrativa, o deputado federal Aécio Neves (PSDB) afirmou que desconhece o assunto e negou irregularidades na obra.

Leia a nota na íntegra:

O deputado federal Aécio Neves desconhece totalmente o assunto. A Cemig é uma empresa de economia mista com plena autonomia em suas decisões. Quanto à Cidade Administrativa, a obra foi realizada por outra empresa, a Codemig. Perícias técnicas foram feitas pelo Ministério Público e por especialista e apontaram a inexistência de superfaturamento. Foram ouvidas dezenas de pessoas na investigação da obra e nenhuma delas atribuiu qualquer irregularidade ao ex-governador. O tempo e o avançar das investigações vão demonstrar a inexistência de irregularidades.

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

DIGITE SEU E-MAIL

RECEBER

QUA 23 NOVEMBRO 2022 | 16:40 | ATUALIZADO EM QUA 23 NOVEMBRO 2022 17:18

Governo de Minas assina acordo de leniência com antiga Odebrecht para devolução de R\$ 202,4 milhões aos cofres públicos

Atuação coordenada da CGE/MG, AGE/MG e MPMG possibilitou a assinatura do maior acordo já feito com empresas em Minas



O Governo de Minas anunciou, nesta quarta-feira (23/11), a celebração de acordo de leniência com as empresas OEC S.A. e Novonor S.A, atual denominação da Odebrecht S.A. A OEC, construtora do grupo econômico, pagará o total de R\$ 202,4 milhões por fraudes na licitação na construção da Cidade Administrativa, entre 2008 e 2010, e em contratos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) referentes ao programa Luz para Todos, de 2004 a 2011.

Os trabalhos foram coordenados pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE/MG) e a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG), com a interveniência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Este é o terceiro e maior acordo de leniência fechado em Minas. O primeiro foi com a Andrade Gutierrez, no valor de R\$ 128,9 milhões, seguido da Coesa (antiga OAS), de R\$

Segundo o controlador geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, os valores foram determinados a partir de estudos das condições financeiras da empresa, e serão pagos ao longo de 21 anos - com dois anos de carência - e com parcelas corrigidas pela taxa Selic, ou outro índice que vier a substituí-la.

“Um dos benefícios desse acordo para o Estado é a alavancagem investigativa, que significa que com as evidências que as empresas nos trazem continuamos nossas investigações, de forma mais célere, em relação a outras empresas”, explica Fontenelle, que atribui o sucesso do acordo ao trabalho pioneiro de colaboração entre CGE/MG, AGE/MG e MPMG.

“Outros estados e mesmo a esfera federal também promovem a celebração desses acordos, mas não da mesma forma como Minas tem conseguido, trazendo o MPMG para trabalhar conosco, primordial, inclusive, para dar mais segurança jurídica para as empresas que nos procuram”, relatou.



Dirceu Aurélio / Imprensa MG

Compensações

O advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa, ressaltou o esforço conjunto no enfrentamento à corrupção e frisou que o valor devolvido aos cofres do governo será investido em políticas públicas, em áreas como Saúde, Educação, entre outros.

“Conseguimos recuperar recursos para que sejam empregados nas políticas públicas de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, ressarcir a sociedade de desvios ocorridos no passado

(Gaeco), Daniel Piovanelli Ardisson, destacou que o trabalho junto à CGE/MG e AGE/MG é de vanguarda. “Essa parceria institucional está sendo desenvolvida e amadurecida. É um posicionamento que será mantido e veio para ficar, com o objetivo de buscar resultados efetivos para a sociedade mineira”, explicou.

Acordo de Não Persecução Cível

Além do acordo de leniência, foi negociado um Acordo de Não Persecução Cível entre o MPMG e as empresas OEC S.A. e Novonor S.A., com a interveniência da CGE/MG e AGE/MG.

**governomg e controlado**
Minas Gerais

[Ver perfil](#)

    /governomg

DEVOLVENDO O QUE É DOS MINEIROS

GOVERNO DE MINAS CELEBRA O MAIOR ACORDO DE LENIÊNCIA DA HISTÓRIA DO ESTADO E PREVÊ DEVOLUÇÃO DE R\$ 202,4 MILHÕES AOS COFRES PÚBLICOS



**MINAS GERAIS**

[Ver mais no Instagram](#)

2,889 curtidas

[Adicione um comentário...](#)

O acordo tem por finalidade impedir o início de uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa mediante a aceitação de algumas condições e aplicação de sanções aos agentes responsáveis pela prática dos supostos atos de improbidade administrativa, como forma de tornar mais célebre e efetiva a reparação do dano eventual causado ao erário.

O montante total previsto nos dois acordos corresponde a pagamentos a título de ressarcimento ao erário, multa civil da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e, em virtude da participação do MPMG e da celebração do Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, de dano moral coletivo, em decorrência de ilícitos praticados no âmbito de contratos envolvendo recursos oriundos do tesouro estadual.

Destinação

Em consonância com as determinações vigentes na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 12.846/2013, no Decreto Estadual nº 46.782/2015 e na Resolução Conjunta CGE/AGE nº 04/2019, os valores pagos a título de ressarcimento ao erário serão integralmente destinados aos entes lesados, no percentual de suas participações no acordo, de acordo com os ilícitos admitidos; a multa civil será destinada ao Tesouro Estadual; e os valores pagos a título de dano moral coletivo revertidos em favor do Fundo Especial do

continuidade ao aperfeiçoamento e monitoramento de suas políticas de governança e de *compliance*, incluindo os mecanismos de controle e fiscalização, ratificando compromisso já firmado quando da celebração de acordo de leniência com a União.

A colaboração das empresas, mediante a apresentação de documentos e informações que evidenciam a participação de agentes públicos e privados nas condutas ilícitas contempladas no acordo, ocorridas até o ano de 2011, trará ainda um ganho de eficiência na apuração dos ilícitos relatados, podendo possibilitar a recuperação de novos ativos ao Estado.

Com a celebração do acordo de leniência, não serão aplicadas às empresas as sanções previstas no artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, com exceção da multa civil. Além disso, não serão aplicadas as penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

Em caso de inadimplemento ou descumprimento do acordo pelas empresas, haverá perda integral dos benefícios pactuados, vencimento e execução antecipada da dívida, entre outras penalidades, sendo assegurado ao Poder Público a utilização de todo o acervo de provas fornecido.

OUTRAS NOTÍCIAS

RELACIONADAS

ÁUDIO

[RÁDIO] Governo de Minas assina acordo de leniência com antiga Odebrecht para devolução de R\$ 202,4 milhões aos cofres públicos

GALERIA

Governo de Minas assina acordo de leniência com antiga Odebrecht para devolução de R\$ 202,4 milhões aos cofres públicos

Últimas

Governador participa de celebração do Dia Internacional Contra a Corrupção

QUA 7 DEZEMBRO

Totalizando R\$ 374 milhões, acordos de leniência firmados em Minas foram...



Portal O Tempo > Política > Artigo

ATOS LESIVOS

Governo de Minas faz acordo de R\$ 42,7 milhões para construtora pagar em 19 anos

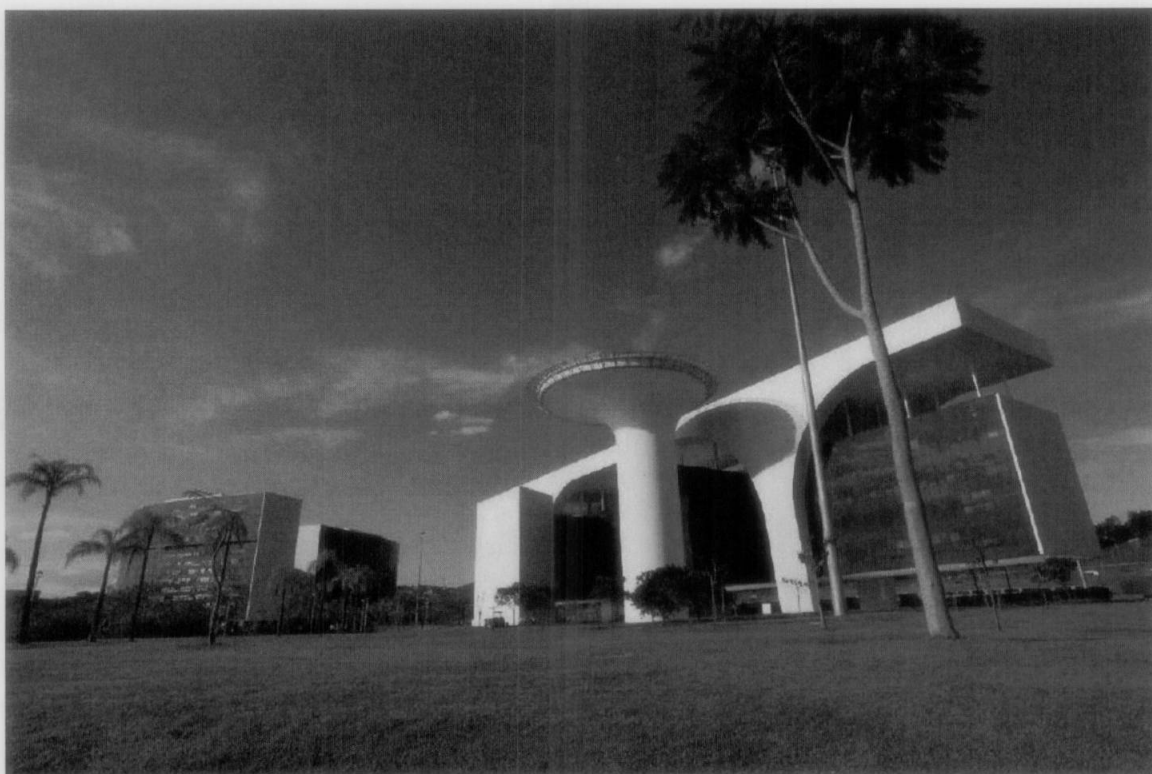
Empresa Coesa S.A., antiga OAS, assinou acordo de leniência com o Estado por confessar fraudes em contratos das obras da Cidade Administrativa e em projetos da Cemig



Por José Augusto Alves

Publicado em 7 de novembro de 2022 | 15h36 - Atualizado em 23 de novembro de 2022 | 19h49

8



Empresa Coesa S.A., antiga OAS, começará a pagar as parcelas ao Estado apenas em 2024 — Foto: Denilton Dias

[Fechar Pub](#)[Últimas](#)[Geral](#)[Publicidade Legal](#)[Lei 13.818](#)[Educação](#)[Emprego e ca](#)

FRAUDES

Empresa que construiu Cidade Administrativa assina acordo com o Estado para devolver R\$ 42,7 milhões

Jader Xavier

@ojaderxavier

jsbarbosa@hojeemdia.com.br

07/11/2022 às 16:02.

Atualizado em 07/11/2022 às 16:04



Publicidade

x

anunciaram um acordo de leniência com a construtora Coesa S.A., antiga OAS, para devolução de R\$ 42,7 milhões aos cofres públicos.

Segundo o controlador-geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, a construtora teria procurado a CGE e a AGE para entregar provas de crimes ocorridos entre 2008 e 2010, e que contaram com a participação da empresa. São fraudes nos contratos de construção da Cidade Administrativa e de outras obras contratadas pela Cemig.

Publicidade

"O destinatário é o ente lesado. Então parte desses recursos vai para a Cemig, porque ela foi lesada na contratação de obras públicas em relação a essa empresa, e parte vem para o Governo de Minas, por causa da construção da Cidade Administrativa", explicou Fontenelle.

Os órgãos não entraram em detalhes sobre os crimes que teriam sido coetidos pela construtora. Segundo a CGE, é necessário manter parte dos documentos em sigilo para não prejudicar as investigações.

Publicidade

Os R\$ 42,7 milhões serão pagos em 19 parcelas anuais. Questionado sobre esse prazo para quitação do acordo de leniência, o controlador-geral afirmou que era necessário dar condições para a empresa cumprir o prometido. Segundo a Advocacia-Geral do Estado, as parcelas serão

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) também participou das negociações. Além da leniência, foi realizado um acordo de não persecução cível. Isso impede a abertura de ação na Vara Cível contra a construtora Coesa S.A. por crimes confessados por ela.

"Esse acordo não prejudica nenhuma das outras verificações que estão em andamento", ressaltou o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa.

O **Hoje em Dia** entrou em contato com a Coesa S.A. e aguarda retorno.

Esse é o segundo acordo de leniência firmado entre os órgãos estaduais e um construtora em razão de fraudes detectadas nos contratos de obras. Em 2021, a CGE, a AGE e o MPMG celebraram um acordo de R\$ 128,9 milhões com a Andrade Gutierrez.

Na ocasião, a empresa entregou provas de ilícitos ocorridos em contratos assinados entre 2004 e 2011.

Leia Mais:

45 bairros da região metropolitana de BH ficam sem água nesta terça; veja lista

Comunidade de Bento Rodrigues, em Mariana, começa a tomar forma, mas se distancia do aspecto rural

Otto, primeiro filho da jornalista Aline Aguiar, nasce em BH; veja foto

[horizontes](#)[minas](#)[controladoria-geral do estado](#)[advocacia-geral do estado](#)[cidade administrativa](#)[construtora coesa s.a.](#)[oas](#)

Compartilhar

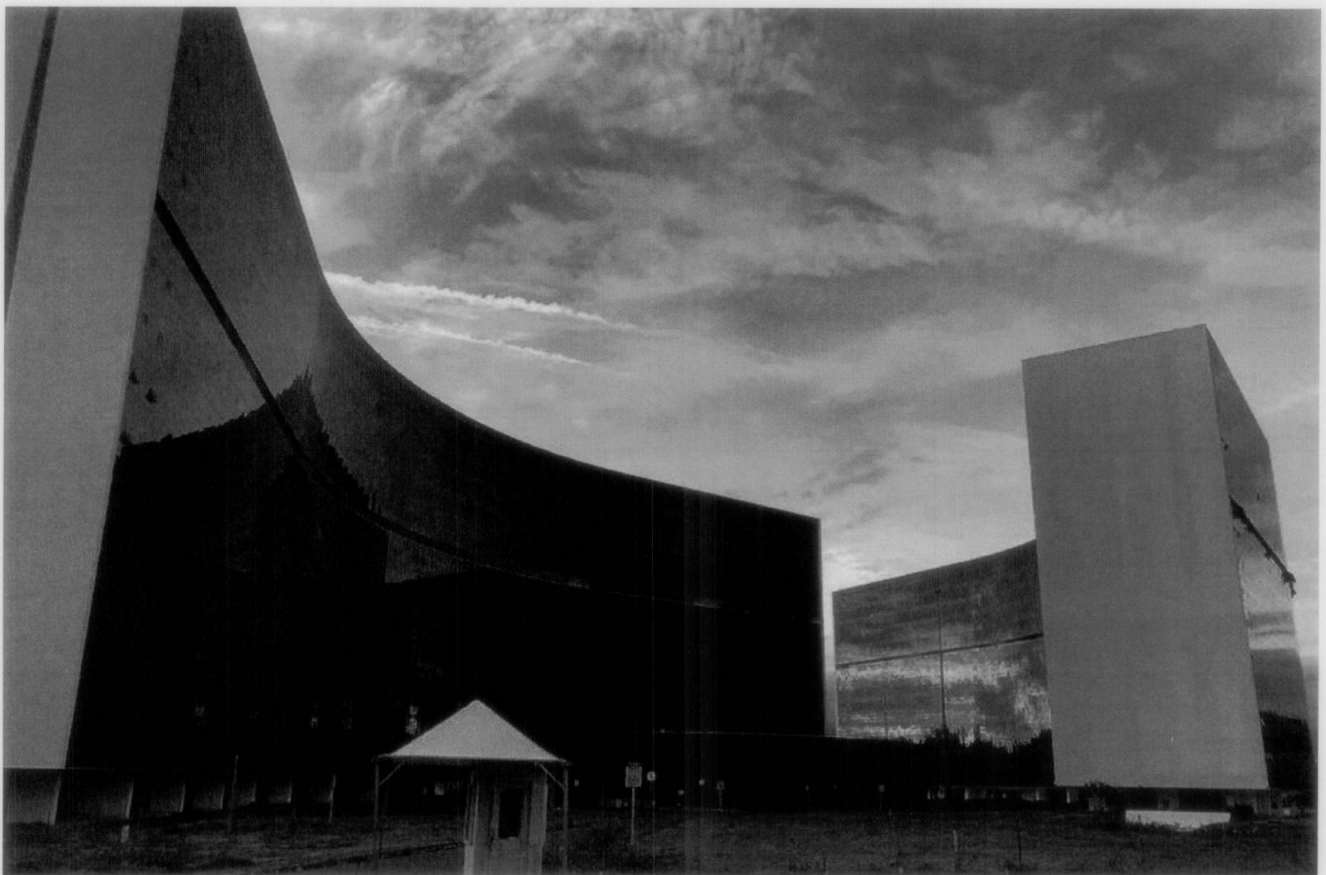
MINAS GERAIS

Construtora Coesa, ex-OAS, assina acordo de leniência com governo de Minas Gerais

Empresa também firmou acordo de não persecução cível com o Ministério Público de MG e vai pagar, no total, R\$ 42,7 milhões em 19 anos.

Por Rafaela Mansur e Patrícia Fiúza, g1 Minas e TV Globo — Belo Horizonte

07/11/2022 15h52 · Atualizado há 4 semanas



Cidade Administrativa de Minas Gerais — Foto: Danilo Girundi/TV Globo

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O governo de Minas Gerais, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e da Advocacia-Geral do Estado (AGE), assinou, nesta segunda-feira (7), um acordo de leniência com a construtora Coesa, ex-OAS, por fraudes na construção da Cidade Administrativa e em obras da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), entre 2008 e 2010. A empresa vai pagar **R\$ 42,7 milhões** em 19 anos.

De acordo com o governo de Minas, foram dois anos e meio de tratativas, em negociação conjunta com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A própria construtora procurou as autoridades e apresentou provas dos atos lesivos – as fraudes não foram detalhadas pelo estado, que impôs sigilo a alguns termos do acordo.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção, prevê a isenção de sanções e a redução de multas caso a empresa admita participação na prática de atos ilícitos e lesivos à administração pública e coopere efetivamente com as investigações e com o processo administrativo.

"O propósito desta atuação institucional alicerçada no combate à corrupção é possibilidade de as instituições atuarem em busca de ressarcimento de ilícitos ao estado (...) É uma ação integrada com propósito de restabelecer recursos para a sociedade mineira", disse o advogado-geral do estado, Sérgio Pessoa.

Coletiva de imprensa de representantes da CGE-MG, AGE-MG e MPMG — Foto: Patrícia Flúza/ TV Globo

Além do acordo de leniência, foi negociado um acordo de não persecução cível entre o MPMG e a Coesa.

Segundo o governo, o valor total, **R\$ 42.760.679,43**, foi calculado considerando o ressarcimento ao erário, a multa civil da Lei de Improbidade Administrativa e o dano moral coletivo, em decorrência de ilícitos praticados no âmbito de contratos envolvendo recursos oriundos do Tesouro estadual. O montante será corrigido pela Selic ou outro índice que eventualmente substitua a taxa básica de juros.

A multa civil será destinada ao Tesouro do estado, enquanto os recursos relativos ao dano moral vão para o Fundo Especial do MPMG.

Com a assinatura do acordo, a construtora fica livre de sanções previstas na legislação, como suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por até dois anos. Em caso de descumprimento das condições acordadas, a empresa pode perder todos os benefícios pactuados.

Este é o segundo acordo de leniência celebrado no âmbito do estado de Minas Gerais. **O primeiro foi em agosto de 2021, entre o governo e a Andrade Gutierrez, também devido a fraudes em obras da Cidade Administrativa e da Cemig**, entre 2004 e 2011. A empresa deverá pagar **R\$ 128,9 milhões** ao estado, até dezembro de 2030.

A Cidade Administrativa, projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada em 2010 e é a sede do governo de Minas. Ela fica no bairro Serra Verde, na Região de Venda Nova, em Belo Horizonte. A construção ocorreu durante o mandato do então governador Aécio Neves (PSDB), atual deputado federal.

- **PF indícia Aécio e mais onze por superfaturamentos na construção da Cidade Administrativa de MG**
- **MP denuncia Aécio Neves e outras 15 pessoas por crimes na construção da Cidade Administrativa, em Minas Gerais**

Sobre o sigilo em relação a termos do acordo, o estado afirmou, em nota, que, "para além do arcabouço legal que corrobora para a não divulgação de alguns elementos do acordo, ressalta-se a importância da manutenção do sigilo das informações de investigações em curso".

"Nesse caso, a efetividade das investigações deve ter prevalência sobre a publicidade de qualquer informação, a fim de garantir a segurança da sociedade e do Estado e a possibilidade de seguimento com ações investigativas e punitivas em relação às demais pessoas físicas e jurídicas mencionadas na colaboração", disse o governo de Minas, em nota.

Já a assessoria do ex-governador Aécio Neves afirmou que ele "desconhece o assunto mas afirma que, se empresas cometeram irregularidades que lesaram o estado, esse prejuízo deve ser ressarcido, e o atual Governo e o Ministério Público de MG agem de forma correta ao garantir essa reparação".

MINAS GERAIS

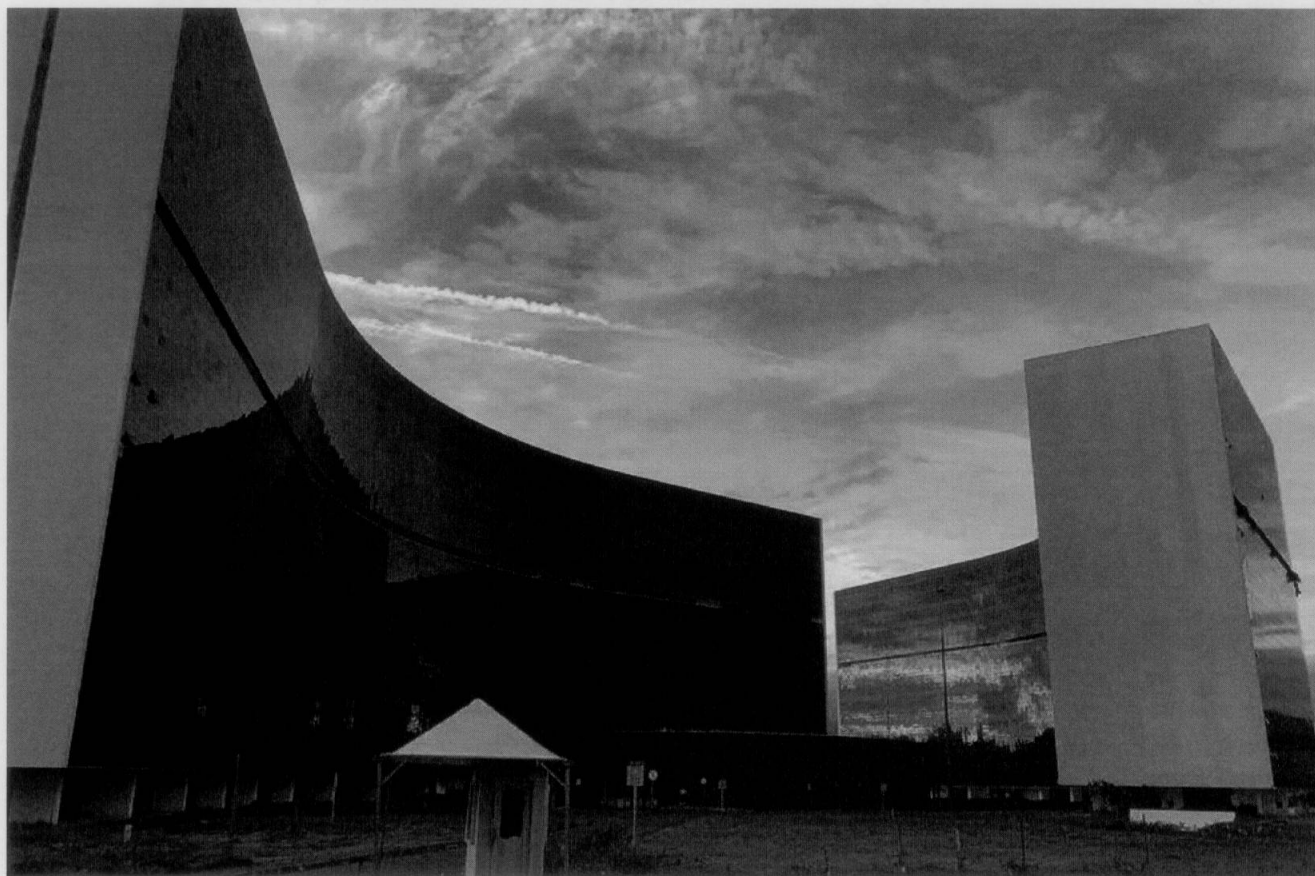
TUDO A TEMPO DO
NATA

Andrade Gutierrez assina acordo de leniência com governo de MG; empresa pagará R\$ 128,9 milhões

Valor será quitado até dezembro 2030. De acordo com a CGE, foram constatadas fraudes em obras da Cidade Administrativa e da Cemig no período de 2004 a 2011.

Por Raquel Freitas, G1 Minas — Belo Horizonte

18/08/2021 18h59 · Atualizado há um ano



Cidade Administrativa de Minas Gerais — Foto: Danilo Girundi/TV Globo

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



O governo mineiro e a Andrade Gutierrez assinaram um acordo de leniência devido a **fraudes em obras da Cidade Administrativa** e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) no período entre 2004 e 2011. Com isso, a empresa deverá pagar ao estado, até dezembro de 2030, o valor de R\$ 128,9 milhões.

“No caso da Cidade Administrativa, basicamente, fraude em licitação por meio de conluio entre empresas e agentes públicos. Não podemos citar outras empresas e outros agentes públicos. (...) A fraude em licitação é a origem e, depois disso, para que consiga fechar esse ciclo, a gente tem recursos não contabilizados, através de contratação e faturamento de serviços fictícios”, disse o controlador-geral Rodrigo Fontenelle.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Segundo ele, parte dos valores será destinada ao ressarcimento da Cemig e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), responsável pelas obras da Cidade Administrativa. Além disso, outra parte será destinada ainda para o caixa do estado, a título de pagamento de multa.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Para a empresa, o acordo traz vantagens tanto em relação a valores a serem pagos quanto à continuidade de atuação.

"Além de ela ter abatimento no caso da multa, em até 2/3 como é previsto na legislação, ela também tem a questão de continuar podendo contratar com o poder público, que geralmente isso é o que mais interessa a essas empresas", disse Fontenelle.

Segundo a CGE, em caso de descumprimento do acordo pela empresa, haverá perda integral dos benefícios pactuados, vencimento e execução antecipada da dívida, entre outras penalidades.

De acordo com o MPMG, com relação aos fatos relacionados à Cidade Administrativa, o órgão já propôs denúncia com fundamento em inquérito policial instaurado e relatado pela Polícia Federal.

"Quanto aos demais fatos relatados no acordo de leniência e no acordo de não persecução cível, o Ministério Público instaurou e instaurará outros procedimentos investigatórios para definição das condutas tipificadas como crimes e atos de improbidade administrativa", afirmou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O que dizem os citados

Em nota, a Andrade Gutierrez disse que apoia toda iniciativa de combate à corrupção e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado.

"A empresa segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Advocacia Geral da União (AGU), Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ) e, neste momento, com o Estado de Minas Gerais (CGE/AGE/MPE). A Andrade Gutierrez reforça, ainda, que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores", afirmou.

O deputado Aécio Neves disse que desconhece totalmente o assunto. "A Cemig é uma empresa com plena autonomia em suas decisões. Quanto à Cidade Administrativa, obra realizada pela Codemig, nenhuma das pessoas ouvidas na investigação atribuiu qualquer irregularidade ao ex-governador", afirmou a assessoria do parlamentar.

O senador Antonio Anastasia também afirmou não ter conhecimento sobre os fatos que geraram o acordo de leniência.

"Ele, que durante sua gestão como governador fortaleceu entidades como a CGE e a AGE, continua a defender que esses órgãos de controle e fiscalização e o Ministério Público cumpram com seu papel na defesa dos interesses de Minas Gerais, utilizando-se de todos os instrumentos legais para reparação de eventuais prejuízos causados por pessoas físicas ou jurídicas à Administração Pública", disse a assessoria em nota.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Haiti: um país desolado

O Assunto



00:00

22:24

Vídeos mais vistos do G1 MG:

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

MG fecha acordo de leniência por fraudes em licitações da Cidade Administrativa

Somado a outros dois acordos, valor total é de R\$ 374 milhões

23.nov.2022 às 18h09

Leonardo Augusto (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/leonardo-augusto.shtml>)

BELO HORIZONTE O governo de Minas Gerais (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/minas-gerais-estado/>) fechou um acordo de leniência no valor de R\$ 202,4 milhões com a Novonor (ex-Odebrecht) e a OEC (braço de engenharia e construção do grupo) por fraudes em licitações para construção da Cidade Administrativa, a sede do poder público do estado.

O centro de comando do governo mineiro foi construído durante a gestão do hoje deputado federal Aécio Neves (PSDB) (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0403201015.htm>), que esteve à frente do estado entre 2003 e 2010, e foi orçada em R\$ 1,2 bilhão. A sede reúne a maior parte das secretarias e autarquias no bairro Serra Verde, região norte de Belo Horizonte. O projeto é de Oscar Niemeyer. A inauguração ocorreu em 4 de março de 2010.

Em nota enviada por sua assessoria, o deputado Aécio Neves diz que todas as obras realizadas pelo governo de Minas durante as gestões do PSDB foram feitas com rigor e transparência. "O ex-governador Aécio Neves desconhece o assunto, mas afirma que sempre que alguma empresa cometer alguma irregularidade que

lese o Estado, esse prejuízo deve ser ressarcido", afirma o texto.

A Cidade Administrativa de Minas Gerais, atual sede do governo do estado, substituiu o Palácio da Liberdade e concentrou secretarias e órgãos públicos em um só local, na região norte de Belo Horizonte. - Folhapress

"Nesse sentido, se for esse o caso, o atual governo e o Ministério Público de Minas Gerais agem de forma correta ao garantir essa reparação", diz o deputado, na nota.

O acordo de leniência, anunciado nesta quarta (23) pelo governo mineiro, é o terceiro envolvendo fraudes em licitações para a construção da Cidade Administrativa. O valor total dos três termos é de R\$ 374 milhões. Parte do montante é relativo também a fraudes no programa Luz Para Todos, da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais).

O advogado-geral do estado, Sérgio Pessoa, disse que os acordos fazem parte do combate à corrupção. "A postura da advocacia-geral é de apoiar construções propositivas como essa terceira que trazemos aqui, de maneira transparente para transmitir à sociedade a importância da condução do combate à corrupção no estado de Minas Gerais", afirmou Pessoa.

Os recursos dos três acordos serão utilizados em investimentos nas áreas de saúde e educação, segundo o advogado-geral. Por força de contrato, o estado e as empresas não podem repassar outras informações, como, por exemplo, em quais licitações ocorreram as irregularidades.

O promotor do MPMG (Ministério Público de Minas Gerais), Daniel Piovaneli, que participou do fechamento do acordo, disse que investigações que possam envolver integrantes do governo à época prosseguem.

O acordo de R\$ 202,4 milhões anunciado nesta quarta será pago em parcelas ao longo de 21 anos e será corrigido pela Selic. O termo anterior de leniência foi assinado em 7 de novembro deste ano com a construtora Coesa, antiga OAS, no valor de R\$ 42,7 milhões.

O pagamento será realizado em 19 parcelas anuais. A empresa se comprometeu também a fornecer a órgãos de fiscalização informações sobre os atos lesivos que possam levar a outras investigações. O mesmo ocorreu com a OEC e Novonor.

O primeiro acordo nesses mesmos moldes foi firmado em 2021 com a construtora Andrade Gutierrez. O pagamento ao estado será de R\$ 128,9 milhões. A reportagem entrou em contato com as construtoras. A Cemig também foi acionada.

Segundo a Novonor, holding que controla a OEC, "o acordo é parte da ampla colaboração com as autoridades e está relacionado aos fatos ocorridos há mais de sete anos. Hoje a empresa está inteiramente transformada, usa as mais recomendadas normas de conformidade e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

A Andrade Gutierrez diz que apoia toda iniciativa de combate à corrupção e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado.

"A empresa segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União, (Cade) Conselho Administrativo de Defesa Econômica, procuradoria-geral do Estado do Rio de Janeiro e com o Estado de Minas Gerais", afirma posicionamento enviado à reportagem pela construtora.

A empresa diz ainda que "incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores".

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE POR R\$ 1,90 NO 1º MÊS ([HTTPS://ASSINATURAS.FOLHA.COM.BR/420733](https://assinaturas.folha.com.br/420733))

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/mg-fecha-acordo-de-leniencia-por-fraudes-em-licitacoes-da-cidade-administrativa.shtml>

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

COMPARATIVO FUNDAMENTADO / COMPROVADO DAS TARIFAS DE ÔNIBUS URBANO COMUM E **DO CUSTO DE MÃO DE OBRA** DO TRANSPORTE PÚBLICO DE BELO HORIZONTE, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E MANAUS. (MÃO DE OBRA IGUAL 50,6 % DO CUSTO DO SISTEMA DE BELO HORIZONTE)

CONTEXTUALIZAÇÃO: COMPARAÇÃO FORMAL DOS ORÇAMENTOS, POPULAÇÕES E ÁREAS E APURAÇÃO DOS “ORÇAMENTOS PER CAPTAS” E “ORÇAMENTOS POR ÁREA / KM²” DECORRENTES QUE APONTAM A CAPACIDADE DE SUBSÍDIAR NAS REFERIDAS CAPITAIS E REGISTRO DAS “RENDAS PER CAPTAS” QUE INDICAM O PODER AQUISITIVO DOS HABITANTES E NECESSIDADE DO POVO

TARIFA PROPORCIONAL MENOR RESULTADO DA COMPARAÇÃO DO CUSTO DA MÃO DE OBRA E DA CONTEXTUALIZAÇÃO E PERPETRAÇÃO DE TARIFA “NÃO MÓDICA” E “EXCESSIVAMENTE ONEROSA”, SOBREPREÇO / SOBRELUCRO DE R\$ 1.040.000.000,00 (R\$ 840.000.000,00 EM 2017 / 2019), CLAÚSULA CONTRATUAL DE REAJUSTE ILEGAL, PORTARIAS E DECRETO A AMARGEM DO CONTRATO E DA LEI – UM SHOW DE ILÍCITOS E INDÍCIOS DE MUITO MAIS – PRIMEIRA TAMPA DA “CAIXA PRETA” ABERTA.

PROPOSIÇÃO / SUGESTÃO ESPECÍFICA BRASIL LEGAL AO FINAL.

As tarifas de R\$ 4,05 e 4,50 praticadas em Belo Horizonte em 2017/18 e 2019/20 e de R\$ 6,35 sugerida (?) na fl. 649 (anexo IX, pag. 89 de 89) do Relatório Final da “Auditoria” realizada em execução do Contrato BHtrans 2.460/18 decorrente este da Concorrência nº. 2017/002 do Município (Secretaria de Fazenda / Subsecretaria...) c/c o custo de mão de obra menor, não isenção a partir de 60 anos e propinas alhures (exemplos) chamam a atenção exigindo A COMPARAÇÃO DO TRANSPORTE E DO CONTEXTO EM 7 CAPITAIS.

Parametrização do valor da tarifa de ônibus coletivo de Belo Horizonte e da não isenção desta a idosos a partir de 60 anos com as praticadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife/Olinda, Fortaleza, Manaus e Porto Alegre foi iniciada em Junho de 2016 para subsidiar sugestão à Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal/BH de Projeto de Lei instituindo o benefício, previsto no Estatuto do Idoso.

Não se conseguiu o pretendido (**a sugestão cidadã foi “torpedeada” e “enterrada” pelo legislativo apesar de subtraída / copiada**), mas se detectou tarifa menor, isenção a partir de 60 anos e custo maior de mão de obra lá fora E SE ALERTOU, ainda mais com as notícias de propinas e condenações no sistema de transporte do Rio de Janeiro configurando covil e precedente e tendo-se em conta que o então candidato, atual prefeito alcunhou a BHTRANS de “Caixa Preta” renunciando o furtivo/lesivo.

Diga-se que o antes candidato eleito prefeito manteve na BHTRANS S/A o mesmo presidente rotulado por reflexo de operador, “capitão”, do sistema alcunhado com a pecha de “Caixa Preta” e os mesmos conceitos e práticas quebrando, pois, a promessa de campanha, explicitando manutenção da “**Raposa Cuidando do Galinheiro**” referendando o direito de suspeitar e judicializar inclusive da sociedade

Além do exposto, o Município de Belo Horizonte pela sua Secretaria de Fazenda, Subsecretaria de Administração e Logística, Diretoria de Compras em conluio com a empresa BHtrans encenou a realização de auditoria e abertura da “Caixa Preta”

**Majoração da Tarifa dos Ônibus do Transporte Público
de BELO HORIZONTE em 2019 Mediante Pré-Acerto Pessoal e Portaria Ilegal:**

A Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A conforme a *PORTARIA BHTRANS DPR Nº 168/2018 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018* publicada no Diário Oficial do Município edição 5681 de 26/12/2018 cópia disponibilizada na internet, pública e notória, reajustou a tarifa de ônibus do Grupo 3 de R\$ 4,05 em 2018 para R\$ 4,50 em 2019 e oficializou / autorizou, pois, a cobrança aos usuários do transporte coletivo público da capital que foi efetivada e ocorre a partir de 1º de Janeiro de 2019.

Segundo notícia do Jornal *ESTADO DE SÃO PAULO* / “*Estadão*” foram realizadas reuniões entre a BHTRANS e o Sindicato das Empresas de Ônibus a portas fechadas nas quais foi definido reajuste de 11 (11,11) % das tarifas para 2019, reuniões estas admitidas pela empresa pública ao alegar através do e-mail anexado à matéria jornalística que não há obrigação para a feitura de atas (há outras, porém) explicitando, contudo, serem incontroversas as reuniões alcunhadas de “*Reunião de Bacana*”.

O Jornal *O TEMPO* / BH noticiou reajuste da tarifa para R\$ 4,50 em 2019 COMO RESULTADO DE REUNIÃO ENTRE BHTRANS E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO apontando mais, que o preço proposto por auditoria era de R\$ 6,35, => acrescentando-se que o Movimento Popular Tarifa Zero e a ABL foram impedidos de participar da Insólita reunião na qual se negociou reajuste.

Precedente de reunião sobre transporte público e tarifas entre agentes público e empresários sem a presença do destinatário do serviço como a supracitada que negociou o reajuste de 11,1 % a margem do item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de concessões está apontado em fls. do Relatório Final referente o serviço do contrato 2.460/18, concorrência 2017/002 e ilustrado com músicas que o povo canta:

1 – “**VAI PASSAR**” de Chico Buarque cuja letra diz “*dormia a pátria-mãe tão distraída sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações*” e proporciona dizer que => “**dorme a comunidade belo horizonte usuária e pagante do transporte público tão distraída sem perceber que é subtraída em tenebrosas transações**”;

2 – “**REUNIÃO DE BACANA**” com Originais do Samba cuja letra o general cantou falando centrão “*...aqui realmente está toda a nata,, doutores, senhores até magnata, com a bebedeira e a discussão, tirei a minha conclusão => “se gritar pega*

centrão não fica um meu irmão”, se gritar pega centrão, ê, ê,ê, não fica um” e se canta em BH com “se gritar pega busão não acha não, cidadão, se gritar pega busão”...

3 – **“LADRÃO COLARINHO BRANCO”** com Bezerra da Silva cuja letra diz **“se vocês estão a fim de prender o ladrão, podem voltar pelo mesmo caminho, o ladrão está escondido lá em baixo, atrás da gravata e do colarinho...”** satirizando a realidade onde as grandes picaretagens são perpetrados por “engravatados”, elite;

4 – **“NUMA CIDADE MUITO LONGE DAQUI//POLÍCIA E BANDIDO”** com Marcelo D2 e Leandro Sapucaí, cuja letra fala da corrupção ativa e passiva entre bandido e polícia, da realidade em que vivem, dos dois feridos a bala na mesma ambulância e o furtivo e cantado / escancarado na democracia, que **“o judiciário está todo comprado e o legislativo financiado e o pobre operário que joga seu voto no lixo...”**;

5 – **“BOLA DE MEIA, BOLA DE GUDE”** do mineiro Fernando Brant e Milton Nascimento que fala de um menino, um moleque que mora em seus corações e que lhes fala de coisas bonitas que eles acreditam e que não deixarão de existir, amizade, palavra, respeito, caráter, bondade e amor, pois não podem, não devem e não querem viver como toda essa gente insiste em viver E NÃO PODEM ACEITAR SOSSEGADOS **QUALQUER SACANAGEM SER COISA NORMAL**, como as pessoas sérias também não.

6 – **“É”** de Gonzaguinha, cuja letra diz e se repete aqui com veemência que: **“a gente não tem cara de panaca, a gente não tem jeito de babaca; a gente não está com a bunda exposta na janela pra passar a mão nela. É... a gente quer viver pleno direito; a gente quer viver todo respeito, a gente quer viver uma nação. a gente quer é ser um cidadão... e quer mesmo sem favor, encenações e tramoias;**

Ilustram ainda as músicas **“ACORDA AMOR”** (chama o ladrão) e **“APESAR DE VOCÊ”** do Chico Buarque e **“POR DEBAIXO DOS PANOS”** com o Ney Matogrosso e outras.

Majoração das Tarifas de Ônibus do Transporte DE OUTRAS CAPITAIS em 2019 - Comparação - Prova da Maior em Belo Horizonte:

1º - São Paulo, reajuste de R\$ 4,00 em 2018 **para R\$ 4,30 em 2019**, conforme **PORTARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTE N.º. 189 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018**, informativos da Secretaria Municipal de Transporte e da SP

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG**

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Trans similar paulistana da BHTRANS belo-horizontina e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo e do Jornal Estado de Minas, prova constituída e divulgação.

2° - Rio da Janeiro, reajuste de R\$ 3,70 de Janeiro a Junho/2018 e de R\$ 3,95 de junho/2018 a janeiro/2019 para R\$ 4,05 a partir de fevereiro/ 2019, conforme as RESOLUÇÕES N°. 3091 E 3092 SMTR DE 31/01/2019 PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo e outra, cópias em autos de Mandado de Segurança como complemento do oficial e devida prova e notícias .

3° - Salvador, reajuste de R\$ 3,70 em R\$ 2018 para R\$ R\$ 4,00 em 2019, conforme Portaria n° 002/2019 da AGENCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SEVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR – ARSAL, informativo oficial e matérias jornalísticas do portal G 1 da Rede Globo, Revista VEJA e jornais CORREIO da Bahia e A TARDE de Salvador cópias alhures em Mandado de Segurança, provas materiais e notoriedade.

4° - Recife - a tarifa dos ônibus “Anel A” que é a principal e tem 85,32 % da demanda - reajuste de R\$ 3.2043 (3,20) em 2018 para R\$ 3.4300 (3,45) em 2019 conforme RESOLUÇÃO N°. 001 / 2019 ANEXA DO CONSELHO SUPERIOR DO TRANSPORTE METROPOLITANO, órgão colegiado formado pelo Governo do Estado de Pernambuco e Prefeituras do Recife e Olinda e matéria jornalista do Diário de Pernambuco.

5° - Fortaleza, reajuste de R\$ 3,40 em 2018 para R\$ 3,60 em 2019 conformeo DECRETO MUNICIPAL N°. 14.350 DE 15/01/2019 DE FORTALEZA; INFORMATIVOS DA OUVIDORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA EMPRESA DE TRÂNSITO DE FORTALEZA - ETUFOR, e matérias jornalísticas do portal G1 da Rede Globo e jornais Tribuna do Ceará e Diário do Transporte cópias em Mandado de Segurança alhures como provas.

6° - Manaus, reajuste em 2017 de R\$ 3,30 para R\$ 3,80 em 2018 valor mantido e praticado em 2019 (R\$ 3,80), conforme o Decreto Municipal n° 3.641 de 23 de Fevereiro de 2017 do Município de Manaus e matérias jornalísticas do portal G1 da rede Globo anexos em Mandado de Segurança em curso como prova e divulgação notoriedade da tarifa, valor mantido para o ano 2020. . VIDE PERCENTUAIS E TARIFAS

- Belo Horizonte + 11,11 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,50;
- São Paulo + 7,50 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,30;

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

- Rio de Janeiro + 2,53 % => Tarifa / 2019 de R\$ 4,05;
- Salvador + 8,10 % => Tarifa / 2010 de R\$ 4,00;
- Recife + 7,81 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,45;
- Fortaleza + 5,81 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,60;
- Manaus + 0,00 % => Tarifa / 2019 de R\$ 3,80.

❖ Alerta-se para registros adiante sobre os contextos em que se encontram as sete tarifas e mão de obra parametrizadas e a proporcionalidade estando as devidas provas a instruir o Mandado de Segurança 5211230-94.2019.8.13.0024.

Sintetiza-se, ademais, que enquanto a tarifa de ônibus de B. Horizonte em 2018 **era de R\$ 4,05**, sem concessão de isenção a idosos a partir de 60 anos e com mão de obra de valor menor, => a de São Paulo **era de R\$ 4,00**; a do Rio de Janeiro **de R\$ 3,70** até junho e **R\$ 3,95** até janeiro (2019); a de Salvador **de R\$ 3,70**; a de Recife **de R\$ 3,20**, a de Fortaleza **de R\$ 3,40** e a de Manaus **de R\$ 3,80** com mão de obra maiores, => as 2ª, 3ª e 5ª com isenção a partir dos 60 anos e integração incluída.

Acrescente-se ainda, que em 2016 em São Paulo a tarifa era R\$ 3,80 significando evolução de 13,16 % para chegar aos R\$ 4,30 de 2019 e que no Rio de Janeiro era R\$ 3,80 com redução para R\$ 3,60 implicando evolução média de 9.5 % para atingir os R\$ 4,05 de 2019, evolução e reajustes menores que Belo Horizonte que passou de R\$ 3,70 em 2016 para R\$ 4,50 em 2019, 21,62 % de evolução/reajuste.

No período 2017/2020 Belo Horizonte aumentou a tarifa de ônibus 8,46 % a mais que São Paulo e 9.12 % a mais que o Rio de Janeiro alertando-se que aplicados os 13,16 % e 12,50 % de São Paulo e Rio de Janeiro sobre a tarifa BH de R\$ 3,70 em 2016 => **esta seria hoje R\$ 4,18 e R\$ 4,16 - R\$ 0,32 e 0,34 MENOR**, => **e tarifa proporcional ainda menor porque a metade do custo BH (mão de obra) é menor**.

Alerta-se para o detalhe de que a tarifa de R\$ 3,70 em Belo Horizonte até 31/12/2016 era menor que a de São Paulo (R\$ 3,80) e que a do Rio de Janeiro (R\$ 3,80) **E FICOU MAIOR NO "GOVERNO PRA QUEM PRECISA"**, => R\$ 4,50 contra R\$ 4,30/40 / SP e R\$ 4,05 / RJ, explicitando ser governo pra quem precisa FATURAR/LUCRAR MAIS.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Em termos amplos a tarifa de ônibus de Belo Horizonte em 2008 no início do contrato, cláusula 11, (i) do instrumento resultado da concorrência 131/2008 - PBH era de R\$ 2,10 significando o valor de R\$ 4,50 em R\$ 2.019 114,29 % de aumento contra aumentos de 86,89 % em São Paulo e de 84,10 % no Rio de Janeiro no MESMO período (2008 a 2019) => **e que Belo Horizonte aumentou 27,4 e 30,19 % a maior.**

Têm-se, também que a tarifa de R\$ 2,10 em Belo Horizonte até 2008 era menor que a de São Paulo (R\$ 2,30) e que a do Rio de Janeiro (R\$ 2,20) e ficou maior inclusive no “Governo Pra Quem Precisa”, => R\$ 4,50 contra R\$ 4,30/40 / SP e R\$ 4,05 / RJ, => EXPLICITANDO A MENTIRA FASCISTA / NAZISTA DA POLÍTICA TUPINIQUIM.

A evolução da tarifa/BH 28,76 % maior que a média de São Paulo / Rio alerta e os reajustes da BHTRANS sem aplicação dos índices item 11.3.1 da Cláusula 11 dos contratos de concessão / outorgas intrigam, ainda mais em se lembrando da corrupção, propinas e condenações ocorridas no sistema de transporte público do Rio de Janeiro e ocorrências similares em Santo André/SP e Governador Valadares/MG,

=> Registra-se que em São Paulo a tarifa de R\$ 4,30 do ano 2019 foi reajustada em 2,33 % passando para R\$ 4,40 em 2020 e que não houve reajustes para 2020 no Rio de Janeiro (R\$ 4,05); Salvador (R\$ 4,00); Recife (R\$ 3,45); Fortaleza (R\$ 3,60) e Manaus (R\$ 3,80), **TODAS MENORES QUE A DE R\$ 4,50 EM BELO HORIZONTE onde se tem metade do custo (mão de obra) menor conforme apurado / comprovado.**

O “Relatório Final” resultado dos trabalhos referentes ao contrato n°. 2.460/18, concorrência 2017/002 do Município de Belo Horizonte (Secretaria de Fazenda / Subsecretaria de Administração e Logística em mancomunação e conluio com a BHtrans para encenar auditoria) aponta na fl 834 que a mão de obra é 50,66 % do custo do sistema e A COMPARAÇÃO INDICA SER O MENOR ENTRE AS CAPITALS PARAMETRIZADAS.

CUSTO DE MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – MOTORISTA
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO, CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS

B. Horzte.	- São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
2.437,93	2.890,42/M	2.604,93/M	2.392,70	2.342,93	2.187,26	2.553,26

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 – CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 – CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 – brasillegal.legal@yahoo.com.br – BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

22,50	116,66	40,50	72,00	48,00	87,49	57,50
<u>326,42</u>	<u>667,80</u>	<u>360,00</u>	<u>468,00</u>	<u>380,00</u>	<u>390,00</u>	<u>858,69</u>
2.786,85	3.674,89	3.005,45	2.932,70	2.770,93	2.664,75	3.469,45

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – “COBRADOR”
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO – CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS.

B. Horz. -	São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
1,076,47	1.675,97	1.413,89	1,417,23	1.078,19	1.312,36	1,276,63
22,50	16,66	40,50	51,60	88,00	52,49	57,50
<u>326,48</u>	<u>667,80</u>	<u>360,00</u>	<u>468,00</u>	<u>380,00</u>	<u>390,00</u>	<u>858,69</u>
1.425,35	2.469,43	1.814,39	1.937,03	1.506,19	1.755,45	2.192,69

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – “FISCAL”
SALÁRIO + PLR + ALIMENTAÇÃO – CONFORME CONVENÇÕES (CCT) E INFORMATIVOS.

B. Horz. -	São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
1,269,88		1.871,17	1.734,71	1.515,72	1.531,09	2.706,36
22,50		43,50	61,70	48,00	61,24	57,50
<u>326,42</u>		<u>360,00</u>	<u>468,00</u>	<u>380,00</u>	<u>390,00</u>	<u>858,69</u>
1.598,80	-----	2.254,67	2.158,41	1.943,71	1.982,33	3.622,55

CUSTO DA MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO 2019 – TOTALIZAÇÃO:
MOTORISTA + COBRADOR + FISCAL – CONFORME SUPRA CONSIGNADO / DOCUMENTADO.

B. Horz. -	São Paulo	- R. Janeiro	- Salvador	- Recife	- Fortaleza	- Manaus
2.786,85	3,674,89	3.005,45	2.932,70	2.770,93	2.664,75	3.468,50
<u>1.425,39</u>	<u>.460,43</u>	<u>1.814,39</u>	<u>1.937,03</u>	<u>1.506,19</u>	<u>1.755,45</u>	<u>2.192,69</u>
4.212,24	6.135,31	4.819,32	4.867,73	4.277,12	4.420,20	5.662,19
<u>1.598,80</u>		<u>2.074,87</u>	<u>2.158,41</u>	<u>1.943,72</u>	<u>1.982,33</u>	<u>3.627,55</u>
5.811,04	6.135,31	6.894,71	7.026,14	6.220,84	6.402,63	9.284,74

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal_legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

Diga-se, de passagem, que a licitação do serviço de auditoria processo concorrência 2017/002 da Secretaria de Fazenda, Subsecretaria de Administração (...) que resultou a contratação da empresa Maciel Consultores se deu de forma atípica, porque a BHtrans sempre licitou suas contratações contendo dito processo documentos cuja autenticação o cartório autenticador apontou como divergentes dos apresentados

O referido processo licitatório concorrência 2017/002 da Secretaria de Fazenda, Subsecretaria (...) que objetivou contratar Auditoria ocorreu com violação dos arts 3º; 28, III e IV, 40, VI; 41; 43, § 3º; 48, II, § 1º, II; 40 e especialmente do art. 60, da lei 8.666/93 estando suscetível inclusive a devida "Ação Popular" conforme os ditames dos incisos XXXV e LXXIII do art. 5º da Constituição da República e da lei 4.717/65.

Ademais, o contrato 2.460/18 decorrente da licitação concorrência 2017 / 002 da Secretaria Municipal da Fazenda foi celebrado pela empresa BHtrans S/A **sem ela própria licitar** com a empresa Maciel Consultores SS Ltda ganhadora do certame **de terceiro** e ilegalmente, pois, existindo algo pior, a empresa contratada não realizou a auditoria que lhe foi paga estando a questão suscetível, pois, a devida Ação Popular.

Intrigante é que apesar de a empresa Maciel Consultores declarar **a não realização da auditoria** (não execução do contrato) em 12/12/2018, a BHtrans celebrou com ela depois termo aditivo por demanda da Câmara Municipal, vereador Pedro Patrus, no valor de R\$ 170.000,00 aumentando o total do contrato para R\$ 1.114.000,00

Registra-se informações sobre os Municípios que tiveram as tarifas de transporte público e custos de mão de obra apurados e parametrizados em virtude da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A BHTRANS apontar na *INFORMAÇÃO TÉCNICA TRANSSUTP Nº 01/2018, QUE O MUNICÍPIO NÃO SUBSIDIA O TRANSPORTE* e alegação de vereadores aliados do executivo (?) de que o orçamento municipal não comporta, para a devida contextualização.

LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS, PUBLICADAS / NOTÓRIAS (INTERNET).

Belo Horizonte - LOA 11.145 de 2018 - Orçamento /2019 = R\$ 12.937.745.226,00;

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

São Paulo - LOA n°. 17.021 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 60.563.450.056,00;
Rio de Janeiro - LOA n° 6.481 de 2019 - Orçamento/2019 = R\$ 30.632.372.919,00;
Salvador - LOA n°. 9.435 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 7.789.652.000,00;
Recife - LOA n°. 18.936 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 6.067.000.000,00;
Fortaleza - LOA n° 10.841 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 8.074.393.545,00;
Manaus - LOA n° 2.336 de 2018 - Orçamento/2019 = R\$ 5.149.837.999.00.

POPULAÇÕES DAS CIDADES COM TARIFAS E MÃO DE OBRA
PARAMETRIZADAS, **PARA APURAÇÃO DE “ORÇAMENTOS PER CAPTAS”**.

Belo Horizonte = 2.572.070 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
São Paulo = 12.552.023 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Rio de Janeiro = 6.718.903 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Salvador = 2.872.347 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Recife = 1.845.727 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Fortaleza = 2 669.342 de habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE;
Manaus = 2.182,753 da habitantes / 2019 - estimados pelo IBGE

**“ORÇAMENTOS PER CAPTAS” DAS CIDADES COM TARIFAS
E MÃO DE OBRA COMPARADAS – ORÇAMENTO DIVIDIDO PELA POPULAÇÃO.**

Belo Horizonte - R\$ 12.933.745.226,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.512.070
(população da cidade) = R\$ 5.148.64 (orçamento “per capita”);

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

São Paulo	- R\$ 60.563;450.056,00 (Orçamento do Município) dividido por 12.552.023 (população da cidade) = <u>R\$ 4.824,99</u> (orçamento "per capita");
R de Janeiro	- R\$ 30.632.372,919,00 (Orçamento do Município) dividido por 6.718.903 (população da cidade) = <u>R\$ 4.559,13</u> (orçamento "per capita");
Salvador	- R\$ 7.789.652.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.872.347 (população da cidade) = <u>R\$ 2.711,94</u> (orçamento "per capita");
Recife	- R\$ 6.067.000.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.645.727 (população da cidade) = <u>R\$ 3.686,51</u> (orçamento "per capita");
Fortaleza	- R\$ 8.074.393.545,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.669.342 (população da cidade) = <u>R\$ 3.024,87</u> (orçamento "per capita");
Manaus	- R\$ 5.149.837.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 2.182.183 (população da cidade) = <u>R\$ 2.365,29</u> (orçamento "per capita").

ÁREAS DAS CIDADES COM TARIFAS DE ÔNIBUS E MÃO DE OBRA
SUPRA COMPARADAS, **PARA A APURAÇÃO DE ORÇAMENTO POR ÁREA**

Belo Horizonte	=	313.554 Km ²	- Código do IBGE 2306200;
São Paulo	=	1.522.988 Km ²	- Código do IBGE 3550308;
Rio de Janeiro	=	1.182.298 Km ²	- Código do IBGE 3304557;
Salvador	=	682.819 Km ²	- Código do IBGE 2927408;
Recife	=	217.494 Km ²	- Código do IBGE 2611606;
Fortaleza	=	313.140 Km ²	- Código do IBGE 2304400;
Manaus	=	11.401.092 Km ²	- Código do IBGE 4045412.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

**ORÇAMENTOS POR ÁREA / KM², DAS CIDADES COM TARIFAS
E MÃO DE OBRA PARAMETRIZADAS – ORÇAMENTOS DIVIDIDOS POR ÁREAS.**

Belo Horizonte	- R\$ 12.933.745.226,00 (Orçamento do Município) dividido por 313.53 (Área da cidade) = <u>R\$ 41.248,95</u> (orçamento por área / Km ²);
São Paulo	- R\$ 60.563.450.056,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.522.988 (Área da cidade) = <u>R\$ 39.766,20</u> (orçamento por área / Km ²);
Rio de Janeiro	- R\$ 30.632.372.919,00 (Orçamento do Município) dividido por 1.182.298 (Área da Cidade) = <u>R\$ 25.909,18</u> (orçamento por área / Km ²);
Salvador	- R\$ 7.789.652.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 682.819 (Área da cidade) = <u>R\$ 11.243,41</u> (orçamento por área / Km ²);
Recife	- R\$ 6.067.000.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 217.494 (área da cidade) = <u>R\$ 27.895,50</u> (orçamento por área / Km ²);
Fortaleza	- R\$ 8.074.393.545,00 (Orçamento do Município) dividido por 313.140 (Área da cidade) = <u>R\$ 25.571,14</u> (orçamento por área / Km ²);
Manaus	- R\$ 5.149.837.000,00 (Orçamento do Município) dividido por 11.401.092 (Área da cidade) = <u>R\$ 451,70</u> (orçamento por área / Km ²);

As tarifas de ônibus maiores em Belo Horizonte em 2017/18 e 2019/20, mais caras entre as 7 capitais comparadas, combinadas com o custo de mão de obra (50,6 % do sistema) menor, conforme supra consignado (demais iguais por serem de mercado) e combinadas ainda com a inexistência de subsídio do Município ao serviço social de transporte público conforme *INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS SUTP N° 01/2018* da exigiram a parametrização dos contextos e exposição da proporcionalidade afinal.

Detectou-se, além de tarifa proporcional de R\$ 3,926 ao invés da de R\$ 4,50 praticada (*perpetração sem considerar o item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de outorgas das concessões, inclusive*) com base na comparação do custo da mão de obra (50,6 % do sistema), que, em termos proporcionais, **Belo Horizonte tem o maior orçamento entre as sete capitais comparadas, o maior “Orçamento Per Capta”**.

*REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N° 128.113/2009 - CNPJ/MF N° 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N° 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Apurou-se ainda, igualmente em termos proporcionais, que Belo Horizonte tem o maior “*Orçamento por Área/Km²*” entre as 7 capitais comparadas, **enfim, mais dinheiro para cada habitante e para cada Km² de sua área** do que as demais capitais comparadas IMPLICANDO MAIOR CAPACIDADE DE SUBSIDIAR sem faltar dinheiro para remédio, exames (saúde) educação/merenda escolar, saneamento e segurança.

Os dados supraconsignados indicam problemas não só no sistema de transporte público de Belo Horizonte (BHTRANS, CAIXA PRETA / ESQUEMA FURTIVO), mas também na Administração Municipal, reiterando-se que o ocorrido no Rio de Janeiro onde o sistema era covil e exemplifica e no Paraná onde se apurou e houve acordo de leniência e devolução de dinheiro referente a tarifa de pedágio à sociedade alertam.

É que os elementos concretos / oficiais desmentem a BHTRANS (“Caixa Preta”) e o gestor municipal, prefeito, que eleito e empossado manteve a sistemática furtiva e contrária ao interesse dos cidadãos usuários do serviço de transporte público dando causa a comparação não só da tarifa e da mão de obra, mas do contexto;

PERCENTUAIS DA MÃO DE OBRA NO CUSTO DE
TRANSPORTE PÚBLICO – RELAÇÃO / PROPORÇÃO E SOBREPREÇO

1 - O subtotal per capita da Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 4.212,24 supra consignado) é 68,65 % do subtotal de São Paulo (R\$ 6.135,31 supraconsignado), **31,34 % menor**, implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório da Maciel Auditores considera-se 50,66 % de 31.35 (%) resultando 15.88 % => que diminuídos do valor da tarifa de São Paulo (R\$ 4,30) aponta o **valor proporcional** lá de R\$ 3.65;

1.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.65 (tarifa relativa de São Paulo) **é igual a R\$ 0,85**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50;

2 - O total per capita de Mão de Obra de B. Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 84,282 % do total do Rio de Janeiro (R\$ 6.894,71 igualmente consignado) **ou 15,718 % menor**, implicando que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório Final de "Auditoria, considera-se 50,66% de 15,718 % resultando 7.95 % que diminuídos da tarifa praticada no Rio de Janeiro (R\$ 4,05) => aponta **valor proporcional** lá de R\$ 3,72;

2.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.72 (relativa do Rio de Janeiro) **é igual a R\$ 0,78**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

3 - O total per capita de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 82,706 % do total de Salvador (R\$ 7.026,14 (também consignado acima) **ou 17,293 % menor**, implicando que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório Final de "Auditoria", considera-se 50,66% de 17.293 % resultando 8,76 % percentual que diminuído da tarifa praticada em Salvador (R\$ 4,00) => aponta o **valor proporcional** lá de R\$ 3,65;

3.1 - R\$ 4,50 (tarifa Belo Horizonte) menos R\$ 3.65 (tarifa realativa de Salvador) **é igual a R\$ 0,85**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

4 - O total per capita de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 93,412 % do total do Recife (R\$ 6.220,84 igualmente consignado) **ou 6,587 % menor**, implicando assim que sendo ela (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria" considera-se 50,66% de 6.587 % resultando 3.337 % que diminuídos da tarifa praticada no Recife (R\$ 3,45) aponta o **valor proporcional exato** lá de **R\$ 3,334**.

4.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.35 (tarifa relativa do Recife) **é igual a R\$ 1,15**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50

5 - O total per capita de Mão de Obra de B. Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 90,760 % do total de Fortaleza (R\$ 6.402,63 (também consignado), **9,239 % menor**, implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte de Belo Horizonte conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria" considera-se 50,66 % de 9.239% resultando 4,619% percentual que diminuídos da tarifa praticada em Fortaleza (R\$ 3,60) aponta o valor relativo / proporcional lá de R\$ 3.433;

5.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.45 (tarifa relativa de Fortaleza) **é igual a R\$ 1,05**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

*REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG*

6 - O total per capita de Mão de Obra de Belo Horizonte (R\$ 5.811,04 supraconsignado) é 62,586 % do total de Manaus (R\$ 9.284,74 também consignado), **37,414 % menor** implicando que sendo esta (mão de obra) 50,66 % do custo do sistema de transporte/BH conforme fl. 834 (88 de 91) do Relatório de "Auditoria", considera-se 50,66 % de 37,414% resultando, pois, 18.914 % que diminuídos da tarifa praticada de Manaus (R\$ 3,80) aponta o **valor relativo/proporcional** de lá R\$ 3,081 (3.08/310).

6.1 - R\$ 4,50 (tarifa de Belo Horizonte) menos R\$ 3.10 (tarifa relativa de Manaus) **é igual a R\$ 1,40**, => sobrepreço proporcional na tarifa BH de R\$ 4,50.

Trata-se de custos operacionais diretos e considera-se os custos administrativos na mesma proporção bem como os referentes os diversos encargos trabalhistas e ressalta-se, por oportuno, que os números referentes a mão de obra que é 50,66 % do custo do sistema (outros iguais, por estarem no mercado) **e que sendo menores implica tarifa também menor no mesmo percentual e proporção afinal.**

OBSERVAÇÕES E ALERTAS ACERCA DA REALIDADE EM CAPITAIS COM TARIFAS E CUSTO DE MÃO DE OBRA COMPARADOS

A – Com relação a **São Paulo**, capital com 12.552.023 de habitantes e área de 1.522.988 km², 4,8805 vezes a população de B horizonte e 4,8571 a área:

A.1 – Ainda que São Paulo tenha Orçamento de R\$ 60.563.450.056,00, quase 5 (cinco) de Belo Horizonte que tem de R\$ 12.937.745.226,00, seu "*Orçamento Per Capta*" (R\$ 4.824,00) é menor do que o da capital mineira (R\$ 5.148,64) devido a população muito maior, ocorrendo o mesmo com relação a "*Orçamento Por Área/Km²*" devido a área também maior Implicando menos dinheiro proporcionalmente e menor capacidade de subsidiar transporte cuja tarifa de R\$ 4,30 e 4.40 em 2019/20, menor que as de Belo Horizonte, combinada com o custo de mão de obra maior chama atenção.

A.2 - É que tendo o custo de mão de obra 31,34 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de São Paulo metade dos 31,34 % (15,67 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa B. Horizonte) a metade

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

dos 31,34 %, **15,67 %**, **menor que a de São Paulo**, porque não é de se crer em milagre na capital paulista, mas sim em problemas furtivos na capital mineira como no precedente supra citado do de Janeiro e ali de Governador Valadares e no Paraná.

A.3 - Interessante foi São Paulo, apesar de ter “*Orçamentos Per Capta e Por Área / Km²*,” menores. **menos dinheiro proporcionalmente** que Belo Horizonte, subsidiar sua tarifa de transporte público com o montante de R\$ 2,9 bilhões em 2019 conforme prova anexada em Mandado de Segurança (desonerando usuários), valor que representa 4,788 % de seu orçamento anual, => percentual que aplicado ao orçamento de B. Horizonte resulta R\$ 619,4 milhões que não se aplicou onerando o consumidor.

B - Com relação a **Rio de Janeiro**, capital com 6.718.903 de habitantes e área de 1.182.298 km², 2,6122 vezes a população de B. Horizonte e 2.7706 a área:

B.1 - Mesmo que o Município (Rio de Janeiro) tenha o Orçamento de R\$ 30.632.372.919,00, 2,367 o de Belo Horizonte onde é de R\$ 12.937.745.226,00, seu “*Orçamento Per Capta*” (R\$ 4.559,13) é menor do que o da capital mineira (R\$ 5.148,64) devido a população bem maior, ocorrendo o mesmo com relação a “*Orçamento Por Área / Km²*” devido o território maior Implicando menos dinheiro proporcionalmente e menor capacidade de subsidiar transporte cujas tarifas de R\$ 4,00 e R\$ 4,05 em 2019 / 2020, menor que Belo Horizonte, combinadas com o custo de mão de obra maior alertam

B.2 - Alerta-se, porque tendo o custo de mão de obra 15,718 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa do Rio de Janeiro metade dos 15,718 % (7,86 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de B. Horizonte) a metade dos 15,718 %, **7,86 %**, **menor que a do Rio da Janeiro**, porque os demais custos não podem ser maiores por estarem no mercado, sendo, pois, iguais e alegoricamente falando (metáfora): 3 (três) + 3 (três) é = a 6 (seis) lá, cá e acolá.

B.3 - Interessante no caso do transporte do Rio de Janeiro é que lá, apesar das práticas de tarifas menores e custo de mão de obra maior (metade do custo do sistema), fatos incontestes / incontroversos, => ainda sobrou dinheiro para propinas como apurado, condenado pela justiça e divulgado pela grande imprensa nacional.

C - Com relação a **Salvador**, capital com 2.872.347 de habitantes e área de 682.819 km², 1.114 % vezes a população de B. Horizonte e 1,248 % a área:

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

C.1 - Chama a atenção de pronto Salvador ter tarifa de R\$ 4,00, 12,5 % menor que a de R\$ 4,50 em Belo Horizonte com custo referente a mão de obra 20,91 % maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos “Per Capta e Por pois Área / km³”* respectivamente 47,33 e 72,74 % menores significando menos capacidade de subsídio e explicitando eficiência lá e indícios de problemas cá, em Belo Horizonte, como, reitere-se, ocorreu no sistema de transporte ali no Rio de Janeiro.

C.2 - É que tendo o custo de mão de obra 20,91 % maior e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de Salvador metade dos 20,91 % (10,45 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa Belo Horizonte) a metade dos 20,91 %, 10,45 %, menor que a de Salvador, porque não é de se crer em milagre na capital baiana, mas sim em problemas furtivos na capital mineira como no precedente supra mencionado e no exemplo escancarado pela Operação Lava Jato

D - Em relação a **Fortaleza**, capital com 2.669.342 de habitantes e área de 313,140 km², 3,8 % mais populosa e 0.14 % menor do que Belo Horizonte:

D.1 – É de se alertar ter Fortaleza praticado tarifas de R\$ de R\$ 3,40 em 2018 e de R\$ 3,60 em 2019 - 15,1 e 20, % menores que as de R\$ 4,05 e 4,50 em Belo Horizonte, com custo de mão de obra 10,2 % maior (demais iguais por serem de mercado) e com “*Orçamentos “Per Capta e Por Área / km³”* respectivamente 41,6 e 28,3 menores explicitando menor capacidade de subsidiar e eficiência do transporte público e reforçando os indícios de problemas em Belo Horizonte .

D.2 - Diga-se que tendo Fortaleza o custo de mão de obra 10,18 % maior que o de Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Fortaleza) em termos proporcionais e relativos, metade dos 10,18 % (5,08 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de Belo Horizonte) a metade do percentual (5,09 %), menor que a de Fortaleza reiterando-se não ser de se crer em milagre, claro, mas em eficiência lá e ineficiência, dolo e ilegalidades cá..

E - Com referência ao **Recife**, capital com 1.845,727 de habitantes e área de 217.494 km², 28,24 % menos populosa e 30,6 % menor que Belo Horizonte:

E.1 - Observou-se que Recife teve tarifa de R\$ 3,45 em 2019. 23,33 % menor do que a de R\$ 4,50 de Belo Horizonte com o custo de mão de obra 7,06 %

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos “Per Capta e Por pois Área / km³”* respectivamente 71,6 e 67,6 % menores e explicitando como em Salvador e Fortaleza e outras menos capacidade de subsidiar que combinado à tarifa menor e o custo maior de mão de obra (metade do custo do sistema) alerta.

E.2 - Tendo Recife/Olinda o custo de mão de obra 7.06 % maior que o de Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Recife) em termos proporcionais e relativos, metade dos 7.06 % (3,53 %) maior que a de Belo Horizonte e esta (tarifa de Belo Horizonte) a metade dos 7,06 %, (3,53 %), menor que a de Recife ou em termos proporcionais e relativos, R\$3.35 / R\$ 3,40, R\$ 1.10 menor que Belo Horizonte dando margem, pois, a suspeita fundada;

F - Com relação ao **Manaus**, capital com 2.182.753 de habitantes e área de 11.401.092 km², 14,97 % menos populosa e 36,35 % maior que B. Horizonte

F.1 - Em Manaus a tarifa praticada em 2019 foi a de R\$ 3,80. 15,55 % menor do que a de R\$ 4,50 de Belo Horizonte com o custo de mão de obra 59,78 % maior (demais iguais por estarem no mercado) e “*Orçamentos Per Capta e Por pois Área / km³”* respectivamente 54,06 e 91,32 % menores demonstrando também, como em Salvador, Fortaleza e Recife, menos capacidade de subsidiar e sinais de que o sistema de transporte é eficiente e sério ou o município se subsidia é muito mais.

F.2 - Havendo em Manaus o custo de mão de obra 37,41 % maior que Belo Horizonte e sendo essa (mão de obra) metade do custo do sistema deveria ser a tarifa de lá (Manaus) em termos proporcionais e relativos, metade dos 37,41 % (18,7 %) maior que a de Belo Horizonte e esta a metade dos 37,41 %, (18,7 %), menor que a de Manaus. Registra-se que os percentuais são diferentes em cada capital comparada que têm números diversos, indicando todas, porém, o ilegal e doloso de Belo Horizonte.

Configura, assim, que São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Recife e Manaus SUBSIDIANDO OU NÃO o transporte público e remunerando mais a mão de obra não permitem onerações excessivas, tarifas não módicas e explicitam sistemas sérios de transporte, discrepando de Belo Horizonte onde se tem “*orçamento per capta*” e “*por área / km²”* maiores (**mais dinheiro, pois, em termos proporcionais**) NÃO SE SUBSIDIA e se escorcha o usuário consumidor significando subtração e muito mais.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

“RENDA PER CAPTA” 2019 NAS SETE CAPITALIS
COM TARIFAS E CUSTO DE MÃO DE OBRA PARAMETRIZADOS

B. Horzte. -	São Paulo -	R. Janeiro -	Salvador -	Recife -	Fortaleza -	Manaus
Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo	Sal. Mínimo
3,5	4,2	4,1	3,4	3,2	2,9	3,0

Observa-se, que São Paulo teve a renda per capita 20% maior que a de Belo Horizonte e tarifa de ônibus 4.65 % menor (R\$ 4,30 x R\$ 4,50 com isenção a idoso de 60 anos, custo maior de mão de obra /encargos) significando que em Belo Horizonte o peso do transporte é maior onerando, pois, excessivamente o consumidor usuário do serviço em benefício do sistema com ganho ilícito subtraído do usuário/consumidor.

Teve-se também, no Rio de Janeiro, renda per capita 17,2 % maior que B. Horizonte e a tarifa de ônibus 11% menor (R\$ 4.05 x R\$ 4,50) com isenção a idosos a partir de 60 anos, significando o peso do transporte coletivo em Belo Horizonte maior **oneração excessiva ao usuário consumidor e perpetração de tarifa dolosa e não módica** em benefício do sistema E DOS QUE O MANTÉM em detrimento de usuários.

Assevere-se, por ilustração, que São Paulo e Rio de Janeiro têm respectivamente PIBs per capita 62,5 % e 44,33 % maiores significando cidades com economias mais consistentes e mais empregos e remuneração que Belo Horizonte **onde se precisa não só de subsídios (possíveis), mas de sistema de transporte eficiente com tarifa menor, módica e legal/moral sem subtração como se perpetra aqui.**

Onde a tarifa do transporte público (direito social constitucional) deveria e deve ser menor, módica, portanto, **é justamente o contrário**, maior e excessivamente onerosa, explicitando algo de fato ilegal, insólito, tramado furtivamente entre agentes públicos e empresários em Belo Horizonte e SER O “GOVERNO PARA QUEM PRECISA”, NÃO PARA OS SOCIALMENTE PRESISADOS, USUÁRIOS, MAS PARA QUEM “PRECISA” ENCHER AS “BURRAS” e que se efetiva aqui a custa da perpetração de sobrepreço permitido.~

Registra-se por essencial, “data venia”, que a primeira ideia de serviços de transporte coletivo público está voltada para a questão social e da Mobilidade Urbana e da eficiência, que começa por gestão profissional, preço baixo da tarifa, subsidiado até e com rapidez abrangendo segurança, de forma a incentivar o uso e a inibir a utilização

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

de automóveis que entopem as cidades, explicitando a parametrização efetivada que Belo Horizonte esta na “*contramão*” da legalidade, moralidade e di interesse público

**PLANEJAMENTO DO MODELO DE TRANSPORTE PÚBLICO
PARA BELO HORIZONTE EM 2008 POR EMPRESA DO RIO DE JANEIRO**

Averiguação cidadã preliminar apontou que em 2008 o Município de Belo Horizonte contratou organização / empresa do Rio de Janeiro (COPI ou COQUE) a se confirmar objetivando a realização de estudos e definição do sistema de mobilidade urbana e transporte público adequado para a cidade (BH) faltando se aferir, todavia, a modalidade utilizada para a referida contratação, o preço pago, o objeto executado e o que foi definido, porque não se conseguiu obter cópia dos referidos documentos.

**EDITAL E CONTRATOS DE CONCESSÃO SERVIÇOS DE
TRANSPORTE CONCORRENCIA 131/2008 – CLÁUSULA 11ª, ITEM 11.3.1.**

Apurou-se, contudo, que o edital concorrência pública 131/2008 - PBH referente a concessão das outorgas dos serviços de transporte público por ônibus de Belo Horizonte foi elaborado pelo escritório *MANESCO ADVOGADOS* de São Paulo contratado pelo Município para tal mister, e que dito documento estabeleceu condição contrária aos ditames do art. 3º, caput, § 1º da lei 8.666/93 infringindo os princípios da igualdade, legalidade, moralidade prejudicando o caráter competitivo do certame.

Os contratos de concessões do serviço de transporte público referentes a concorrência 131/2008 deste Município estabeleceram nas cláusulas 11 sobre o **REGIME TAFIFÁRIO** e em seu (s) item (ns) 11.3.1 a *FÓRMULA ADOTADA PARA CÁLCULO DO REAJUSTE DA TARIFA* com alteração pelo sexto aditivo, “*verbis*”.

CONTRATO(S), CLÁUSULA 11, 11.1 - SUBCLÁUSULA 11.3.1:

11.1 - Pela prestação dos SERVIÇOS objetos deste CONTRATO caberá a CONCESSIONÁRIA as tarifas pagas pelos passageiros que

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG**

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

utilizem seus veículos, de acordo com a política tarifária vigente e os seguintes grupos tarifários:

Grupo I - LINHAS que compõem os SERVIÇOS DIAMETRAIS, SERVIÇOS RADIAIS, SERVIÇOS PERIMETRAIS, SERVIÇOS SEMI-EXPRESSOS e SERVIÇOS TRONCAIS com tarifa de R\$ 2,10.

Grupo II - LINHAS que compõem os SERVIÇOS ALIMENTADORES e os SERVIÇOS CIRCULARES, tarifa de R\$1,50;

Grupo III— LINHAS E VILAS E FAVELAS tarifa de R\$ 0,50;

(iv) Grupo IV - estações do metrô - trem metropolitano tarifa unitária de R\$1,80 (valor fixado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos).

11.1.1 As regras de integração tarifária são as descritas nos subitens 3.2.8 e 3.2.15 do ANEXO I e do ANEXO I-A (Rede de Domingo) do EDITAL;

11.1.2 No decorrer do CONTRATO, as regras de integração tarifária poderão ser alteradas pela BHTRANS bem como poderão ser criadas NOVAS INTEGRAÇÕES TARIFÁRIAS;

*11.2 A CONCESSIONÁRIA reconhece que os valores tarifários componentes desta cláusula, **EM CONJUNTO COM AS REGRAS DE REAJUSTE** e revisão descritas no presente CONTRATO **são suficientes para a adequada remuneração dos SERVIÇOS**, amortização dos seus investimentos e retorno econômico, na conformidade de suas propostas descabendo-lhe qualquer outra reivindicação perante o poder concedente;*

11.3 A tarifa será reajustada anualmente sempre no dia 29 de dezembro.

=> 11.3.1 Para o cálculo do reajuste da tarifa será adotada a seguinte fórmula. (destaque e negrito nosso).

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

$$Pc = Po * (((0,25 * ((ODi - ODo) / ODo)) + 0,05 * ((ROi - ROo) / ROo)) + 0,20 * ((VEi - VEO) / VEO)) + 0,45 * ((MOi - MOo) / MOo) + 0,05 * ((DEi - DEo) / DEo));$$

Onde: Pc = Preço da tarifa calculada;

Po = Preço das tarifas vigentes em 2.008;

ODi = Número Índice de Óleo Diesel; FGV / Preço por atacado - Oferta Global - Produtos industriais Coluna 54, Relativo mês de novembro anterior à data de reajuste;

ODo = Número Índice de Óleo Diesel; FGV / Preço por atacado - Oferta Global - Produtos industriais Coluna 54, Relativo ao mês de novembro de 2.007;

ROi = Número Índice de Rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos – Subitem pneu, Coluna 25 Relativo ao mês de Novembro anterior à data de reajuste;

ROo = Número Índice de Rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos – Subitem pneu, Coluna 25 Relativo ao mês de Novembro de 2.007;

VEi = Número Índice de Veículos, FGV/IPADI Veículos pesados para transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, Relativo ao mês de novembro anterior à data de reajuste;

VEo = Número Índice de Veículos, FGV/IPADI Veículos pesados para transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, Relativo ao mês de novembro de 2.007;

MOi = Número Índice do INPC, utilizado para reajuste de Mão de Obra relativo a novembro anterior à data de reajuste;

MOo = Número Índice do INPC, utilizado para reajuste de Mão de Obra relativo ao mês de novembro de 2007;

***DEi** = Número Índice do INPC utilizado para reajuste de outras despesas relativo o mês de novembro anterior à data de reajuste;*

***DEo** = Número Índice utilizado para reajuste de outras despesas relativo ao mês de novembro de 2.007.*

ILEGALIDADES DA SUBCLÁUSULA 11.3.1, DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS ALTERADA PELO 6º ADITIVO CONTRATUAL

A subcláusula 11.3.1 do (s) contrato (s) de concessão dos serviços de transporte público de Belo Horizonte alterada pelo sexto aditivo contratual estabelece fórmula de reajuste da tarifa e obrigação abusiva, iníqua, tendenciosa, leonina e ilegal do usuário do serviço social (art. 6º da Carta Magna) e coloca o consumido / usuárior em desvantagem exagerada incorrendo nos termos dos arts 39, V, X, XI e 51, IV, X e XV, § 1º, I, II, III do CDC, lei 8.078/90 e viola os princípios da equidade e da boa-fé.

CDC - LEI 8.078 DE 1990 - CÓDIGO DE DEFESA DA CONSUMIDOR

CAPÍTULO V - DAS PRÁTICAS COMERCIAIS - SEÇÃO IV

=> DAS PRÁTICAS ABUSIVAS

*Art. 39 - É vedado ao fornecedor de produtos **ou serviços**, dentre outras práticas abusivas:*

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

XI - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

CAPÍTULO VI - DA PROTEÇÃO CONTRATUAL - SEÇÃO I:

Art. 46 - Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade

de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, OU SE OS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS FOREM REDIGIDOS DE MODO A DIFICULTAR A COMPREENSÃO DE SEU SENTIDO E ALCANCE..

SEÇÃO II => DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

Art. 51 - São nulas de pleno direito,(...), as cláusulas contratuais relativas o fornecimento de (...) serviços que:

IV - ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES CONSIDERADAS INÍQUAS, ABUSIVAS, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XV – estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor

§ 1º - Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

❖ III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

O (s) Contrato (s) supra referido (s), ademais, com a subcláusula 11.3.1 alterada pelo sexto aditivo contratual, viola (m) especialmente o art. 46 (final) do CDC. lei 8.078/90 e, fazendo lei entre as partes, incorre (m) também nas determinações do art.

166, IV, V, VI e VII (168, parágrafo único) do Código Civil e art. 321 do Decreto-Lei 2.848/40 com indícios de incidência em outros tipos da mesma norma, Código Penal.

ILEGALIDADE DAS PORTARIAS DPR BHTRANS N°S. 135 DE 2016 E 168 DE 2018 A MARGEM DA SUBCLÁUSULA 11.3.1 DOS CONTRATOS

As portarias DPR BHTRANS N°S. 135 de 28/12/2016 e 168 de 26/12/2018 publicadas no DOM-BH não adotaram e não aplicaram, pois, para o cálculo e definição das tarifas a fórmula determinada na subcláusula 11.3.1 (cláusula 11ª) dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008 alterada (s) pelo sexto aditivo contratual adotando sim critério pessoal subjetivo extracontrato ilegal tipo negociata e imoral.

Os reajustes oficializados através das Portarias BHTRANS DPR N°S. 135 de 2016 e 168 de 2018, ao elevarem as tarifas para R\$ 4,05 e R\$ 4,50 sem arrimo da fórmula estabelecida pela subcláusula 11.3.1 dos contratos e o sexto aditivo contratual RESULTARAM TARIFA NÃO MÓDICA, EXCESSIVAMENTE ONEROSA E DOLOSO SOBREPREÇO E SOBRELUCRO, porque a tarifa relativa proporcional ao custo de mão de obra menor foi abaixo de R\$ 3,15 e 3,80 **conforme o fundado comparativo supra consignado.**

Ocorreu em 2017, 2018 e 2019/20 com relação ao transporte público de Belo Horizonte violação sorrateira e ardilosa dos arts. 6°. § 1° e 7°, I da lei 8.987/95 que *dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços públicos*; dos arts. 8°, VI e 14, I, da lei 12.587/12 que ***Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana*** e da subcláusula 9.1 dos contratos que determinam a modicidade da tarifa.

*LEI N° 8.987 DE 13 DE FEVEREIRO DE 1985: **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da constituição federal...***

CAPÍTULO II => DO SERVIÇO ADEQUADO

*Art. 6° – Toda concessão ou permissão PRESSUPÕE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO AO PLENO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, **conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato**”.* (destaques nossos)

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

§ 1º - SERVIÇO ADEQUADO é o que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação **E MODICIDADE DAS TARIFAS.**

Art. 7º. - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, **são direitos e obrigações dos usuários:**

I - receber SERVIÇO ADEQUADO. (art. 6º supra, § 1º, início e final).

LEI Nº 12.587 DE 03 DE JANEIRO DE 2012 -

institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana (...) e dá outras providências

CAPÍTULO II => DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

Art. 8º - A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

I - **modicidade da tarifa para o usuário**

CAPÍTULO III => DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 14. São direitos dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, sem prejuízo dos previstos nas Leis nºs 8.078, de 11 de 1990, e 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 :

I - **Receber o serviço adequado, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** (art. 6º, lei 8.987/95 supratranscrito).

CONTRATOS (4) – CLÁUSULA 9ª. - => DO SERVIÇO ADEQUADO:

9.1 - A CONCESSIONÁRIA DEVERÁ PRESTAR OS SERVIÇOS SATISFAZENDO AS CONDIÇÕES DE pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, universalidade, segurança, conforto, higiene, cortesia **E MODICIDADE DA TARIFA**

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Observou-se que a subcláusula 11.1 (subitens i, ii, iii) dos contratos de concessão dos serviços de transporte público estabelece os valores do Grupos I = R\$ 2,10 (o maior, que especifica). Grupo II = R\$ 1,50 e Grupo III = R\$ 0,50, mas as portarias atribuem o valor maior à tarifa do Grupo 3 (III) e o valor menor a tarifa do Grupo 1 (I) invertendo, portanto, e explicitando alheamento aos citados contratos.

A tarifa maior de R\$ 4,50 em 2.019 significa aumento de 114,286 % sobre o valor inicial cláusula 11 (i) no contrato ($R\$ 2,10 + 114,286 \% = R\$ 4,50$); que a tarifa menor de R\$ 3,15 em 2.019 significa aumento de 530 % sobre o valor inicial ($R\$ 0,50 + 530 \% = R\$ 3,15$) e que a tarifa intermediária de R\$ 3,60 em 2019 significa aumento de 140 % sobre o valor inicial, explicitando os diversos índices e o ilegal diante do que estabelece a subcláusula 11.3.1 dos contratos e leis sobre a modicidade.

Merece reiteração que em São Paulo em 2008 a tarifa era de R\$ 2,30 significando que a tarifa de R\$ 4,30 em 2019 aponta evolução / aumento de 86,956 % ($R\$ 2,30 + 86,956 \% = R\$ 4,30$) e que no Rio de Janeiro em 2008 a tarifa era de R\$ 2,20 significando que a tarifa de R\$ 4,05 em 2.019 aponta evolução/aumento de 84,101 % => sendo Belo Horizonte respectivamente **27,430 e 30,180 % a mais**, (sobrelucro) e com o custo de mão de obra menor e sem isenção aos idosos a partir de 60 anos.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS, FLS. 147/159 DO RELATÓRIO DA
“VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE”, TARIFA RELATIVA E SOBREPREGO:

A evolução dos custos do transporte de 2013 (R\$1.064.150.953) para 2016 (R\$ 1.259.884.484) conforme as pags. 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação de Custos, fls. 147/159 do Relatório Final da “Auditoria” aponta aumento de 18,4 % que acrescido ao valor da tarifa de 2012 (R\$ 2,65) resulta R\$ 3.137 (R\$ 3.15/20) para 2.017 => aquém, pois, do que estabeleceu a Portaria BHTRANS DPR N° 135 de 28/12/2016.

É que a referida Portaria BHTRANS DPR N° 135 de 2.016 reajustou a tarifa para R\$ 4,05 e explicitou sobrepreço acumulado de R\$ 0,85 e “*Tarifa Não Mófica*” e “*Excessivamente Onerosa*” com violação do § 1° (final) do art. 6° da lei 8.987/95, art. 8°, VI da lei 12.527/12 e cláusula 9, 9.1 e 13, 13.1 (i) dos contratos com prática de sobrelucro e subtração de dinheiro dos usuários consumidores do serviço.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

O sobrelucro de R\$ 0,85 resultado da estipulação de tarifa maior do que a decorrente da evolução do custo total do sistema e de outras capitais, 52,85 % em vez de 18,4 % (**percentual de variação dos custos pags 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação fls. 147 a 159 do Relatório Final da "Auditoria"**) referenda o que resultou do comparativo de tarifas e custo de mão de obra entre setes capitais brasileiras.

As tarifas de R\$ 4,05 em 2017/18 e de R\$ 4,50 em 2019/20 em Belo Horizonte (maiores que São Paulo, R. de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus **chamam atenção diante do fundamentado comparativo de tarifas e custo de mão de obra supra apontado** e também da evolução do custo total do transporte público;

Ainda mais que as Portarias da BHTRANS DPR N° 135 de 2016 e N° 168 de 2018 que reajustaram as tarifas não consideram as determinações do item 11.3.1 da cláusula 11 dos contratos de outorgas das concessões do serviço de transporte público decorrente da licitação concorrência pública 131/2008 **e explicitam, pois, subjetivismo / pessoalidade e acertos a margem do contratado (?) [de forma marginal afinal]**.

**BENEFÍCIOS FISCAIS (DESONERAÇÕES) CONCEDIDOS A
CONCESSIONÁRIAS SEM REPASSE À TARIFA, E PERMISSIVIDADE ILEGAL:**

Além de o sistema de transporte de Belo Horizonte praticar reajuste da tarifa acima do percentual de evolução dos custos apontados em relatório de verificação "independente" e sem obedecer a fórmula definida em contrato, isenta concessionárias do ISSQN (Lei 10.638/13 - BH); permite a operação sem agente de bordo com motorista cumulando a função e violação dolosa da lei municipal 8.224/2001 e CTB, lei 9.503/97 e reverte / destina créditos eletrônicos fora da validade / extintos às concessionárias.

*LEI MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, N° 10.638 DE 16/07/2013.=>
**CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE
QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PARA O SERVIÇO DE
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO (...) POR ÔNIBUS...***

*Art. 1º. **Fica isento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - o serviço de transporte público coletivo urbano de pessoas por ônibus, inserido no subitem 16.01 da***

*REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003. (destaque / negrito nosso).

=> Parágrafo Único - a isenção de que trata o caput deste artigo será integralmente repassada ao preço da tarifa, DEVENDO A REFERIDA TRANSFERÊNCIA SER COMPROVADA NA PLANILHA DE CUSTOS QUE ESTABELECE O SEU VALOR.).

LEI MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE Nº. 10.526 DE 2012 - ALTERA A LEI Nº 8224 DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Art. 1º - O § 1º do art. 3º da Lei nº 8.224, de 28 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação.

(Art. 3º) - onissis => "§ 1º - CADA VEÍCULO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E CONVENCIONAL DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE será operado por um motorista e um agente de bordo, à exceção dos veículos das linhas troncais do sistema de Bus Rapid Transit (...), dos veículos em operação em horário noturno e nos domingos e feriados, e dos veículos dos serviços especiais caracterizados como executivo, turístico ou minionibus.

O Estado de Minas Gerais, ademais, estabeleceu *REGIME ESPECIAL – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS PARA O ÓLEO DIESEL e Redução de base de cálculo nas saídas do produto das Distribuidoras de combustível para prestadores de serviço de transporte público de passageiros* implicando redução de custo do sistema que não repassa, porém, à tarifa, pois pratica a maior do Brasil dando sinais de que imbróglio pode agradar/agraciar e comprar apoios e impunidade fazendo, **o ilícito compensar, o contrário do ocorrido/condenado no Rio de Janeiro.**

EVOLUÇÃO DA TARIFA BH CONFORME A VARIAÇÃO DO INPC

R\$ 2,10 em 08 e 10 de 2008 Conforme Combinação das Cláusulas 6º, 6.2 e 11ª e 11.1 (i) e 11.3 dos Contratos de Concessão

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, Nº. 128.113/2009 - CNPJ/MF Nº. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, Nº. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES Nº 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

2009	- R\$ 2,100	+	6,4800	% (INPC)	= R\$ 2,223	para 2010;
2010	- R\$ 2,223	+	4,1100	% (INPC)	= R\$ 2,314	para 2011
2011	- R\$ 2,314	+	6,4652	% (INPC)	= R\$ 2,463	para 2012
2012	- R\$ 2,463	+	6,0799	% (INPC)	= R\$ 2,612	para 2013
2013	- R\$ 2,612	+	6,1972	% (INPC)	= R\$ 2,773	para 2014
2014	- R\$ 2,773	+	5,5629	% (INPC)	= R\$ 2,927	para 2015
2015	- R\$ 2,927	+	6,2263	% (INPC)	= R\$ 3,109	para 2016
2016	- R\$ 3,109	+	11,2762	% (INPC)	= R\$ 3,459	para 2017
2017	- R\$ 3,459	+	6,5800	% (INPC)	= R\$ 3,686	para 2018
2018	- R\$ 3,686	+	2,0664	% (INPC)	= R\$ 3,762	para 2019
2019	- R\$ 3,762	+	3,5574	% (INPC)	= R\$ 3,895	para 2020

Conforme o IGP-M, para o período de 01 de 2009 a 12 de 2018, o índice de atualização é de 1.7198548 significando que aplicado o índice sobre o valor da tarifa de R\$ 2,10 apontada na cláusula 11^a, 11.1 do contrato de concessão, **resulta R\$3,61169.**

Conforme o IPCA (IBGE), o índice de atualização, público, para o período de 01/2009 a 12/2018 é de 1.763196 significando que aplicado referido índice ao valor da tarifa de R\$ 2,10 apontada na cláusula 11, 11.1 do contrato, **resulta R\$3,70271.**

Registra-se por oportuno e importante que o IPCA (**índice nacional de preço ao consumidor amplo**) indica e representa, pois, a inflação acumulada de um período, o acúmulo das inflações, e que a tarifa de ônibus do transporte público de Belo Horizonte diante dos elementos oficiais supra referidos que são públicos/notórios é excessivamente onerosa, não módica e extorsiva, suscetível a “freio” legal/judicial.

ESTUDO ECONÔMICO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO
DE BELO HORIZONTE - CÁLCULO TARIFÁRIO - MOVIMENTO TARIFA ZERO.

O Estudo Econômico do Sistema de Transporte Público de Belo Horizonte realizado pelo *Movimento Tarifa Zero*, disponibilizado na internet e anexo no Mandado de Segurança concluiu que a tarifa de ônibus deveria ser de R\$ 3,45 em 2017 valor este similar ao resultado da variação da tarifa inicial de R\$ 2,10 pelo INPC supra que acrescido com os ditos índices de 2017, 18 e 19 aponta R\$ 3,671 para 2018, R\$ 3,752 para 2019 e R\$ 3.886 para 2020 valores compatíveis com o IGP-M e IPCA citados.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N.º. 128.113/2009 - CNPJ/MF N.º. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N.º. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N.º 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

**SOBRELUCRO DECORRENTE DO “SOBREPREGO”
E TARIFA “NÃO MÓDICA”, “EXCESSIVAMENTE ONEROSA” E ILEGAL.**

Comprovado o sobrepreço médio de R\$ 0,85 e 0,50 em 2017 e 2018 e de R\$ 0,75 e R\$ 0.50 em 2019 e 2020 nas tarifas grupo 3 do transporte público de Belo Horizonte e considerado o universo de 400.000.000 de viagens /ano, tem-se sobrelucro de R\$ 340.000.000,00 e R\$ 200.000.000,00 em 2017 / 2018 e de 300000.000,00 e R\$ 200.000.000,00 em 2019, ardilosa / dolosa subtração ilegal de dinheiro de usuários consumidores no total de R\$ 840.000.000,00, enriquecimento ilícito de muitos.

Registre-se, considerando a demissão de 4.800 Agentes de Bordo e tendo em conta os salários destes ou R\$ 1.076,47 acrescidos dos encargos, direitos e benefícios perfazendo algo em torno de R\$ 2.286,62 per capta, => que as empresas transformaram a ilegalidade (extinção do cargo de Agente de Bordo) e a cumulação pelo motorista em mais sobrelucro, de R\$10.975,004.80 / mês ou 131,7 milhões/ano.

**ROBIN HOOD INVERTIDO, AS AVESSAS, “DOOH NIBOR” <= -
TIRA DOS POBRES (CONSUMIDORES) E DÁ AOS RICOS (EMPRESÁRIOS)**

É o que ocorre no sistema de Transporte de Belo Horizonte onde SE TIRA DOS POBRES na forma de tarifa não módica e excessivamente onerosa e mais cara c/c custo de mão de obra menor entre as capitais comparadas, não isenção da tarifa a idosos de 60 anos, concessão de isenção do ISSQN e redução da base de cálculo do ICMS do diesel, supressão do cargo e função de Agente de Bordo com a cumulação ilegal por motorista e extinção de créditos eletrônicos E SE DÁ A RICOS PARCEIROS.

**REAJUSTE DA TARIFA ACERTADO EM REUNIÃO ENTRE BHTRANS E
EMPRESÁRIOS – PORTARIA BHTRANS DPR N° 168 DE 2018 E ANTERIORES**

A *PORTARIA DPR BHTRANS N° 168 DE 26/12/2018* foi emitida pelo presidente da empresa pública (BHTRANS S/A) considerando *que os contratos de concessão decorrentes da Concorrência Pública n°. 131/08 estabeleceram*

*REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG*

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

critérios para o reajuste da tarifa e Condições para a Revisão dos contratos e que se faz necesssário para a cobertura dos critérios operacionais ajustar as tarifas dos serviços de transporte de passageiros (...)" E RESOLVE/REAJUSTA.

Considera-se a existência do critério, MAS NÃO INDICA, apresenta e nem se aplica os índices definidos na "considerada" fórmula, item 11.3.1 da Cláusula 11 dos contratos decorrentes da concorrência nº. 131/08 (ODi / ODo; ROi / ROo; VEi / VEo; MOi / MOo e DEi / DEo), **nada, afinal, além do subjetivo "se faz necessário"** que embase os 11,11 % de reajuste que aumentou a tarifa 2018 de R\$ 4,05 para R\$ 4,50 em 2019.

Tem-se o mesmo nas Portarias BHTRANS DPR N°s 135 de 26/12/2016; 165 de 30/12/2015; 144 de 26/12/2014; 116 de 17/12/2012; 127 de 28/12/2011 e 116 de 27/12/2010, reajustes a margem da fórmula item 11.3.1 das cláusulas 11 dos contratos resultados da concorrência 131/08 sem especificação e aplicação dos índices (ODi / ODo; ROi / ROo; VEi / VEo; MOi / MOo e DEi / DEo), explicitando pessoalidade e ilegalidade.

Não se considerou, em verdade, a fórmula determinada no item 11.3.1 do contrato de concessão dos serviços de transporte que seria o arrimo legal do reajuste perpetrado na Portaria BHTRANS DPR N°. 168 com prática de subjetivismo/pessoalidade e nem mesmo a sugestão de R\$ 6,35 tipo sem noção e absurda registrada na fl. 640 (89 de 89) do Relatório Final da insólita "Auditoria" e praticado o acerto extracontrato.

A Portaria BHTRANS DPR N° 168 não considera e faz "*tabula rasa*" e dos ditames imperativos do item 11.3.1 da cláusula 11ª dos contratos, proporciona vantagem indevida aos concessionários e incorre em nulidade insanável, TENDO SIDO, PORTANTO, **ilegal e lesivas a tarifa perpetrada durante o ano de 2019 em Belo Horizonte.**

Nunca é muito repetir, "*data venia*", **que não é de se crer** que agente público proporcione lucro extra e ilegal / imoral E PROTEÇÃO INCLUSIVE a empresários (iniciativa privada) sem interesse próprio, sem "*morder um pedaço*", como, por exemplo, se viu no transporte do Rio de Janeiro, Governador Valadares e Santo André e na operação lava jato com fortes indícios do mesmo em Belo Horizonte devido a tarifa maior c/c custo menor de mão de obra e os diversos atos e omissões em proteção..

A prática de tarifa "*excessivamente onerosa*" e "*não módica*" no transporte público de Belo Horizonte viola também os termos do art. 198, I e II da Lei

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Orgânica do Município e os ditames do art. 4º da lei 8.429/92 estando as Portarias nºs BHTRANS DPR Nºs 135 de 2016 e 168 de 2018 nulas de forma insanável conforme sobredito e, ademais, **a infringirem os ditames do art. 4º da lei 8.429 de 1.992**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

*Art. 198 - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de transporte coletivo SERÁ ASSEGURADO **por uma ou mais das seguintes condições**, conforme dispuser a lei:*

I - Tarifa Justa e Sua Revisão Periódica;

II - subsídio aos serviços.

LEI Nº. 8.429 DE 02/06/1992 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia SÃO OBRIGADOS A VELAR PELA ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E PUBLICIDADE no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Têm-se, além do exposto práticas tipificadas pelos arts. 319 e 321 do Decreto-Lei 2.848/40 e indício do ilícito especificado pelo art. 288 da mesma norma (Código Penal) e outros tantos, como ocorrido no Rio de Janeiro, Santo Abdré, Governador Valadares e no Paraná (similar), arts. 319 e 321 que se registra:

DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07/12/1940 - CÓDIGO PENAL

“Prevaricação”:

“Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”:

“Advocacia administrativa”:

“Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, INTERESSE PRIVADO PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, valendo-se da qualidade de funcionário”:

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, Nº. 128.113/2009 - CNPJ/MF Nº. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, Nº. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES Nº 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

NÃO REALIZAÇÃO CONFESSADA DA AUDITORIA CONTRATADA E PAGA

O anexo do *Relatório de Verificação das Receitas Mês a Mês Incorridas na Prestação de Serviços por Cada Uma das Quatro Concessionária do Período de Janeiro de 2013 a Dezembro 2016*, fls. 80 a 118, fl. 117 do *RELATÓRIO CONSOLIDADO / FINAL* aponta expressamente que os procedimentos executados não constituem auditoria, conforme abaixo transcrito:

“Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Considerando que os nossos trabalhos foram executados em base amostral de testes (não extensivos), não oferecemos garantia de que não existam outros pontos que não estejam sendo relatados por nós neste momento (...)”.

“Desta forma, não estamos emitindo uma opinião sobre a estrutura de controles internos da BHTRANS ou mesmo dos Concessionários e Consorciadas do serviço de transporte público urbano por ônibus coletivo. (negrito sublinhado nosso).

*“Na medida em que os procedimentos por nós executados **NÃO CONSTITUEM UMA AUDITORIA** das demonstrações contábeis e demais controles e registros da BHTRANS, concessionários ou permissionários do transporte público por ônibus, **NÃO ESTAMOS EMITINDO e não emitiremos qualquer opinião, parecer ou relatório sobre os mesmos de acordo com as normas de auditoria e revisão adotadas no Brasil.** (destaques nossos)*

“Todas as observações apresentadas neste relatório REFEREM-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE executados, referente termo de referência da concorrência N° 2017/002. (maiúsculas nossas).

*=> “Ressalte-se que o escopo deste projeto de verificação independente **NÃO SE CONSTITUI** EM QUALQUER TIPO DE PROCEDIMENTO DE AUDITORIA CONTÁBIL, de investigação ou*

de fraude => Não formos contratados para identificar fraudes ou atos ilegais.” (...) “12 de dezembro de 2018” (?),

ASSERTIVA DE MINISTRO DO STF, ILUSTRAÇÕES,
EXORTAÇÃO DO PAPA FRANCISCO A MAFIOSOS E COMPLEMENTO

É *BASILAR E GRAVE* a assertiva veemente do ilustre Ministro *CELSO DE MELLO* do *STF*, verbalizada no dia do julgamento de “*Habeas Corpus*” do ex presidente Lula, ocasião em que o decano alertou estar “*o Estado brasileiro foi capturado pelo crime organizado*” explicitando a situação geral no país cuja “Operação Lava Jato” da Polícia, Justiça e MP Federais escancarou explicitando a cultura de furtar

Matérias jornalísticas da grande imprensa nacional apontam corrupção e propinas comprovadas, confessadas e julgadas/condenadas com prisões de agentes públicos e privados no Rio de Janeiro (Governador Valadares) e no Paraná sobre taxa de pedágio com apuração “*Acordo de Leniência*” e recuperação de muitos milhões subtraídos / furtados da sociedade **ILUSTRAM, ALERTAM** e recomendam atenção.

É que propinas até para governador e crimes apurados e confessados (delatados) no transporte público do Rio de Janeiro com a condenação e prisão também de Deputado Presidente da Assembleia e até de Promotor de Justiça e a denúncia do MPF/RJ contra empresário “Rei dos ônibus” e Desembargador afastado e outros c/c com o que se apurou em Belo Horizonte (*tarifa mais cara do Brasil e custo menor de mão de obra, auditoria tipo “para inglês ver” e hermetismo*) constituem parâmetro alertador.

Merece citação e registro, como alerta, a exortação do Papa Francisco a mafiosos da Camorra em 2015 *para converterem-se ao amor e à justiça*, porque se aplica a muitos agentes públicos brasileiros, “cristãos” (?), mas adeptos à corrupção, impunidade negociada e jeitinho e avessos a justiça efetiva, naturalmente.

É que segundo o iluminado pontífice, “*como um animal morto fede, a corrupção fede, a sociedade corrupta fede e um cristão que deixa entrar a corrupção fede*”, sendo, pois, de se alertar, que além das amostras da “Operação Lava Jato”, há precedentes de furtos ao erário como apurado/condenado no sistema de

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

trânsito do Rio de Janeiro afigurando Brasil fedorento, de instituições públicas podres e agentes políticos catingentos, suscetíveis a assepsia moral e ao controle social.

A combinação da tarifa maior do Brasil com o menor custo de mão de obra e isenções fiscais lesivas à sociedade e a não isenção a idosos de 60 anos, nas palavras dos membros da ONG Brasil Legal explicita “*prática não de espertos, mas de espertalhões*” e que o slogan “*GOVERNO PARA QUEM PRECISA*” não abrange quem “*precisa de transporte com modicidade da tarifa*”, favorecendo “*quem não precisa, como antediro*” ***Robim hood as avessas que tira do pobre para dar aos ricos***”.

Diga-se que trunfo de fraudador é praticar ilícitos, os esconder na burocracia e contar com o emperro burocrático, a ineficácia dos controles oficiais e que ninguém veja e se “ver” não enxergue permitindo, pois, a impunidade que incentiva.

Assertiva do Ministro do STF **Luis Roberto Barroso** de que “*é preciso armar a sociedade com educação, cultura e ciência*” contrapõe a ideia de armar pessoas com arma (de fogo) e incentiva alertar que “*a sociedade precisa ser Armada com Educação também Para a Cidadania*” e “*SENSE DE ESTADO DE DIREITO*”; para resolver questões, não com as armas faladas (no tiro) mas com outras (direito / justiça), civilizada e legalmente, QUE É GARANTIA DO ESTADO DE DIREITO CONTRA LADRÕES PARA A PAZ SOCIAL

As resistências ao controle social pelo Município e BHTRANS diante das ilustrações juntadas em processo judiciais; do “*COMPARATIVO FUNDAMENTADO / COMPROVADO DAS TARIFAS DE ÔNIBUS URBANO E DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DO TRANSPORTE PÚBLICO DE B. HORIZONTE, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR RECIFE, FORTALEZA E DE MANAUS*” e, especialmente, diante do que escancarou a grande imprensa nacional sobre o que chamaram de “*Guardiões do Crivella*”, alertam.

É que a resistência e os “*bois de piranha*” permitem suspeitar existir em BH os “*GUARDIÕES DA BHTRANS*” a impedir o abrir da “*Caixa Preta*” (pecha pelo candidato hoje prefeito) e a garantir a prática de “*Sobrepreço*”, “*Tarifa Não Módica e Excessivamente Onerosa*” e “*Sobrelucro*” com perspectiva de muito mais (?), os “*GUARDIÕES DE SISTEMA*”, sofisticados, ramificados, furtivos/sutis e beneficiários

CONCLUSÃO E REGISTROS EM SÍNTESE, PARA REFLEXÃO:

O exposto, concreto, apurado e supra consignado explicita um sistema doloso e organizado para, além de lucrar, que é próprio do capitalismo e legal / moral, subtrair dinheiro de consumidores do transporte público de Belo Horizonte, esquema de sobrepreço na tarifa combinado com o custo menor de mão de obra e outros iguais por estarem no mercado, isenções fiscais e sobrelucro (ganho além do lucro natural) e enriquecimento ilícito em detrimento da sociedade.

Os fatos comprovam que o Poder Legislativo “Fiscalizador”, (Câmara Municipal) permite, apesar de muito “blá-blá-blá” e que a sociedade, contribuintes/eleitores não têm quem os defenda efetivamente dos furtivos sistemas/esquemas, crime organizado que capturou o Estado brasileiro segundo Celso de Melo Ministro decano do STF e agrada a muitos com o que furta reiteradamente apesar de órgãos oficiais de controle.

Merece reflexão e atenção/alerta ONG e cidadão peticionarem administrativamente e acionarem o judiciário para suprir ilegalidade do órgão requerido e lhes ser negada a eficácia dos incisos XXXIII, XXXIV “a”, “b”, LXIX e LXXVIII, do art. 5º da Constituição da República; Preâmbulo e arts. 2º, II, III, IX e 73, § 1º, III da Constituição Estadual/MG; lei 12.527/11, decretos que regulamentam como o Municipal 14.906/12, Lei Orgânica/BH e dos princípios da moralidade e eficiência.

É que não é de se crer que agente público permite a particular sobrelucro ilegal de milhões sem interesse, vantagem e divisão/proteção, e se fez “*tabula rasa*” do Direito (tipo *abafa*)

Belo Horizonte/MG, Brasil Legal, 20 de Setembro de 2020

EM TEMPO (29/09/2021):

:

Estando judicializadas as nulidades da subcláusula 11.3.1 dos contratos decorrentes da concorrência 131/2008-PBH que outorgou as concessões dos serviços de transporte e das Portarias BHtrans DPR 135/2016 e 168/2018 que reajustaram tarifas sem adotar a “*Fórmula Paramétrica*” contratada e seus índices RESTA AVERIGUAR O EDITAL, PUBLICAÇÕES, **HABILITAÇÕES**, PROPOSTAS, JULGAMENTOS, ADJUDICAÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DA LICITAÇÃO E AS EXECUÇÕES DOS CONTRATOS INCLUSIVE COM RELAÇÃO AOS CUMPRIMENTOS DAS CLÁUSULAS 14, 14.4 (i, ii, v, vi, vii, xviii, xx, xxxv, lvi, lxx). 14.4.3, 14.4.6, (i e iii)17, 17.1, 18, 18,1 e 20, 20.1 referentes a Seguros e Fundo Garantidor.

COMPLEMENTAÇÃO – READEQUAÇÃO:
FRACIONAMENTO DE LINHAS E DE TARIFAS POR CONSEQUENCIA:

Lembrando-se do antigo “**Rodízio**” ainda existente em churrascarias Brasil afora onde se cobra e paga um valor fixo e se disponibiliza muitas carnes, saladas / frios e guarnições (bebida e sobremesa à parte), independentemente de o pagante se servir / empanurrar, pagando o preço total comendo ou não de tudo, e vendo a predominância da moderna sistemática “**self-service**” na qual se cobra por grama e se paga valores diversos conforme se serve e come, a ONG Brasil Legal compara aqui e pondera:

Linhas de ônibus urbano como as que vão de bairro a bairro atravessando o centro de Belo Horizonte, são como o antigo / obsoleto “**Rodízio**”, disponibiliza o direito de percorrer uma distância que a grande maioria dos passageiros / consumidores não precisa e não usa pagando pelo só disponibilizado, => SENDO O FRACIONAMENTO DAS LINHAS E PREÇO DA TARIFA POR CONSEQUENTE como a moderna e eficiente sistemática “**self-service**” no qual se cobra e se paga apenas o que se precisa comer e consome,.

Observa-se que na ponderada e razoável sistemática “**self-service**” quem precisa comer e serve 300 gramas paga apenas isso e quem precisa comer 900 gramas que são poucos paga o tripulo (paga-se só pelo que se come) => valendo citar, ainda, que nas linhas de ônibus de Belo Horizonte para as cidades do interior quem precisar ir até a metade do caminho paga proporcionalmente, NÃO PAGA POR TODO O TRAJETO.

Dá-se como exemplo basilar a linha 2401 que vai da “Nova Gameleira” ao “Belvedere” (biocor) e sai do referido bairro e entra na Avenida Amazonas ao lado do

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

colégio Salesiano seguindo nesta via (Amazonas) até a Rua dos Tamoios onde para ao lado da Igreja São José e seguindo vira a direita na Av. Afonso Pena indo até a Rua dos Guajajaras indo nessa até a Av. João Pinheiro onde vira a esquerda e após, Praça da Liberdade, Cristovão Colombo, N. S. do Carmo, BR 040 e BH Shopping até o final...

... e, inversamente (de retorno), até a Avenida Afonso Pena (passando em frente a igreja São José, onde virou na ida, e na praça sete) entrando logo depois na rua dos Tupinambás e a seguir na Av. Amazonas indo até logo após o colégio Salesiano circulando no bairro e indo então para o final / inicial próximo ao IML Nova Gameleira.

=> A readequação que se tem como razoável, eficiente, social e exemplo e se propõe é fracionar a linha na ida do bairro Nova Gameleira na Rua dos Tamoios com Avenida Afonso Pena, isto é, ao lado da Igreja São José seguindo em frente, em vez de virar a direita, fazer o contrário, virar a esquerda e pegar o caminho de volta atual a partir dali e retornar, pois, para o mesmo bairro COM A TARIFA REDUZIDA A METADE...

...e, inversamente, fracionar a linha no início da Av. João Pinheiro, na praça Afonso Arinos e em vez de pegar a Avenida Álvares Cabral para a Avenida Afonso Pena, virar a esquerda, para a Avenida Augusto de Lima, entrar na Rua Espírito Santo, descer até a Av. Afonso Pena e entrar a direita nessa (Av. Afonso Pena) e pegar o caminho de volta para o bairro Belvedere (biocor) COM A TARIFA REDUZIDA A METADE.

É de se considerar que os passageiros que cruzam a cidades (assim como clientes que comem tudo no Rodízio parâmetro) são minoria e que no caso das linhas fracionadas exemplo ambos os retornos ficam próximos facilitando a minoria alcançar.

Propõe-se o mesmo com relação as demais linhas que cruzam o centro de Belo Horizonte (fracionamento do tamanho e da tarifa e empresas diferentes a competir) ainda que em alguns casos possam ser necessárias alterações e adaptações de vias públicas e do trânsito de forma viabilizar o não cruzamento de linhas fracionadas como no exemplo basilar e não alterar o volume de ônibus em cada local/região da cidade.

Linha fracionada com tarifa proporcional, menor, é um dos desestímulos ao uso de carros particulares que entopem as ruas e até ao andar a pé, cogitando-se que alguém, por exemplo, estando na avenida Amazonas esquina da Avenida contorno (Santo Agostinho) se animaria ir a pé para centro diante da tarifa de R\$ 4,50, enquanto a pegar o ônibus caso a tarifa seja a metade, mais razoável e alcançável ao pobre.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, N°. 128.113/2009 - CNPJ/MF N°. 13.718.691/0001-05
RUA JOSIAS CASSIMIRO, N°. 352 - CORRESPONDÊNCIA: RUA DOS GOITACAZES N° 1.596/601
TELEF. 31-98553.9828 e 99158.5628 - brasillegal.legal@yahoo.com.br - BELO HORIZONTE/MG

1ª Comissão de Transportes, para conhecimento. Distribuir como "contos de fada".

Frederico Stefano de Oliveira Arriero
Diretor do Processo Legislativo

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social Constitucional de Atos dos Poderes Públicos e
Defesa da legalidade, Ética e Cidadania Conforme a lei;

Ademais, imagina-se com lembrança do praticado no transporte do Rio de Janeiro em 1971 (há 50 anos), quem sabe se a modernidade atual e a informática não possam proporcionar sistema que permita identificar local de embarque e desembarque, entrada e saída, do passageiro / consumidor e fracionar ainda mais a tarifa (no exemplo apresentado, fracionamento do já fracionado) colocando mais gente nos ônibus ?

Diga-se que atualmente com a evolução a "uber", por exemplo, e outras similares, além de oferecer preço mais baixo tirando passageiros (clientes) dos táxis oferecem também "*corrida compartilhada*" e facilidades tirando clientes não só dos taxis, mas também usuários dos ônibus do transporte coletivo cuja sistemática parou no tempo e não presta o serviço adequado de transporte elevado a direito social do cidadão.

A propósito, "*data venia*" a sistemática transporte coletivo público de Belo Horizonte, seus empresários e os agentes públicos e interessados, guardiões / protetores do esquema são como carniça, urubus e urubus-rei que sobrevoam, assentam e se alimentam, revezando estes de vez em quando, **mas sempre com as aves-carniceiras e os vermes sobre a podridão fedorenta suscetível de devida limpeza/assepsia.**

A comunidade carece de sistema de transporte que não objetive apenas o lucro de empresários e beneficie os "amigos" desses em detrimento do cidadão e a ONG Brasil Legal não "**inventa a roda**" nem propõe o inviável e lembra que ônibus que vão de bairro ao centro e voltam com apenas um ponto inicial / final no bairro existem e há muito tempo em Belo Horizonte, que, entretanto andam muito pelo centro, ponderando-se que o proposto impede a subtração de dinheiro do povo e não aumenta custos.

=> A questão merece e exige discussão ampla (não uma discussõesinha qualquer), com a participação efetiva não apenas de agentes públicos do executivo e empresários (urubus, urubus-rei e vermes), mas também das Promotorias de Defesa do Urbanismo e Habitação e do Consumidor (apenas essas); Comissões de Defesa do Consumidor, Participação Popular e de Transporte da Câmara Municipal; Defensoria Pública; MPC/MG; OAB/MG; Arquidiocese de Belo Horizonte, Vicariato Social; Especialistas em Mobilidade da UFMG, Puc Minas e outras; Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Público; Associações de Usuários do Transporte e representantes das comunidades de bairros, imprensa, entre outros.